

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política



Dissertação de Mestrado

**A ascensão política de António de Oliveira Salazar (1928–1933): A
instrumentalização do medo na gênese do Estado Novo em Portugal**

Bruno Gazalle Cavichioli

Pelotas, 2021

Bruno Gazalle Cavichioli

**A ascensão política de António de Oliveira Salazar (1928–1933): A
instrumentalização do medo na gênese do Estado Novo em Portugal**

Projeto de Dissertação de Mestrado a ser avaliado
como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-
Graduação em Ciência Política da Universidade
Federal de Pelotas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Artur Gallo

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C382a Cavichioli, Bruno Gazalle

A ascensão política de António de Oliveira Salazar
(1928-1933) : a instrumentalização do medo na gênese do
Estado Novo em Portugal / Bruno Gazalle Cavichioli ; Carlos
Artur Gallo, orientador. — Pelotas, 2021.

115 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e
Política, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Salazar, António de Oliveira. 2. Ascensão política. 3.
Medo. 4. Estado Novo. 5. Portugal. I. Gallo, Carlos Artur,
orient. II. Título.

CDD : 320

Bruno Gazalle Cavichioli

**A ascensão política de António de Oliveira Salazar (1928–1933): A
instrumentalização do medo na gênese do Estado Novo em Portugal**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em
Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de
Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 01/06/2021

Banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Artur Gallo, Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul (UFRGS)
(orientador)

Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto, Doutor em História pela Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto, Doutor em História pela Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (UFRGS)

À memória de Luiz Miguel Almeida Gazalle, figura tão complexa quanto polêmica, de cuja convivência amorosa fomos precocemente privados aos 58 anos de idade. Nunca serás apenas um número entre tantos caídos em meio à maior crise sanitária do século XXI. Tua memória viverá.

Agradecimentos

Eventos traumáticos são, a despeito da tragédia que representam, particularmente úteis para depurar os círculos de amizade, auxílio e de admiração dos quais nos cercamos. Não poderia ser diferente com um trabalho majoritariamente idealizado e realizado durante a pandemia do COVID-19, que insiste, implacavelmente, em nos obrigar a rever com quem nos relacionamos. Impossível seria, no entanto, mensurar o valor individual de cada pessoa e de cada contribuição para a concretização deste trabalho, vez que cada indivíduo que comigo conviveu nesse pálido ponto azul flutuando na imensidão do universo – nas palavras de Carl Sagan – contribuiu de sua própria forma, positiva ou negativamente, para o desfecho dessa jornada. Listo então, sem qualquer privilégio de ordem ou importância, algumas pessoas a quem agradeço pelo impagável e inestimável apoio:

- À minha família, consanguínea e estendida, que instilou em mim o amor pelo pensamento crítico, pela abertura intelectual, pelo debate honesto e pelo estudo disciplinado. Lembrei de cada um de vocês cada vez que, tão privilegiado que sou, pude utilizar-me de fontes em línguas estrangeiras e soube tecer elogios e críticas intelectualmente honestos a cada obra lida. Não fosse por vocês, dificilmente eu seria qualquer coisa hoje.
- Ao meu orientador e, acima de tudo, meu grande exemplo de retidão acadêmica e pessoal, Carlos Artur Gallo. Aproveito aqui para fazer um *mea culpa* por dificilmente poder ser chamado de um orientando ‘regular’: nunca tive muitos pudores em enviar mensagens ao Carlos em horários, quaisquer que fossem, para discutir uma ideia recém-surgida ou para lamentar aqueles episódios da vida em que a produção intelectual não se mostrava eficiente o bastante. Não obstante, o Carlos soube conduzir esse calvário acadêmico a que o submeti de forma profissionalíssima, cuidadosa, incentivadora e, principalmente, com uma humanidade raríssima em um meio frequentemente infestado por egos tão inflados quanto *Lattes*.
- À Marina, pelo amor, pelo companheirismo, pelo incentivo e por, mais do que eu mesmo jamais consegui, acreditar na minha capacidade de levar adiante todos os projetos em que me envolvi. A cada vez que te ouço falar do orgulho que tens de mim,

alívio um pouco da culpa que carrego de te privar de tantos momentos que poderíamos ter para seguir em minhas investigações.

- Ao corpo docente e discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas pelo companheirismo, pelas viagens e pelo amadurecimento de ideias. Especial ênfase, nesse agradecimento, ao Pedro Henrique Oliveira, meu coautor e 'cúmplice' intelectual de tantos trabalhos e artigos.

- Ao meu sócio e irmão de vida, José Pedro Vieira dos Santos Junior, por ter assumido para si meu quinhão de nossas obrigações profissionais de forma tão competente e, assim, permitido minha exclusiva dedicação à investigação.

- Aos amigos e companheiros trabalhistas, daqui e de outras terras, em especial aqueles que comigo somaram esforços para a constituição do FCPR. Qualquer mudança que desejamos ver na sociedade passa, necessariamente, pela educação e pela politização. Brizola vive!

- À professora Filipa Raimundo, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), por tão gentilmente enviar-me um livro seu, devidamente autografado, e por disponibilizar-me artigos de sua autoria diretamente por e-mail.

- A Alexandra Elbakyan, Aaron Schwartz (*in memoriam*) e tantos outros, por democratizarem o acesso ao conhecimento em detrimento dos riscos pessoais a que foram submetidos pela ganância corporativa. O conhecimento é, indubitavelmente, o maior dom que pode ser transmitido de um ser humano para outro, um conjunto de ferramentas que muda vidas e, intencionalmente, não é disponibilizado para o grande conjunto da população para benefício daqueles que, injustamente, lucram com o trabalho intelectual de tantos cientistas. Ao longo de minha curta vida acadêmica, percebi que a investigação científica é praticamente um sacerdócio, uma estrada quase sempre solitária que priva aqueles que a trilham de inúmeros pequenos prazeres da experiência humana, inclusive a proximidade com aqueles que amamos. O trabalho científico é fruto dessas diversas privações e não pode ser tomado pelas grandes editoras – que pouco ou nada fazem em sentido de auxiliar sua criação – para obtenção de lucros tão desproporcionais que impeçam o objetivo final dessa produção: o benefício da humanidade. Longa vida ao *Sci-Hub*, longa vida ao acesso livre!

O Prof. Salazar tem, em altíssimo grau, as qualidades secundárias da inteligência e da vontade. É o tipo do perfeito executor da ordem de quem tenha as primárias.

O chefe do Governo tem uma inteligência lúcida e precisa; não tem uma inteligência criadora ou dominadora. Tem uma vontade firme e concentrada, não a tem irradiante e segura. É um tímido quando ousa, e um incerto quando afirma. Tudo quanto faz se ressentido d'essa penumbra dos Reis malogrados.

Quando muito, na escala da governação pública, poderia ser o mordomo do país.

Faltam-lhe os contactos com todas as vidas — com a vida da inteligência, que vive de ser vária e, entre os conflitos das doutrinas, não sabe decidir-se; com a vida da emoção, que vive de ser impulsiva e incerta; com a vida da (. . .)

O Chefe do Governo não é um estadista: é um arrumador. Para ele o país não se compõe de homens, mas de gavetas. Os problemas do trabalho e da miséria, como há ele de entendê-los, se os pretende resolver por fichas soltas e folhas móveis?

A alma humana é irredutível a um sistema de deve e haver. É-o, acentuadamente, a alma portuguesa.

Às vezes aproxima-se do povo, de onde saiu. E traz-lhe uma ternura de guarda-livros em férias, que sente que preferiria afinal estar no escritório.

É sempre e em tudo um contabilista, mas só um contabilista. Quando vê que o país sofre, troca as rubricas e abre novas contas. Quando sente que o país se queixa, faz um estorno. A conta fica certa.

O Prof. Salazar é um contabilista. A profissão é eminentemente necessária e digna. Não é, porém, profissão que tenha implícitas directivas. Um país tem que governar-se com contabilidade, não pode governar-se por contabilidade.

Assistimos à cesarização de um contabilista.

Resumo

CAVICHIOLO, Bruno Gazalle. **A ascensão política de António de Oliveira Salazar (1928–1933): A instrumentalização do medo na gênese do Estado Novo em Portugal**. 2021. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

A presente investigação visa analisar a instrumentalização do medo na gênese do Estado Novo português durante a fase de ascensão política de António de Oliveira Salazar. A pesquisa parte do pressuposto geral de que a instrumentalização do medo na sociedade portuguesa entre os anos de 1928 e 1933 permitiu a Salazar obter a capitalização política necessária para instituir o Estado Novo em Portugal. O medo foi operacionalizado, em seu caráter politicamente aproveitável, e relacionado diretamente com a análise de eventos historicamente documentados e percebidos como principais no processo de ascensão do então Ministro das Finanças até a Presidência do Conselho de Ministros. A análise da conjuntura portuguesa e europeia do início do século XX permitiu, ademais, traçar paralelos comparativos do regime português com outros regimes autoritários e totalitários congêneres, afastando comparações superficiais e corroborando com a percepção precisa do cenário vivido. Os resultados dessa comparação indicam que a instrumentalização do medo presente na conjuntura, a despeito de não ser fator determinante único, possuiu importante papel na criação da figura de Salazar como governante imprescindível para a recuperação da ordem financeira, econômica, social e política de Portugal, possibilitando a promulgação da Constituição de 1933 e, consequentemente, a instauração do Estado Novo.

Palavras-chave: Salazar; ascensão política; medo; Estado Novo; Portugal.

Abstract

CAVICHIOLO, Bruno Gazalle. **A ascensão política de António de Oliveira Salazar (1928–1933): A instrumentalização do medo na gênese do Estado Novo em Portugal**. 2021. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

The present investigation aims to analyze the instrumentalization of fear in the genesis of the Portuguese Estado Novo during the political rise of António de Oliveira Salazar. The research starts from the general assumption that the instrumentalization of fear in Portuguese society between the years 1928 and 1933 allowed Salazar to obtain the necessary political capitalization to establish the Estado Novo in Portugal. Fear was operationalized, in its politically usable character, and directly related to the analysis of events historically documented and perceived as foremost in the process of ascension of the former Minister of Finance to the Presidency of the Council of Ministers. The analysis of the Portuguese and European conjuncture of the early twentieth century also allowed us to draw comparative parallels between the Portuguese regime and other similar authoritarian and totalitarian regimes, subtracting superficial comparisons and corroborating the precise perception of the experienced scenario. The results of this comparison indicate that the instrumentalization of fear present in the conjuncture, despite not being a unique determining factor, played an important role in the crafting of the figure of Salazar as an essential ruler for the recovery of the financial, economic, social and political order of Portugal, making possible the promulgation of the 1933 Constitution and, consequently, the establishment of the Estado Novo.

Keywords: Salazar; political ascension; fear; Estado Novo; Portugal.

Sumário

1. Introdução	11
2. O medo como fator biopsicossocial, político e econômico	15
2.1. O medo como fator biológico	16
2.2. O medo como fator psicológico	17
2.3. O medo como fator social	19
2.4. O medo como fator político	20
2.5. O medo como fator econômico	23
3. Análise da conjuntura portuguesa (1900–1933)	26
3.1. António de Oliveira Salazar (1889–1970)	26
3.2. Conjuntura histórico-política e socioeconômica	29
3.3. A conjuntura política internacional (1920–1930)	36
3.4. Uma diferenciação necessária: Salazarismo e Estado Novo, autoritarismo e totalitarismo	39
3.5. O Salazarismo e o fascismo	43
4. O “ditador das finanças” pavimenta seu caminho para o poder	47
4.1. Atuação de Salazar no Ministério das Finanças (1928-1933)	47
4.2. “Um certo doutor de Coimbra”: A pessoa e a <i>persona</i> de Salazar	53
4.3. Apoiadores e adversários	56
4.3.1. A Igreja Católica	57
4.3.2. As elites tradicionais	63
4.3.3. Os militares	64
4.3.4. Outros grupos de apoio no cenário português	67
4.3.5. Adversários	70
5. Da Presidência do Conselho de Ministros à Constituição de 1933	74
5.1. Salazar em São Bento	74
5.2. A Constituição de 1933: o pináculo do salazarismo	77

5.3. Entre o discurso e a obra entregue: o medo em Salazar	86
6. Considerações finais	90
7. Referências	96

1. Introdução

Esta investigação tem por objetivo analisar a ascensão de António de Oliveira Salazar (1889-1970) ao cargo máximo do Estado Novo Português e o papel do medo, quando instrumentalizado politicamente, na gênese das condições necessárias para a ocorrência da mais longa ditadura da Europa no século XX. Devido à natureza da pesquisa, que não comportava o estabelecimento de hipóteses¹, partiu-se do pressuposto norteador de que a cuidadosa exploração do medo presente na conjuntura portuguesa permitiu a Salazar, entre outros fatores, ascender politicamente e moldar a seu modo, a Constituição de 1933, pedra angular do Estado Novo.

O Estado Novo Português – período histórico alternativamente denominado Salazarismo, muito embora sem grande precisão – foi o regime de caráter autoritário², autocrata e corporativo que imperou em Portugal entre 1933 e 1974, tendo por base seu dirigente máximo, António de Oliveira Salazar, que governou Portugal durante quase a totalidade desse período.

Os primeiros anos da vida de Salazar foram marcados por diversos eventos históricos que desestabilizaram política e economicamente a sociedade portuguesa. A moribunda monarquia foi derrubada num episódio público de regicídio e a Primeira República Portuguesa (1910-1926), que a sucedeu, perseguiu seus então apoiadores, os católicos.

O regime republicano foi tão incapaz de estabilizar o país quanto a monarquia que havia derrubado, agravando sua situação ao ingressar na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). As acachapantes derrotas nos campos de batalha da Europa acentuaram o sentimento de rancor e revanchismo dos militares, que passaram a conspirar para o intento golpista. Em território nacional, grupos rivais – sindicalistas, comunistas, anarquistas, republicanos, monarquistas, integralistas, liberais e católicos conservadores – passaram a lutar pelo poder, utilizando-se do expediente da violência

¹ A ausência de hipóteses, geral ou específicas, é justificada (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013), vez que o estudo, considerando seu enfoque e tipo, não necessariamente prescinde da formação dessas hipóteses. Segundo os autores referidos, a pesquisa de tipo exploratório, categoria à qual pertence a presente pesquisa, não deve formular hipóteses de enfoque qualitativo ou quantitativo.

² Após considerável ponderação acerca da natureza do Salazarismo, que é costumeiramente disputado academicamente como sendo um regime totalitário ou um regime autoritário, Lopes (2017) conclui: “Em particular, o regime-novista configurou-se como um conservadorismo católico autoritário, de base tradicionalista e integracionista, dotado de um organicismo e paternalismo social que instituiu um monopartidarismo autocrático sob a forma de ditadura corporativa do chefe de Governo” (p. 15).

política, o que acabou por agravar ainda mais a situação do país (MATOS, 2010).

O golpe militar de 1926, encabeçado por Gomes da Costa, sepultou a Primeira República Portuguesa e perseguiu parte de seus integrantes (MATOS, 2010). A recém instituída Ditadura Militar (1926-1928) logrou controlar parcialmente a violência política que assolava o país, todavia não conseguiu solucionar o problema da crise financeira, contribuindo para a continuidade do cenário caótico.

O ano de 1928 marcou a eleição de Óscar Carmona para o cargo de Presidente da República, nomenclatura mantida a despeito da derrubada do regime anterior. Essa eleição, por sua vez, representou considerável mudança nos rumos políticos da nação, razão pela qual foi inaugurada a fase denominada Ditadura Nacional (1928-1933). Prioridade da ditadura, a resolução do problema financeiro e econômico acabaria passando pela nomeação de Salazar – que havia provocado a queda de seu opositor, Sinel de Cordes – para o cargo.

Salazar, que já havia comandado o Ministério das Finanças entre 03 de junho e 19 de junho de 1926 e exercido o cargo de Deputado por Guimarães em 1921, relutou na aceitação do convite. Era, à época, um reconhecido professor das disciplinas de Economia Política e Finanças da Universidade de Coimbra. Suas passagens por cargos políticos de destaque, além da notoriedade advinda de sua prática de escrever para periódicos católicos expondo opiniões políticas e econômicas, conferiam-lhe as credenciais buscadas pelos militares (MATOS, 2010).

Acabaria por aceitar o cargo, nos primeiros meses de 1928, após breves negociações de suas condições com o governo de Vicente de Freitas. Em seu discurso inaugural como Ministro das Finanças, aos 27 dias do mês de abril de 1928, Salazar estabeleceu as bases autoritárias do funcionamento do Ministério, bases essas que expandiria em seu futuro governo. Utilizar-se-ia de termos como “sacrifício” e daria a entender que pretendida levar o país, caso suas ordens fossem cumpridas por todos, à estabilidade econômica e social.

Explorando o medo em torno da situação financeira do país – que fez em conjunto com o uso da aura de conhecimento, competência e seriedade que lhe forneciam os periódicos da época e, posteriormente, seu publicitário pessoal (MATOS, 2010; MENESES, 2011) – Salazar foi tido como uma espécie de salvador que resgataria o povo da miséria e da violência, permitindo que fosse, anos depois, alçado ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros. Essa ascensão ocorreu, em grande parte, por sua habilidade de instrumentalizar o medo sentido pelo país, para o qual

apresentava soluções que – embora admitisse que não fossem fáceis e exigissem sacrifícios gerais (MATOS, 2010) –, caso seguidas obedientemente, evitariam o retorno às condições econômicas da época de desestabilidade.

Nesse diapasão, ao utilizar-se do capital político³ – oriundo da intensa exploração midiática de seus pronunciamentos, dos sucessivos *superávits* da balança comercial no Ministério sob seu comando e dos fortes grupos políticos que lhe apoiaram – auferido no período analisado, Salazar logrou a aprovação da Constituição Portuguesa de 1933, fundando o período denominado Estado Novo (1933-1974) (MATOS, 2010).

Assim, tendo em conta a considerável ascensão de Salazar ocorrida no período entre 1928 e 1933, ao fim do qual obteve o posto de dirigente máximo do Estado Novo Português, torna-se essencial analisar qual o papel da instrumentalização do medo – e, conseqüentemente, sua capitalização política – nesse processo que permitiu-lhe atingir o cargo de Presidente do Conselho de Ministros e inaugurar o Estado Novo Português.

A justificativa teórica ocorre por razão que, mesmo com os diversos estudos na área dos efeitos e usos do medo na agenda política em regimes ditatoriais (BRAMSTEDT, 2007 [1945]), grande parte desses escritos encontra-se esparso e delimitado às áreas específicas dos pesquisadores, tendo como foco principal o período conhecido por Estado Novo (1933-1974) (GRAHAM; QUIROGA, 2012) e a redemocratização (MORAIS; RAIMUNDO, 2017; RAIMUNDO, 2018).

Esse foco do corpo científico das publicações nos períodos de governo e queda do Estado Novo origina um certo abandono da temática sobre o período no qual ocorreu a ascensão política de Salazar que, posteriormente, culminaria a posse no cargo de Presidente do Conselho de Ministros de Portugal. Portanto, intenta-se, com o presente trabalho, exercer uma análise compreensiva das causas e conseqüências da instrumentalização do medo no contexto estudado, utilizando-se das teorias já consagradas na área e fomentando o enriquecimento crítico dos entendimentos do tema pesquisado.

Iniciar-se-á o presente trabalho operacionalizando os múltiplos conceitos de

³ Utiliza-se aqui o conceito de capital político de Pierre Bourdieu (1989), definido como: “[...] uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objecto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem” (p. 187-188).

medo nas ciências, com especial foco na relação do medo com a política, visando criar uma base sólida e dinâmica de significados que permita o avanço da pesquisa de forma segura.

Em sequência, será analisada a conjuntura histórica (MADUREIRA, 1997, 2000), política (REBELO, 1998; REZOLA, 2007), social (MEDEIROS, 1978) e econômica (MEDEIROS, 1978) do cenário português durante o período temporal analisado⁴. Ademais, também serão analisadas fontes bibliográficas acerca da construção da imagem de Salazar (FERRO, 1942; PAULO, 1994; BRITO, 1998).

Na continuidade, ainda tratando do caso empírico, efetuar-se-á análise da conjuntura interna e externa que permitiu a formação do Estado Novo em Portugal. Por derradeiro, já em posse de todos os dados conjunturais necessários, far-se-á uma análise das formas e ocasiões em que o medo foi instrumentalizado por Salazar para lograr sua ascensão política e o surgimento do Estado Novo.

A pesquisa será efetuada em duas frentes simultâneas: a análise conjuntural e o entendimento do medo como ferramenta política. Como resultado, esse método possibilita relacionar os principais eventos históricos apontados nas obras com conceitos operacionalizáveis da Ciência Política produzindo um ambiente mais seguro para delimitar a relevância do uso das políticas do medo por Salazar na gênese Estado Novo.

Como resultado, esse método – exploratório (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013) possibilita relacionar os principais eventos apontados nas obras com conceitos operacionalizáveis no campo Ciência Política, ampliando o campo de estudo ao aplicar tais conceituações ao caso empírico em tela. Dada a sua natureza, a pesquisa será realizada, portanto, com metodologia de análise qualitativa, baseada em fontes bibliográficas e documentais.

⁴ O período analisado na obra, tal como na presente pesquisa, compreende os eventos ocorridos entre 1928 (quando Salazar toma posse no cargo de Ministro das Finanças) e 1933 (quando é promulgada a Constituição de 1933 em Portugal).

2. O medo como fator biopsicossocial, político e econômico

“A ignorância é a causa do medo”.

Sêneca, 65⁵

O *quasi* centenário discurso inaugural do Presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt (1882–1945), proferido em 4 de março de 1933, trouxe aos espectadores – e a todo o mundo – a famosa afirmação de que “[...] a única coisa que devemos temer é o próprio medo [...]”⁶⁷ (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1933). Esse bordão, que impactou considerável e positivamente o povo estadunidense à época e adentrou a história, continua influenciando o discurso político acerca do tema na atualidade, inclusive sendo adaptado de formas e em circunstâncias diferentes das quais foi originalmente proferido (HOUCK; NOCASIAN, 2002).

O medo, todavia, não possui acepção única, recebendo conceituações diversas nos campos em que é estudado como fator influenciador de determinados fenômenos. Utilizar-se-á, para otimização da operacionalização dos conceitos, o modelo biopsicossocial de George L. Engel, originalmente utilizado na seara da medicina e expandido para as disciplinas sociais por expoentes como Oswaldo Tieghi. Tal modelo, conforme descrito por seu autor (ENGEL, 1989), desafiava o modelo então biomédico ao considerar aspectos psicológicos e sociais como determinantes para aumentar o entendimento e a tratabilidade de enfermidades.

A importância dessa interdisciplinaridade foi abordada por David Bolton e Grant Gillett (2019):

O que é necessário para teorizar todos esses desenvolvimentos é muito mais complicado que a biomedicina ou o modelo biomédico sequer foram inventados para fazer. Tanto quanto a biomedicina, o que é necessário é

⁵ “*Timendi causa est nescire*”. Tradução minha. Trecho oriundo da obra *Naturales quaestiones*, c. 65.

⁶ “So, first of all, let me assert my firm belief that **the only thing we have to fear is fear itself**—nameless, unreasoning, unjustified terror which paralyzes needed efforts to convert retreat into advance”. Tradução minha. Grifos meus.

⁷ Torres (2010) indica que essa frase, utilizada no discurso de Roosevelt e demais líderes que “[...] tomaram o medo como o grande mal da civilização [...] contra a qual se deveria lutar” (p. 578), é originária de Montaigne (1533–1592): “O que mais temo é o medo. “[...] han asumido al miedo como el gran mal de la civilización [...] contra el cual se debiera luchar”. Tradução minha.

uma mistura complexa de ciências sociais, política, economia, epidemiologia ambiental e social e psicologia – e, sem dúvidas, mais especialidades científicas em desenvolvimento⁸ (p. 4).

A utilização das ciências sociais como ferramenta para compreensão dos fatores relativos às enfermidades possibilitou que o caminho oposto também fosse trilhado, ou seja, que fosse empregado o modelo biopsicossocial para expandir a compreensão que era, até então, limitada pelo fisicalismo reducionista (BOLTON; GILLET, 2019).

Com efeito, tal como descrito pelos teóricos mencionados, o modelo biopsicossocial passou a ser utilizado nas ciências sociais para explicar o que, até então, eram apenas explicações causais dos fenômenos. Tieghi (2004), por exemplo, utiliza esse modelo para explicar a aprendizagem criminal, rejeitando antigas teorias que apenas priorizavam a busca das explicações do fenômeno criminal por um de seus âmbitos isolados: biológico, psicológico ou social. Quando assim o faziam, incorriam em erros do próprio reducionismo, prejudicando a “indivisibilidade dos diversos níveis em que a observação científica apresenta o fenômeno da criminalidade⁹” (p. 275).

Superada a imprescindível explanação acerca das motivações para adoção do método biopsicossocial, resta explicar cada um dos âmbitos separadamente para, posteriormente, reconectá-los em um esforço que possibilite demonstrar a necessidade da utilização desse método para melhor abranger o complexo fenômeno do medo.

2.1. O medo como fator biológico

Originário do vocábulo latino *metus/metuo* e utilizado analogamente, na literatura latina épica, na forma de diversos outros termos (MACKEY, 1961), o medo é descrito, em uma acepção biológica, como “uma variável interveniente entre

⁸ “What is needed to theorize all these developments is much more complicated than biomedicine or the biomedical model were ever designed for. As well as biomedicine, what is needed is a complex mix of social science, politics, economics, environmental and social epidemiology and psychology—and no doubt more scientific specialties under development”. Tradução minha.

⁹ “[...] la inescindibilidad de los diversos niveles en que la observación científica presenta el fenómeno de la criminalidad”. Tradução minha.

conjuntos de estímulos dependentes do contexto e conjuntos de respostas comportamentais”¹⁰ (ADOLPHS, 2013, p. 79).

A resposta supramencionada ocorre quando o estímulo externo é percebido pelo indivíduo e, através da ação da amígdala – estrutura cerebral em formato de amêndoa –, ocasiona descargas de substâncias e hormônios que provocam as reações comuns ao medo (aumento da pressão sanguínea, aumento dos batimentos cardíacos, suor, etc.). Essas respostas não são aprendidas ou voluntárias, mas sim inatas como reação do corpo a uma situação potencialmente aversiva (LEDOUX, 2003)¹¹.

Em síntese, o medo se apresenta – biologicamente – como uma série de reações (CRAWFORD, 2014) externas e internas moduladas pela amígdala aos estímulos percebidos pelo indivíduo – com variadas explicações e motivações – como aversivos.

2.2. O medo como fator psicológico

O medo, segundo Garcia (2017), pode ser definido como “a emoção de antecipação que é desencadeada quando uma situação que é um risco para nossa segurança ou para a segurança alheia é percebida”¹² (p. 462). Essa percepção, ainda conforme o autor (2017), é originada tanto de estímulos externos quando do sistema endócrino e nervoso autônomo, ou seja, de fontes internas.

As recentes descobertas dos fenômenos neurobiológicos que intentam explicar o medo foram precedidas de experimentos efetuados por psicólogos e psiquiatras em busca de razões de ordem psíquica que explicassem o medo. Esses experimentos, inicialmente com animais, eventualmente evoluíram para a fase de testes com humanos.

Com efeito, para que seja possível a exposição de como foi efetuada essa experimentação humana, há de se regredir, brevemente, aos estudos de Ivan Pavlov (1849–1936). O fisiologista russo ganhador do Nobel, pioneiro no condicionamento

¹⁰ “[...] fear is an intervening variable between sets of context-dependent stimuli and suites of behavioral response”. Tradução minha.

¹¹ Para maiores detalhes do “caminho” percorrido pelo estímulo até a resposta pelo cérebro humano, v. LeDoux (2003) e LeDoux e Debieck (2004).

¹² “[...] an emotion of anticipation that is triggered when a situation that is at risk for our safety and/or the safety of others is perceived [...]”. Tradução minha.

clássico, efetuou estudos nos quais conseguiu obter respostas condicionadas de animais por meio da apresentação combinada de estímulos condicionados e não condicionados (SAMOILOV, 2007).

Os estudos pavlovianos – que influenciaram e continuam influenciando diversos campos científicos, pavimentaram a base da escola psicológica conhecida por Behaviorismo e tiveram especial impacto no trabalho de dois de seus expoentes: John Broadus Watson (1878–1958) e Burrhus Frederic Skinner (1904–1990) (CATANIA; LATIES, 1999).

Professor de psicologia da Universidade Johns Hopkins, Watson efetuou um dos mais controversos experimentos científicos da segunda década do século XX (MARTIN, 2015): “Little Albert”. O experimento, oriundo da escola do condicionamento clássico¹³, consistia em promover a reação de medo em um menino de nove meses – cujo pseudônimo era Albert B. – em relação a estímulos anteriormente neutros. Inicialmente, eram mostrados ao menino estímulos neutros (animais e objetos) e, posteriormente, apresentados juntamente com um estímulo não condicionado (barulho) que, por fim, induzia medo aos objetos originais (tornando-os estímulos condicionados). Ao apresentar o então estímulo condicionado (o animal ou objeto) sem o estímulo incondicionado (barulho), logrou obter uma resposta condicionada (a resposta emocional) semelhante à resposta não condicionada regular (o medo) (HOCH, 2008). Em síntese, Watson conseguiu condicionar o a transformação de algo neutro em uma fonte de medo em uma criança.

Por sua vez, Skinner foi responsável por criar a teoria do condicionamento operante, ou seja, o modelamento da resposta do objeto do estudo por meio dos reforços diferenciais (positivo e negativo, para moldar o comportamento) e da punição (para extinguir comportamentos) (TODOROV, 2002). Fê-lo por meio de experimentos em câmaras fechadas, estas que foram posteriormente batizadas de “caixas de Skinner”. Essas pesquisas representaram avanços no condicionamento clássico de

¹³ O conceito de condicionamento clássico (ou reflexo, ou pavloviano) foi explorado por Ivan Pavlov (1849-1936) e pode ser definido como ocorrente quando “um organismo aprende a reconhecer que um dado estímulo pode servir de sinal da ocorrência de outro estímulo que biologicamente desencadeia reações reflexas ou involuntárias (respostas eliciadas), ou seja aprende a reconhecer relações previsoras entre dois estímulos” (AZEVEDO, 1992, p. 2). Contrasta com o conceito de condicionamento operante de Thorndike (1874-1949) e Skinner (1904-1990), segundo AZEVEDO (1992), vez que enquanto no modelo do condicionamento reflexo o organismo aprendia a substituir um estímulo (incondicional) por outro estímulo (condicional), no condicionamento instrumental ou operante o organismo aprende a dar novas respostas ou aumenta probabilidade, grandeza ou frequência das respostas (p. 7).

Pavlov e Watson (CATANIA; LATIES, 1999) e seus pressupostos – principalmente no que tange aos reforços – continuam sendo utilizados na atualidade em várias áreas.

2.3. O medo como fator social

O medo representa um dos mais relevantes fatores de formação das sociedades humanas. Norbert Elias, em sua obra *O Processo Civilizador*¹⁴, denota em diversas passagens a importância que o medo possuiu na restrição de determinados comportamentos humanos através da internalização de outros medos já presentes na sociedade, fator que, em conjunto com outros vários, permitiu a estruturação da sociedade moderna (ELIAS, 1993). Em síntese, Elias (1993) descrevia o uso do medo como instrumento de controle social.

Na seara das ciências sociais contemporâneas, Huddy (2004) discorre sobre as contribuições da neurociência, em particular da pesquisa de Joseph LeDoux, para o estudo da temática no campo da ciência social, declarando que o estudo:

[...] destaca a facilidade com que o medo pode ser associado a novos eventos e objetos, demonstra que isso pode ocorrer fora da consciência consciente e ilustra a dificuldade envolvida na extinção dessas reações de medo, uma vez formadas. O impacto do trabalho de LeDoux não se limita à neurociência, mas tem implicações mais amplas para a ciência social de forma mais generalizada. Ajuda a explicar o desenvolvimento das reações de medo condicionado a estímulos inicialmente neutros, como uma figura política ou um grupo étnico ou racial específico, e tem amplas implicações para o estudo das relações raciais, medo do crime, reações a desastres ambientais, respostas públicas ao terrorismo e outras questões sociais e políticas¹⁵ (p. 802).

¹⁴ Aqui vale ressaltar uma passagem da obra que explicita essa função do medo: “O fato seguinte foi característico das mudanças psicológicas ocorridas no curso da civilização: o controle mais complexo e estável da conduta passou a ser cada vez mais instilado no indivíduo desde seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo, uma autocompulsão à qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse. A teia de ações tornou-se tão complexa e extensa, o esforço necessário para comportar-se “corretamente” dentro dela ficou tão grande que, além do autocontrole consciente do indivíduo, um cego aparelho automático de autocontrole foi firmemente estabelecido. **Esse mecanismo visava a prevenir transgressões do comportamento socialmente aceitável mediante uma muralha de medos profundamente arraigados**, mas, precisamente porque operava cegamente e pelo hábito, ele, com frequência, indiretamente produzia colisões com a realidade social” (ELIAS, 1993, p. 183). Grifos meus.

¹⁵ “[...] highlights the ease with which fear can be associated with novel events and objects, demonstrates that this can occur outside conscious awareness, and illustrates the difficulty involved in extinguishing these fear reactions once formed. The impact of LeDoux’s work is not confined to neuroscience but has broad implications for social science more generally. It helps to explain the development of conditioned fear reactions to initially neutral stimuli such as a political figure or a specific ethnic or racial group, and has broad implications for the study of race relations, fear of crime, reactions to environmental disasters, public responses to terrorism, and other social and political matters” (HUDDY, 2004, p. 802). Tradução minha.

O fenômeno do medo na história desempenhou um papel tão importante na formação de nossa sociedade – e ainda o faz – que foi cunhado o termo “a cultura do medo”. Esse termo, de autoria de Furedi (2002), explica a relação não necessariamente ocorrente entre os medos percebidos em uma sociedade e as evidências científicas da possível ocorrência desses eventos.

O autor explana longamente acerca das diversas formas com que o medo é ‘vendido’ ao público, fazendo-o duvidar do considerável índice de segurança que existe nas sociedades modernas, ademais de inverter percepções entre medo e risco efetivo em grupos sociais diferentes (FUREDI, 2002).

Glassner (1999), por sua vez, atribui uma considerável proporção da responsabilidade pela expansão do sentimento generalizado de medo como responsabilidade da mídia ao afirmar que:

Qualquer análise da cultura do medo que ignorou a mídia¹⁶ seria patentemente incompleta e, das várias instituições mais culpadas por criar e sustentar medos, a mídia é, discutivelmente¹⁷, primeira entre as iguais (p. 66).

A gravidade representada pela existência – e consequente uso político da cultura do medo levou o próprio Furedi (2007), criador do termo, a alterar a frase utilizada pelo Presidente Franklin Roosevelt, citada no início desse capítulo, para “a única coisa que devemos temer é a própria ‘cultura do medo’”¹⁸.

2.4. O medo como fator político

O medo hoje marca explicitamente o campo político: caracteriza mentalidades e sensibilidades coletivas e, assim, orienta os atos de tomada de decisão. *War on Crime*, *War on Drugs*, *War on Terror* são expressões de uma linguagem que, nas últimas décadas, assumiu o medo como uma característica marcante da relação entre instituições e cidadãos, prefigurando um cenário de tensão contínua (uma “guerra sem fim”, de acordo com a definição do presidente dos Estados Unidos da América George W. Bush após 11 de setembro de 2001) entre civilização e barbárie¹⁹ (CORNELLI, 2018, p. 1).

¹⁶ Na versão original o termo utilizado é “*news media*”, referindo-se, especificamente, aos veículos de notícias. Tradução minha.

¹⁷ Na versão original o termo utilizado é “*arguably*”. Tradução minha.

¹⁸ “The only thing we have to fear is the ‘culture of fear’ itself” (p. 1). Tradução minha.

¹⁹ “La paura contrassegna oggi in modo esplicito il campo politico: caratterizza le mentalità e sensibilità collettive e, in tal modo, orienta gli atti decisionali. War on Crime, War on Drugs, War on Terror sono espressioni di un linguaggio che, nel corso degli ultimi decenni, ha assunto la paura come tratto saliente

A definição de Cornelli (2018) possibilita, de forma superficial, o início do entendimento do medo como fator politicamente relevante. Não obstante, conforme o autor, essa relação entre medo e política é bem mais antiga: O medo é tratado por autores clássicos da filosofia política, como Maquiavel e Hobbes²⁰, como um fenômeno relevante para a estruturação sociopolítica. Sua utilização como instrumento de controle político, ocorre em diversas formas há séculos: desde o uso puro, por assim dizer, do medo como forma de controle social²¹, até a capitalização política do medo que é objeto desse estudo, um longo caminho foi trilhado pelos detentores ou aspirantes ao poder para instrumentalizar o medo que aflige a sociedade – ou afligi-lo a ela – em troca de ganhos na forma de poder ou dinheiro.

A análise do medo como fator politicamente relevante tem seu maior expoente na filosofia política Thomas Hobbes (1588–1679), que, em *O Leviatã*, compreende-o como fator chave para a formação do próprio Estado, vez que, sendo a guerra de todos contra todos (*bellum omnia omnes*) uma certeza, apenas a concentração do poder nas mãos do soberano pode evitar uma vida “solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta” (HOBBS, 2003 [1651], p. 46).

Hobbes declarou que “de todas as paixões, a que menos faz os homens tender a violar as leis é o medo (2003 [1651], p. 253)”. O uso desmedido da violência por parte dos soberanos, no passado, tinha por objetivo instilar o medo em seus subalternos, originando ordem social por meio do temor da punição, ou, na acepção de Maquiavel, “o temor é mantido pelo medo do castigo, que nunca falha (2008 [1532], p. 105)”. Essa retórica foi sacramentada por Sousa Filho (1995), ao argumentar que:

A adoção de práticas de castigos e penas de morte nas sociedades humanas pode ser assim situada: como recursos de punição, os castigos e as penas de morte são exemplos máximos do que pode vir a ser feito com

della relazione tra isti- tuzioni e cittadini, prefigurando uno scenario di continua tensione (una “guerra senza fine”, secondo la definizione del Presidente degli Stati Uniti d’America George W. Bush all’indomani dell’11 settembre 2001) tra civiltà e barbarie” (p. 1). Tradução minha.

²⁰ Com efeito, anteriormente aos autores citados, tem-se o exemplo do uso do medo como forma de controle social quando Kramer e Sprengler (1486) lançaram, em obediência à determinação da bula papal *Summis Desiderantis Affectibus*, de 1484, o manual denominado *Malleus Maleficarum* (O Martelo das Bruxas) que, ao associar as supostas bruxas com o demônio (KRAMER, SPRENGLER, 1971 [1486], p. 12), descrevia e promovia diversos métodos – pautados pela histeria – de investigação, julgamento e condenação em defesa da fé cristã.

²¹ Shecaira (2004) define o controle social como “o conjunto de mecanismos e sanções sociais que pretendem submeter o indivíduo aos modelos e normas comunitários” (p. 56). No caso tratado, o controle social correspondente à atuação do Estado, por meio de suas instituições, corresponde ao controle social formal.

aqueles que fugirem às normas, infringirem as leis da sociedade. O efeito socializador dessa ameaça pode ser constatado: de fato, os indivíduos humanos, introjetando as lições dos mitos (narrados de todas as maneiras: nos contos de fadas, nas lendas do folclore, nas canções de ninar, nas brincadeiras infantis...), neles acreditando, sedimentam internamente a ideia da necessidade do castigo e das penas (p. 80).

A prática dos castigos – e do medo que a eventualidade de sua aplicação carrega – é detalhada em obras de importância histórica para a ciência política, podendo ser observada, com especial destaque, nos escritos de Maquiavel – que dedicou um capítulo inteiro de sua obra *O Príncipe* (1532) ao tema sob o título de “*A crueldade e a clemência. Se é preferível ser amado ou temido*”.

Cesare Beccaria (1764), no título reservado à análise da tortura de sua obra *Dos Delitos e das Penas*, expressa: “Qual a finalidade política dos castigos? O terror que imprimem nos corações tendentes ao crime” (s.d., p. 32). O próprio Beccaria, um dos ‘grandes reformistas’ (FOUCAULT, 1995), foi responsável, conjuntamente com alguns de seus contemporâneos, por dar início ao processo de declínio dos castigos públicos, combatendo os teóricos clássicos que apoiavam essa sorte de medidas e impondo leniência ante ao sistema legal vigente.

Essa mudança radical no rumo das punições por parte dos Estados forçou a consequente alteração da relação da política com o medo e sua utilização. Modernamente, as forças políticas, em vez de instilarem medo do castigo na população, preferem aproveitar os medos já presentes na sociedade – oriundos dessa cultura do medo – para capitalizarem politicamente ao se apresentarem como aqueles que combaterão suas fontes. Essa capitalização, no entanto, conforme Gardner (2008), não representa uma deliberada, racional e intencional²² exploração do medo vigente na sociedade: geralmente os próprios divulgadores – e que com eles auferem capital político ou econômico – tendem a crer nesses medos em suas esferas pessoais.

As políticas do medo associadas ao controle do delito, que são um dos carros-chefes dessa modalidade de política pública, foram alavancadas à maior popularidade

²² O autor explana que: “[...] nós frequentemente erramos em pensar que os políticos amedrontam os comuns com histórias assustadoras e então riem sobre isso tomando bebidas. Na realidade, o fato que um político pode ganhar algo ao promover uma ameaça não significa que ele ou ela não acredite que a ameaça é real” (p. 83) (“[...] we often make the mistake of thinking that politicians rattle the rubes with scary stories then laugh about it over drinks. In reality, the fact that a politician may have something to gain by promoting a threat does not mean he or she does not believe the threat is real”). Tradução minha.

entre os anos de 1960 e 1990, quando os aumentos generalizados nas taxas de crime nos Estados Unidos, Inglaterra e boa parte do ocidente geraram um medo difuso de ser vítima de crime entre a população. Os altos níveis de delitos e as respostas a eles foram normalizadas dentro do *corpus* social, permitindo o florescimento das plataformas políticas que exploravam o medo da população ao crime (GARLAND, 2005), pavimentando o caminho para o estudo contemporâneo sobre as políticas do medo.

Superada a necessária contextualização histórica a respeito da relação entre política e medo, tem-se como definição moderna das políticas do medo como sendo a “manipulação intencional do medo público²³” (ENROTH, 2017, p. 58) por parte das forças políticas. Aduz Enroth (2017) que, muito embora seja um tema antigo e conhecido na política, esse fenômeno tornou-se notório após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos.

Cornelli (2018) adverte que é importante separar o medo natural do medo político: muito embora eles sejam atrelados em diversas ocasiões, “o medo atua como um dispositivo político” (p. 6), ou seja, é meramente uma ferramenta que o poder político pode utilizar para suas finalidades. Não obstante, essa ‘ferramenta’ consubstancia-se em “um recurso ilimitado de que dispõem os políticos para ganharem consentimento dos cidadãos²⁴” (RODRÍGUEZ ALZUETA, 2014, p. 36), tornando-o um dos recursos mais frequentemente utilizados no arsenal da política contemporânea.

A política, portanto, está tão visceralmente ligada ao medo que a máxima hobbesiana torna-se de difícil contestação: do medo nasce o político (EISENBERG, 2005).

2.5. O medo como fator econômico

Não somente do medo do crime, de doenças, do ‘outro’, que são alimentadas as políticas do medo. A economia, em sua faceta de conjunto de decisões de cunho político que afeta a lógica mercadológica, a distribuição de bens e serviços e o

²³ “What we have come to know as “the politics of fear,” construed as **willful manipulation of public fear** [...]”. Tradução minha. Grifos meus.

²⁴ “[...] un recurso ilimitado de que disponen los actores políticos para ganarse el consentimiento de los ciudadanos”. Tradução minha.

consumo destes em uma determinada circunscrição territorial também é terreno fértil para o surgimento dos temores sociais e, conseqüentemente, para a exploração política desse medo.

O medo, recentemente, tem deixado de ser tratado como um sentimento irracional ‘bastardizado’ de campos de estudo que primam pela lógica, como a economia, por conta dos estudos dos teóricos da economia comportamental. Esses pesquisadores perceberam, empiricamente, que, diferentemente da pouca importância cedida ao estudo do medo por seus colegas, o medo tem efeitos relevantes nos padrões de consumo, na estabilidade dos mercados, nas escolhas econômico-financeiras individuais e coletivas e, até mesmo, nas crises que sofrem os mercados (CEDRINI; NOVARESE, 2016).

Outro âmbito que merece atenção é o discurso político formado em torno das crises, essencial para compreensão do objeto do presente estudo. Calado e Cunha (2018), em estudo acerca dos sentidos do discurso político proferido durante as crises e seus significados, concluem definindo a existência de estratégias que permitam àqueles que os proferem o controle da narrativa. Essas estratégias compreendem: 1. A segmentação da crise de forma a simplificar a narrativa, impedir a análise integral e, assim, possibilitar o ajustamento e manipulação do discurso; 2. O uso de artifícios para explicar a crise de forma simplificada ao público (que a desconhece em sua profundidade), permitindo o surgimento de pretextos para o gerenciamento da desigualdade social e; 3. O controle do sentido da terminologia utilizada (‘crise’, ‘reforma’, ‘ajustes’, etc.) para produzir os efeitos desejados (CALADO; CUNHA, 2018).

Segundo Hernández e Kriesi, as crises econômicas são terrenos férteis para a radicalização da preferência eleitoral: em sua pesquisa sobre o pós-crise econômica de 2008 na Europa, foi demonstrado que o fator “punição” para má gestão da economia é imposto via derrotas eleitorais dos partidos no poder e migração desses eleitores para os partidos considerados radicalizados no binômio esquerda-direita (HERNÁNDEZ; KRIESI, 2016). Caso essa teoria seja aliada à teoria de Wodak (2015) de que os partidos populistas de direita e extrema-direita são mais propensos ao emprego das políticas do medo (às quais se somam às de caráter econômico), tem-se um reforço no possível cenário do fortalecimento da ‘radicalização à direita’ num contexto de crise econômica.

O medo, indiscutivelmente, exerce influência na lógica econômica. A política, indiscutivelmente, tem no medo um recurso para buscar sua própria legitimação. A

economia, indiscutivelmente, tem peso na decisão política dos povos. Esse triângulo inter-relacional, reforçado pelo vocábulo 'indiscutivelmente', mostra a relevância que o medo possui na tomada de decisões político-sociais e na estabilidade de governos frente a sua capacidade ou incapacidade de enfrentar situações percebidas pelos mercados como crise ou, ao menos, de controlar a narrativa acerca dessas crises.

3. Análise da conjuntura portuguesa (1900–1933)

“Antes de se haver entrado no trabalho de reorganização, uma palavra só – desordem – definia em todos os domínios a situação portuguesa”.

Salazar, 1930

A *a priori* de uma investigação aprofundada do papel do medo como fator permissivo do surgimento do Estado Novo (1933–1974) em Portugal, é absolutamente imprescindível que se aborde duas concisas – evitando a superficialidade – pautas: Salazar e seus antecedentes conjunturais imediatos. Assim, passa-se a analisar a carreira de Salazar e a conjuntura (histórico-política e socioeconômica) do período compreendido entre 1900²⁵ e 1933 que contribuiu para a implantação do Estado Novo, além da conjuntura internacional das décadas de 1920 e 1930 nos países europeus. Por fim, depreende-se breve explanação acerca da terminologia aqui analisada, buscando evitar similarizações rasas dos conceitos operacionalizados.

Com efeito, análise de conjuntura aqui efetuada fundamenta-se na complexidade do fenômeno analisado, uma vez que parte da “percepção da complexidade e da dificuldade em determinar relações de causalidade de tipo unilinear, simples” (SOUZA, 2019, p. 16).

3.1. António de Oliveira Salazar (1889–1970)

António de Oliveira Salazar – nascido aos 28 dias do mês de abril de 1889 em Vimieiro, Santa Comba Dão e falecido aos 27 dias do mês de julho de 1970 em Lisboa – foi professor de Economia Política, Ciência das Finanças e Economia Social na Universidade de Coimbra (PORTUGAL. UNIVERSIDADE DE COIMBRA, s.d.), assumindo, em 1928, pela segunda e definitiva ocasião, o cargo de Ministro das Finanças de Portugal durante a Ditadura Nacional (1928–1933) que comandava o país (MATOS, 2010). Assumiria, em 1932, o cargo de Presidente do Conselho de Ministros

²⁵ Ainda que o período compreendido pelo presente trabalho ocorra entre os anos de 1928 (segundo termo de Salazar como Ministro das Finanças) e 1933 (promulgação da Constituição Portuguesa de 1933 e início do Estado Novo), diversos acontecimentos relevantes forjaram a conjuntura necessária para as mudanças de regime em Portugal que cumulariam com o Estado Novo. Assim, o período a ser analisado, apenas no que tange à conjuntura abordada nesse capítulo, é expandida para o período compreendido entre 1900 e 1933.

e atuando, como dirigente do país ibérico até 1968, quando sofreu um derrame cerebral e foi afastado de suas funções²⁶ (MENESES, 2011).

Salazar nasceu no seio de uma família humilde de atividade agrícola (KAY, 1970; ALMADA, 1974), sendo enviado para estudar no Seminário de Viseu²⁷ em 1900 (MENESES, 2011). Durante seu período em Viseu, Salazar viveu a agitação política instaurada em Portugal e intensificada após o Regicídio de 1908 (MATOS, 2010). Com a implantação da I República Portuguesa, em 1910, inicia-se um distanciamento considerável entre Estado e a Igreja, sendo tomadas diversas medidas anticlericais que acabariam por aproximar Salazar da política (MATOS, 2010).

Dez anos após o início de seus estudos como seminarista, Salazar ingressou na Universidade de Coimbra, onde cursa Direito. Completou o curso superior em quatro anos e, dois anos depois, em 1916, tornou-se professor assistente da mesma instituição. Em 1918 doutorou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, assumindo em definitivo o cargo de professor (PORTUGAL. UNIVERSIDADE DE COIMBRA, s.d.). Durante o período de estudante em Coimbra, em defesa de sua fé cristã e o que via como ataques à Igreja Católica, Salazar iniciou sua longa prática de enviar artigos para publicações católicas (MATOS, 2010), como *O Imparcial*, sob o pseudônimo de Alves da Silva²⁸ (ALMADA, 1974).

Em Coimbra, ainda como professor, a proximidade com o Centro Académico de Democracia Cristã e a popularidade²⁹ auferida com os artigos que frequentemente publicava nos jornais voltados à comunidade cristã proporcionou sua vitória nas

²⁶ Durante sua permanência como dirigente máximo do Estado Novo, Salazar ainda acumularia, segundo Avelãs Nunes (2013), diversos cargos: “Para além de Presidente do Conselho (1932-1968), assumiu as pastas de Ministro das Finanças (1928 a 1940), Ministro das Colónias (1930), Ministro da Guerra (1932 e 1936 a 1944), Ministro dos Negócios Estrangeiros (1936 a 1947) e Ministro da Defesa Nacional (1961-1962)” (p. 2).

²⁷ Almada (1974) aduz que a escolha pelo Seminário de Viseu ocorreu, como passava com várias famílias pobres, por ser o único caminho de encaminhar filhos ao ensino superior, dada sua gratuidade nas mãos da Igreja. Salazar acabou não sendo ordenado sacerdote, todavia manteve suas convicções religiosas. Ainda, segundo Almada (1974), a decisão de Salazar de ir à Coimbra estudar Direito ao invés de tomar o sacerdócio como escolha, tem a ver com a ideia que tinha de poder melhor responder à “iníqua e injusta perseguição que os republicanos moviam à Igreja [...] no campo laico do que no âmbito religioso” (p. 60).

²⁸ Alves da Silva foi o representante de seu padrinho de batismo (e patrão de seu pai), Antônio Xavier Perestrello Corte-Real, no ato de batismo de Salazar (ALMADA, 1974).

²⁹ Essa popularidade – auferida através das críticas que impunha ao governo republicano – culminou com a suspensão de Salazar e outros três professores da Universidade de Coimbra durante o julgamento de sindicância que buscava apurar “a responsabilidade dos quatro no golpe de que resultara a proclamação da chamada Monarquia do Norte” (ALMADA, 1974, p. 67), ocasião em que militares revoltosos restauraram brevemente a monarquia no norte de Portugal. A suspensão, ainda segundo Almada (1974), foi resultado de sua conduta de propagandear o regime monarquista na Universidade de Coimbra e foi finalizada com a total absolvição dos acusados.

eleições do Parlamento, sendo eleito Deputado por Guimarães em 1921, cargo que logo abandonou por motivos não esclarecidos³⁰ em apenas dois dias de mandato (MATOS, 2010)³¹.

Retornou à Coimbra e seguiu lecionando na Universidade de Coimbra, de onde saía apenas para palestrar em eventos, entre eles o Congresso das Associações Comerciais e Industriais de Portugal, em Lisboa, ocasião em que teve seu nome fixado nas preferências da classe patronal ao palestrar sobre a redução das despesas públicas (ALMADA, 1974), tema até hoje muito caro a esta categoria.

Deixou brevemente o cargo para assumir, pela primeira vez, o Ministério das Finanças da recém implantada Ditadura Militar (1926–1928) (MATOS, 2010). Por incompatibilidades com as condições cedidas pelo regime para seu trabalho, notadamente a recusa de entrega do comando pleno do setor (MATOS, 2010), Salazar renunciou após poucos dias (ALMADA, 1974).

Novamente retomou o cargo de professor na Universidade de Coimbra e, em 1928, sob convite do então Presidente Óscar Carmona, reassumiu o cargo de Ministro das Finanças, sendo-lhe cumpridas todas as exigências para a aceitação: Os demais Ministérios estariam sujeitos, em seu funcionamento, à verba que lhe fosse atribuída pelo Ministério das Finanças, devendo reportar previamente a Salazar qualquer medida que tivesse efeito nas contas do Estado e tendo que acatar seus vetos a quaisquer alterações propostas (MATOS, 2010).

O convite havia sido feito por conta de um considerável fracasso de seu antecessor, Sinel de Cordes, em obter um empréstimo estrangeiro que o governo acreditava que equilibraria as contas públicas do Estado (MATOS, 2010). Sinel de Cordes havia sido duramente criticado por Salazar em artigos de opinião (MATOS, 2010), sendo tal convite fruto não apenas da reputação pessoal de Salazar, mas também da antagonização em relação ao antecessor.

Não obstante seja cristalina a importância da descrição da carreira de Salazar para atingir o entendimento dos fatores particulares que o conduziram ao poder, é

³⁰ Segundo Barreto (2013), muito embora as circunstâncias da renúncia de Salazar ao cargo de Deputado nunca terem sido devidamente esclarecidas, o próprio apoiou ativamente a versão de que teria ficado “horrorizado pelas baixezas e violências que teria presenciado na Câmara dos Deputados” (p. 1). Almada (1974), indica que Salazar participou de apenas uma sessão da Câmara dos Deputados, no dia 02 de setembro de 1921.

³¹ Salazar nunca retornaria para o Parlamento. Mesmo que quisesse, pouco tempo após a única sessão que compareceu, ocorreu o episódio chamado “a noite sangrenta”, quando o Primeiro-Ministro e diversas figuras políticas importantes do país foram assassinadas ou sofreram atentados, o que levou à dissolução do Parlamento (PAÇO, 2008a).

imprescindível analisar, minuciosamente, as condições históricas, políticas, econômicas e sociais que, conjuntamente, permitiram a ocorrência do objeto de estudo, o que será feito, durante o trabalho, por meio da análise de acontecimentos, cenários, atores, relação de forças e a relação entre conjuntura e estrutura (SOUZA, 2019).

3.2. Conjuntura histórico-política e socioeconômica

Portugal vivia um período conturbado no início do século XX: Em um espaço de dezoito anos (1908–1926), o país passou³² por um regicídio, a derrubada da monarquia vigente desde o ano 1139³³, a instalação da I República Portuguesa, a Primeira Guerra Mundial e a derrubada da República pelo golpe que originou a Ditadura Nacional (ALMADA, 1974).

Havendo sido um reino desde os anos iniciais do século XII, Portugal foi sacudido³⁴ pelo assassinato do Rei D. Carlos I e de seu sucessor direto, o Príncipe Real D. Luís Filipe de Bragança, ocorrido em um atentado orquestrado por membros da Carbonária em fevereiro de 1908 (FRAGA, 2010) na Praça do Comércio, em Lisboa.

³² Comporta, aqui, a diferenciação efetuada por SOUZA (2019) entre fatos e acontecimentos, razão pela qual, dentre muitos ocorridos, foram particularmente arrolados os presentes: “Devemos distinguir fato de acontecimento. Na vida real ocorrem milhares de fatos todos os dias em todas as partes, mas somente alguns desses fatos são “considerados” como acontecimentos: aqueles que adquirem um sentido especial para um país, uma classe social, um grupo social ou uma pessoa” (p. 9-10).

³³ A data se refere à fundação do Reino de Portugal (1139–1910) pelo conde que seria empossado Rei Afonso Henriques, o Conquistador (1106(?)-1185). A história monárquica de Portugal, todavia, data de séculos antes, quando o território era parte de outros condados ou reinos e essa condição de Reino seria alterada diversas vezes (nos casos do Império Português e da União Ibérica, por exemplo). Para Payne (1973) o governo de Afonso teria iniciado ainda antes da fundação do Reino de Portugal, já no ano de 1128.

³⁴ “Na viragem do século XIX para o século XX, vários chefes de Estado e cabeças coroadas são vítimas de atentados. Em junho de 1894, em Lyon, o Presidente francês Sadi Carnot é apunhalado pelo anarquista italiano Caserio; em Teerão, dois anos mais tarde, em maio, o Xá Nasseredin é morto a tiro de pistola por Mirza Reza Kermani, um fanático da seita babi; em agosto do ano seguinte, também com uma pistola, em Montevideo, é morto o Presidente Juan Idiarte Borda (este magnicídio, único na história do Uruguai, é tratado por Jorge Luís Borges no conto Avelino Arredondo, nome do assassino); em setembro de 1898, em Genebra, a imperatriz da Áustria-Hungria, Elisabete (Sissi), é vítima de outro anarquista italiano, Luigi Luccheni, que lhe espeta um estilete no coração; em julho de 1899, na cidade de Moca, uma conspiração de jovens revolucionários mata, a tiro, Ulises Heureaux (Lilís), o ditador dominicano que levou o país à bancarrota; exatamente um ano depois, em Monza, o rei da Itália Umberto I é assassinado com três tiros de pistola por Gaetano Bresci, anarquista que se quis vingar da feroz repressão efetuada pelo exército régio contra os revoltosos em Milão, dois anos antes; o Presidente americano, William McKinley, morre a 14 de setembro de 1901, oito dias depois de ter sido ferido com dois tiros no abdômen pelo anarquista Leon Czolgosz; em junho de 1903, em Belgrado, o Rei Alexandre e a Rainha Draga são selvaticamente assassinados” (ALVES; MONICO, 2016, p. 9).

Diversos fatores contribuíram para a queda de popularidade da monarquia portuguesa, entre eles: o desgaste político ocorrido com o episódio conhecido como a Regeneração³⁵ (ALVES, 1998), a subjugação dos interesses portugueses na África aos interesses britânicos (ultimato britânico de 1890: ALVES; MONICO, 2016), os gastos desgovernados do Rei D. Carlos I – conhecido por *Questão dos Adiantamentos*³⁶ – (SAMARA; TAVARES, 2008), a greve acadêmica na Universidade de Coimbra em 1907 (GONÇALVES, 2007), a existência de uma ditadura paralela ao período final do governo monárquico comandada por João Franco e a sucessiva dissolução de um parlamento já dividido com adiamento das novas eleições em que sairia vencedor próprio ditador *de facto* (ALMEIDA, 2010).

Com a morte do Rei D. Carlos I, assume o trono seu filho mais novo, Rei D. Manuel II, que, a 5 de outubro de 1910, pouco mais de dois anos após o assassinato do pai, é deposto por membros do Partido Republicano Português e grupos aliados após breve série de conflitos armados. De acordo com Saldanha (2015):

D. Manuel (1889-1932) foi, então, proclamado rei. Não conseguiu, contudo, solucionar a instabilidade política nem a catastrófica situação econômica do país: entre 1908 e 1910 sucederam-se seis Ministérios à frente dos destinos de Portugal (p. 138).

Nessa sequência, o processo revolucionário, iniciado a 2 de outubro de 1910 e finalizado apenas três dias depois, aboliu a monarquia em Portugal e instaurou a I República Portuguesa. A mudança de regime, todavia, não aquietou a convulsão política e social que acometia o país. Fatores como o anticlericalismo crescente (consubstanciado na Lei de Separação do Estado e da Igreja de 1911), a entrada na Primeira Guerra Mundial e seus efeitos³⁷, a dura repressão às greves convocadas

³⁵ A Regeneração foi o período compreendido entre 1851 e 1910, durante a Monarquia Constitucional de Portugal, em que ocorreram movimentos contestatórios à política fiscal do governo português. Disputas entre partidos pela chefia de governo e tomada de rumos acabaram por levar o Partido Reformista ao poder em 1868, após a *Revolta da Janeirinha*, e posteriormente, ao rotativismo que gerou um colapso do sistema político e a criação do Partido Regenerador. Para descrição com maior profundidade, v. Alves (1998).

³⁶ A questão dos adiantamentos se referia aos pedidos de adiantamento dos valores desembolsados pelo Estado português em prol da Família Real chefiada pelo Rei D. Carlos I. Muito embora extremamente superiores aos rendimentos da esmagadora maioria da população, os valores entregues à realeza eram gastos de forma pródiga, forçando o monarca a solicitar o adiantamento desses valores, fato que era visto negativamente pela população de um dos países mais pobres e menos industrializados da Europa à época (SAMARA; TAVARES, 2008).

³⁷ De acordo com Almada (1974), muito embora a República tivesse conseguido fechar dois anos seguidos com superávit das contas públicas – pela primeira vez em mais de um século – a entrada na Primeira Guerra Mundial sepultou o tímido crescimento obtido.

pelos movimentos operários e as guerras civis e contínuas tentativas de golpe, além da instabilidade republicana e constitucional (a despeito da criação da Constituição Política da República Portuguesa de 1911) erodiram a força do novo regime (ALMADA, 1974).

Wheeler (1978) narra instabilidade³⁸ governamental do período, que contou com “um total de quarenta e cinco governos, oito eleições gerais e oito presidentes em quinze anos e oito meses, a República Portuguesa foi o regime parlamentar mais instável da Europa ocidental” (p. 865).

Entre os atores que compunham a conjuntura, grupos rivais – sindicalistas, comunistas, anarquistas, republicanos, monarquistas, integralistas, liberais e católicos conservadores – lutavam pelo poder utilizando-se do expediente da violência política, o que acabou por agravar ainda mais a situação do país (MATOS, 2010)

Após dezesseis anos³⁹ de sublevações militares frequentes e atentados à bomba (geralmente por parte dos militantes anarquistas, cujos ataques continuaram nos primeiros meses do período ditatorial) (MADUREIRA, 2000), o golpe militar de 28 de maio de 1926, surgido em meio à crise do tabaco (ALMADA, 1974), derruba a I República Portuguesa e inaugura o período conhecido por Ditadura Militar (1926–1928), cujo marco deflagrador foi a revogação tácita da Constituição de 1911. Cunha (1987), explana o processo:

O sistema, pouco a pouco, foi deteriorando-se, à medida que aumentava um estado de insatisfação coletiva, em virtude das dissonâncias da ordem econômica e social. A revolução de 28 de maio de 1926, dissolvendo o Congresso, revogou, praticamente, a Constituição de 1911, legislando a Ditadura Militar até 1933, através de decretos-leis, tendo sido assentado o costume de o Presidente da República não governar diretamente auxiliado pelo ministério, mas mediante um Presidente do Conselho, a quem competia

³⁸ Cumpre ressaltar que Portugal viveu dois breves períodos de característica ditatorial durante a Primeira República: o primeiro quando o General Joaquim Pimenta de Castro governou como Presidente do Ministério (atual Primeiro-Ministro) sem parlamento entre 28 de janeiro e 14 de maio de 1915, sendo removido do cargo por um movimento militar (MATOS, 2005). O segundo foi o golpe de Estado de dezembro de 1917, capitaneado por Sidónio Pais (PINHEIRO, s.d.).

³⁹ “Tendo herdado do regime monárquico um país em crise – crise econômica tanto quanto social e política – a república implantada a 5 de outubro de 1910 jamais conseguiu estabilizar-se. Esse estado de coisas vinha de trás, desde o início da expansão portuguesa no mundo, mas agravou-se com as invasões napoleônicas, com o traslado da corte para o Rio de Janeiro, que arrastou atrás de si 15 mil áulicos, aristocratas e funcionários com as respectivas riquezas e transferências de rendimentos e, finalmente, com a independência do Brasil, cujo ouro se perdeu juntamente com o exclusivo comércio a favor da Inglaterra. Além de ter que enfrentar o descalabro econômico, representado por uma dívida flutuante de 83 mil contos e uma dívida consolidada de 692 mil contos, a república viveu durante dezesseis anos sob o constante assédio de levantes monárquicos e pronunciamentos antirrevolucionários. Generosos na repressão, os dirigentes republicanos não tardavam a anistiar os insurretos, os quais por logo voltavam a conspirar contra o novo regime” (ALMADA, 1974, p. 75).

organizar e dirigir a atividade governamental. Surge, então, Salazar, financista de alto coturno, asceta da vida política (p. 114).

Não obstante, a nova mudança de regime não pôs fim às inquietações no país. Confrontos entre facções militares pelo comando da nação ibérica e a continuidade do desequilíbrio nas contas públicas ainda eram problemas graves que acometiam Portugal (ALMADA, 1974).

Nesse contexto, Salazar foi convidado, pela primeira vez para assumir o Ministério das Finanças em julho de 1926 no governo do General José Vicente de Freitas, ocasião em que auferiu admiração popular e midiática (MATOS, 2010). Sua participação, contudo, durou poucos dias, renunciando ao cargo por não terem lhe sido cedidas as condições que entendia necessárias para seu trabalho (MATOS, 2010).

O caos político e militar, assim denominado por Almada (1974), permaneceu durante o período da Ditadura Militar e o início da Ditadura Nacional, com conflitos internos entre os generais pelo comando do país.

Iniciou o período da Ditadura Nacional (1928–1933), que foi marcado pela eleição com suspeitas de fraude (ALMADA, 1974) por sufrágio direto⁴⁰ do candidato único, General Óscar Carmona.

No entanto, a não resolução dos problemas financeiros vividos por Portugal, conjuntamente com o fracasso⁴¹ do então Ministro das Finanças⁴², General João José Sinel de Cordes⁴³, em obter um vultuoso empréstimo – 12 milhões de libras esterlinas – da Sociedade das Nações (MATOS, 2010), agravou a já acentuada perda de prestígio popular do governo militar (ALMADA, 1974).

Esse cenário acabou por proporcionar a Salazar um segundo convite⁴⁴ – dessa vez com o governo da Ditadura Nacional, comandado por Óscar Carmona,

⁴⁰ O sufrágio, todavia, não era universal. Às mulheres não era permitido o voto (ESTEVES, 2014) e a eleição foi considerada pela Liga de Paris como uma fraude (FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, s.d.).

⁴¹ Esse fracasso, no entanto, foi inicialmente nublado por um arroubo de nacionalismo pela negativa de Sinel de Cordes e Ivens Ferraz em continuar com uma negociação em termos que eram vistos como aviltantes da soberania de Portugal (MATOS, 2010).

⁴² Em 1926 Salazar trabalhou, brevemente, sob o comando de Sinel de Cordes, seu sucessor após a renúncia ao Ministério das Finanças, presidindo comissão encarregada de estudar a reforma fiscal no país (MATOS, 2010).

⁴³ “O novo ministro das Finanças, já que Salazar se ausentara para Coimbra, é o general Sinel de Cordes. Ideologicamente, é um extremista de direita, partidário da monarquia absoluta. Tecnicamente, isto é, como economista, é uma nulidade completa” (ALMADA, 1974, p. 98).

⁴⁴ “Aliado às forças conservadoras, Salazar conspirava para voltar ao poder. Entre novembro e dezembro do ano anterior, 1927, viera publicando no jornal católico *Novidades* uma série de artigos de análise de proposta orçamentária [...]” (ALMADA, 1974, p. 102).

capitulando para todas suas exigências – para assumir o Ministério das Finanças (MATOS, 2010).

Segundo Leitão (2019), o cenário do convite efetuado a Salazar deu-se na seguinte forma:

Como última saída, Sinel de Cordes apelou à Liga das Nações, que impôs pesadas condições para conceder seu apoio. A imprensa e os críticos contrários à sua política pressionaram o governo, que demitiu Sinel de Cordes, e nomeou Ivens Ferraz interinamente durante as negociações. Na impossibilidade de honrar tal acordo, o Governo Militar se encontrava sem perspectivas. Frente a tal cenário, foi buscar um “doutor”, fora das fileiras das Forças Armadas, um civil que não estava vinculado com o governo, António de Oliveira Salazar (p. 30).

Em mesmo sentido, aduz Matos (2010) que, com o desgaste sofrido por Sinel de Cordes diante do fracasso das tratativas do empréstimo, “Salazar torna-se uma referência para os homens do 28 de maio, que o encaram como possuidor da solução para a crise econômica” (p. 22).

Em sua posse, a 27 de abril de 1928, Salazar proferiu discurso na sala do Conselho de Estado, onde estabeleceu publicamente as bases autoritárias do funcionamento do Ministério – bases essas que expandiria em seu futuro governo – e as exigências para tomar posse no cargo, avisando à Nação sobre os “sacrifícios” que teriam que ser feitos em prol do reequilíbrio fiscal da nação (MATOS, 2010).

É imprescindível, neste ponto do estudo, citar, *ipsis litteris*, os principais pontos elencados por Salazar no discurso como partes de seu método de trabalho:

Esse método de trabalho reduziu-se aos quatro pontos seguintes:

- a) Que cada Ministério se compromete a limitar e a organizar os seus serviços dentro da verba global que lhes seja atribuída pelo Ministério das Finanças;
- b) Que as medidas tomadas pelos vários Ministérios, com repercussão directa nas receitas ou despesas do Estado, serão previamente discutidas e ajustadas com o Ministério das Finanças;
- c) Que o Ministério das Finanças pode opor o seu «veto» a todos os aumentos de despesa corrente ou ordinária, e às despesas de fomento para que se não realizem as operações de crédito indispensáveis;
- d) Que o Ministério das Finanças se compromete a colaborar com os diferentes Ministérios nas medidas relativas a reduções de despesas ou arrecadação de receitas, para que se possam organizar, tanto quanto possível, segundo critérios uniformes (SALAZAR, 1935, p.4–5).

No início do discurso, é apontada a aceitação do cargo como um sacrifício patriótico (SALAZAR, 1935): Salazar utilizaria, em diversos momentos de sua carreira

política, o termo ‘sacrifício’, algo que auxiliou em forjar sua imagem de homem técnico e que trabalhava incansavelmente pela nação em detrimento de si mesmo (MATOS, 2010). Já no corpo do discurso, Salazar apontou a regularização da vida financeira como necessária para o saneamento da vida econômica nacional (SALAZAR, 1935).

Finalizou o discurso inaugural com a frase que entraria para a história (MATOS, 2010) como a definição do que seria seu futuro governo:

Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar (SALAZAR, 1935, p. 5–6).

Durante o exercício inicial do cargo, Salazar efetuou duras contenções de despesas (vedando novas despesas e congelando salários), obteve aumento exponencial de recursos (incrementando tributos existentes e criando novos), obtendo superávit apenas um ano após assumir o Ministério das Finanças.

Com efeito, segundo Telo (1994), essa fase (1928–1932) passou a ser denominada de ‘ditadura financeira’, assim “entendida como a última de uma longa série de intervenções anormais na finança portuguesa que visam, na realidade, resolver o «problema político» do Estado” (p. 779).

O ano de 1929 marcou o começo da Grande Depressão, que devastou as economias de diversos países ao redor do globo. Em Portugal, todavia, mesmo que sentidos tais efeitos, a política econômica adotada por Salazar impediu as consequências catastróficas sentidas mundialmente, conforme assevera Cardoso (2012):

Os elementos relativos ao comportamento da economia portuguesa ao longo da década de 1930 permitem concluir que, não obstante a travagem no ritmo de crescimento provocada pelas contrariedades da conjuntura internacional, a economia portuguesa conheceu um desempenho satisfatório que lhe permitiu alcançar, entre 1929 e 1934, uma taxa de crescimento do PIB de cerca de 3,6% ao ano [...], o que atesta bem a especificidade e benignidade da situação vivida em Portugal, quando se compara com as repercussões noutros países europeus (p. 374).

Ressalta-se que, nos anos anteriores ao exercício do cargo por Salazar, a economia portuguesa teve apenas dois anos de superávit pós-1860, nos anos de 1913 e 1914 (CARDOSO, 2012).

Cochicho (2011), sintetiza a atuação de Salazar no contexto internacional que o cercava e a legitimação pública que auferiu:

A recuperação financeira do País exercida pela autoridade permitiu a construção do mito Salazar. Os anos trinta são fortemente marcados pela depressão capitalista e pela ideia de um poder personalizado. A visão quase messiânica do líder salvador que, no meio da crise generalizada, surge para salvar as Nações da bancarrota final, aparece um pouco por toda a parte: na América do “New Deal” é Franklin Roosevelt, que comanda os Estados Unidos na saída da depressão, e na Alemanha nazi, é Hitler que aparece como restituidor da dignidade alemã. Salvaguardadas as diferenças, ficamos a visão do Homem invulgar que ultrapassa as limitações humanas e históricas para o bem-geral do país (p. 88).

Com a economia controlada, Salazar procedeu ao que Telo (1994) habilmente considerou como sendo seu objetivo, ou seja, resolver o problema político do país. Foi formalmente fundada, a 30 de julho de 1930, a União Nacional (UN), partido que, *de facto*⁴⁵, passou a atuar como partido único, servindo de base ao governo ditatorial.

António Costa Pinto (2016) define, com precisão, a natureza da União Nacional como sendo “um típico partido criado a partir de cima, visando monopolizar a representação política e para ele canalizar e neutralizar o amplo e contraditório bloco de apoio à ditadura” (p. 215).

O novo partido⁴⁶, após dizimar a chance de existência de outros partidos, encampou os sindicatos e associações patronais, os militares e a Igreja, originalmente apoiadores ou não, sob sua tutela corporativista (TELO, 1994), buscando a resolução de todos os conflitos e atritos no âmbito do Estado. Dos poucos adversários – muito embora aliados em momentos de convergência ideológica, ao menos no início – destacam-se os membros do Integralismo Lusitano, posteriormente transformado no movimento do Nacional-Sindicalismo (COSTA PINTO, 2016).

Em 1932 Salazar chega ao posto de Presidente do Conselho de Ministros, efetivamente tomando o controle dos rumos políticos de Portugal. Em 1933, com a promulgação da Constituição Portuguesa, Salazar, na qualidade de dirigente máximo do país, recebe poderes quase ilimitados, encerrando o período da Ditadura Nacional e dando início ao Estado Novo (MATOS, 2010).

⁴⁵ Muito embora os partidos não tenham sido proibidos legalmente, havia um óbice – intransponível – para sua fundação e funcionamento: deveriam ter a chancela do governo de Salazar (CALDEIRA, 1986).

⁴⁶ Salazar evitava a consideração da União Nacional como um partido político, evitando até a associação com termos de natureza partidária, vez que considerava que os partidos cumpriam papel de causas divisões ideológicas entre a população (CALDEIRA, 1986).

Salazar, conforme já narrado, somente deixaria o poder em 1968, por conta de um acidente vascular cerebral sofrido em 1967 que o impediu de continuar governando (ALMADA, 1974). Foi substituído⁴⁷ por Marcello Caetano e morreu em 1970, encerrando o período do Salazarismo. O Estado Novo continuou até 1974, período denominado Marcellismo, quando foi derrubado pela Revolução dos Cravos, comandada por militares e apoiada pela população civil, a 25 de abril daquele ano (SAMPAIO, 2007).

3.3. A conjuntura política internacional (1920–1930)

O contexto político europeu também apresentou participação relevante no surgimento do Salazarismo e do Estado Novo. A Europa, nos anos 1920 e 1930, vivia uma época de surgimento e consolidação de regimes de inspiração nazifascista, o que acabou sendo denominado por Thomas Mann de *a era do fascismo*⁴⁸ (LOFF, 2010): Benito Mussolini assumiu o poder na Itália em 1922, Adolf Hitler assumiu o poder na Alemanha em 1933 e Francisco Franco assumiu o poder na Espanha em 1936.

Hobsbawm (1995) explana sobre as condições que permitiram a tomada de poder da ultradireita europeia:

As condições ideais para o triunfo da ultradireita alucinada eram um Estado velho, com seus mecanismos dirigentes não mais funcionando; uma massa de cidadãos desencantados, desorientados e descontentes, não mais sabendo a quem ser leais; fortes movimentos socialistas ameaçando ou parecendo ameaçar com a revolução social, mas não de fato em posição de realiza-la; e uma inclinação do ressentimento nacionalista contra os tratados de paz de 1918-20. Essas eram as condições sob as quais as velhas elites governantes desamparadas sentiam-se tentadas a recorrer aos ultraradicais, como fizeram os liberais italianos aos fascistas de Mussolini em 1920-2, e os alemães aos nacional-socialistas de Hitler em 1932-3. Essas, pelo mesmo princípio, foram as condições que transformaram movimentos de direita radical em poderosas forças organizadas e às vezes uniformizadas e paramilitares (*squadristi*; as tropas de assalto), ou, como na Alemanha durante a Grande Depressão, em maciços exércitos nacionais. Contudo, em nenhum dos Estados fascistas o fascismo “conquistou o poder”, embora na Itália e na Alemanha se explorasse muito a retórica de “tomar as ruas” e “marchar sobre Roma”. Nos dois casos o fascismo chegou

⁴⁷ Entre seu afastamento e sua morte, Salazar, já delirante, acreditava que ainda governava o país. Seus então ministros lhe prestavam visitas e fingiam despachar com ele os assuntos de outrora para manter a ilusão de normalidade nos anos finais da vida do ditador (ALMADA, 1974).

⁴⁸ Além da Alemanha, Itália e Espanha, Costa Pinto (2014) lista a existência de outros países sujeitos a ditaduras de caráter corporativista entre 1918 e 1945: Áustria, Bulgária, Eslováquia, Estônia, França, Grécia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia e Romênia.

ao poder pela convivência com, e na verdade (como Itália), por iniciativa do velho regime, ou seja, de uma forma “constitucional” (p. 114-115).

Ainda em sua compreensiva demonstração dos fatores que permitiram a visibilidade dos autoritarismos e totalitarismos europeus do entre guerras, Hobsbawm (1995) conecta a ascensão internacional da Alemanha nazista como um fator de visibilidade para que regimes reacionários não necessariamente fascistas, como o de Salazar, tivessem impacto fora da própria Europa.

Salazar, não obstante, fazia grande esforço para diferenciar o Estado Novo dos outros regimes autoritários, defendendo sua “originalidade” (TORGAL, 2008).

Segundo Ferro (1942), biógrafo responsável pela criação da imagem de Salazar junto ao público (MATOS, 2010), o dirigente do Estado Novo defendia a seguinte ideia:

A nossa Ditadura aproxima-se, evidentemente, da Ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter marcadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se, todavia, nos seus procedimentos de renovação. A ditadura fascista tende a um cesarismo pagão, a um Estado novo que não conhece limitações de ordem jurídica e moral, que marcha para o seu fim sem se importar com tropeços nem obstáculos⁴⁹ (p. 101-102).

Paradoxalmente, apesar de ser conhecido o fato de ter uma foto de Mussolini em sua mesa de trabalho (CÉU E SILVA, 2019), Ferro (1942) indica que possuía críticas ao *Duce*, inclusive “sua formação socialista, quase comunista” (p. 102), concluindo que “Mussolini [...] é um grande homem, mas não em vão é da terra de César e Maquiavel” (p. 103).

No que tange a relação de Salazar com Hitler, a situação é mais complexa. Apesar de ter admiração pela forma enérgica que Hitler impediu a expansão do comunismo na Europa (FERRO, 1942), Salazar tinha críticas semelhantes às que tinha a Mussolini, com o aspecto agravante de temer que uma eventual vitória de Hitler pudesse constituir uma ameaça a Portugal (MENESES, 2011).

⁴⁹ “Nuestra Dictadura se aproxima, evidentemente, de la Dictadura fascista en el refuerzo de la autoridad, en la guerra declarada a ciertos principios democráticos, en su carácter marcadamente nacionalista, en sus preocupaciones de orden social. Se separa, sin embargo, en sus procedimientos de renovación. La Dictadura fascista tende a un cesarismo pagano, a un Estado nuevo que no reconoce límites de orden jurídico y moral, que camina hacia su fin sin hacer caso de tropiezos ni obstáculos” (FERRO, 1942, p. 101-102). Tradução minha.

A crítica aos “paganismos”, que Salazar considerava como danosos à manutenção dos limites morais do Estado Novo (FERRO, 1942) também é feita a Hitler ao declarar que “Portugal não se fez ou unificou nos tempos modernos nem tomou a sua forma com o ideal pagão e anti-humano de deificar uma raça ou um império” (SALAZAR, 1935, p. 342).

A relação com Franco, da vizinha Espanha, foi iniciada com o apoio de Salazar – já Presidente do Conselho de Ministros – ao futuro *Generalíssimo* durante a Guerra Civil Espanhola (1936–1939).

Salazar possuía acentuado interesse na vitória de Franco face aos republicanos, conforme explicado por Serem (2015):

De facto, para Salazar, a Guerra de Espanha apresentou-se como uma oportunidade única para radicalizar o Estado Novo, nascido de uma ditadura militar cuja génese foi o golpe de estado de 28 de Maio de 1926. Concomitantemente, o segundo (e não menos importante) objetivo do regime era substituir a jovem democracia espanhola, implantada em 1931, por um governo ideologicamente compatível com o Estado Novo. A vitória da autodenominada *fação Nacionalista* (uma nomenclatura que pressupunha que a República Espanhola era antipatriota), caudilhada pelo General Francisco Franco Bahamonde, foi fator determinante para a consolidação das ditaduras salazarista e franquista, que viriam a sobreviver ao colapso do fascismo europeu no pós-Segunda Guerra Mundial e perdurar até 1974, em Portugal, e 1975, em Espanha (p. 205).

A despeito do que Serem (2015) denominou como “uma relação de subserviência para com a Espanha rebelde” (p. 216), Salazar demonstrou cálculo político e frieza no que concerne à independência e soberania de Portugal durante a ascensão do fascismo e no pós-guerra.

Muito embora já houvesse neutralizado⁵⁰ os intentos comunistas⁵¹ e anarquistas internos, Salazar ainda não havia impedido os riscos da expansão fascista. Franco possuía forte simpatia a Hitler (SEREM, 2015), gerando ao líder do Estado Novo o receio dessa proximidade.

Os países assinaram um tratado de amizade e não-agressão em 1939, poucos dias antes do fim da Guerra Civil Espanhola, impedindo invasões mútuas e apoio a invasões por outros países e seu protocolo adicional (1940) que impunha a convergência de estratégias entre os países para a tomada de qualquer decisão

⁵⁰ Tendo os conflitos de classe sido absorvidos pelo corporativismo estatal e a oposição ilegalizada, Salazar praticamente não possuía, ao tempo da Guerra Civil Espanhola, quaisquer opositores devidamente organizados (CAMPINA, 2012).

⁵¹ Serem (2015) define o posicionamento fortemente anticomunista português como mera paranoia.

relativa aos conflitos (REZOLA, 2008). Para Rezola (2008), esses esforços foram essenciais na preservação dos seus regimes e na asseguuração de suas continuidades no pós-Guerra.

Ideologicamente, Salazar restringia os pontos de convergência entre o Estado Novo e os regimes fascistas e autoritários não fascistas⁵² europeus ao corporativismo (SALAZAR, 1935). A ampla aplicação do corporativismo nesses regimes é corroborada por Costa Pinto⁵³ (2014).

Conclui-se que, a despeito das singularidades e similaridades⁵⁴ do caso português em relação aos vizinhos europeus, o fato de estar inserido naquele contexto contribuiu decisivamente para a ascensão e permanência de Salazar no poder (LOPES, 2017).

3.4. Uma diferenciação necessária: Salazarismo e Estado Novo, autoritarismo e totalitarismo

Qualquer estudo que busque a compreensão do conjunto de fenômenos que levaram Salazar ao poder em Portugal deve, necessariamente, evidenciar as diferenças entre Salazarismo e Estado Novo e entre autoritarismo e totalitarismo, entre outras, sob pena de efetuar uma análise rasa e eivada de vícios oriundos do senso comum que turvam o aprofundamento da análise. Insta ressaltar, no entanto, que as diferenciações aqui expostas não são aprofundadas – caso fossem, extrapolariam os objetivos do presente trabalho –, mas sim linhas gerais dos conceitos

⁵² Para maior entendimento da distinção aqui referida, v. Hobsbawm (1995).

⁵³ “O corporativismo tem, frequentemente e legitimamente, sido associado à cultura política católica do início do século XX, embora o Fascismo também tenha o codificado como uma alternativa autoritária para a Democracia Liberal. Apesar dele ter estado presente nas instituições de alguns regimes democráticos, apenas nas ditaduras foi feito um esforço sério para organizar regimes políticos de acordo com a ideologia corporativista. O sucesso deste efeito de hibridação nas instituições políticas autoritárias da Europa, durante a primeira metade do século XX, é um bom exemplo de como a codificação das instituições corporativas se generalizou. Essas experiências não apenas ilustraram a adoção pragmática de instituições autoritárias na Europa do Entre Guerras, como elas também ilustram a sua utilização por ditadores, sem qualquer vínculo com o pano de fundo cultural do corporativismo católico ou fascista do sul da Europa, o que sugere que elas foram, na verdade, resultado de um processo de difusão no período do Entre Guerras. Embora tenha havido algumas variações, a ideologia do interesse nacional único, típico da feição apolítica do pensamento militar e das elites conservadoras antidemocráticas, era muito compatível com o núcleo "orgânico estatista" da representação corporativista e a "experiência prática bem sucedida" de alguns regimes levou à sua rápida difusão” (COSTA PINTO, 2014, p. 46).

⁵⁴ A comparação também é feita em relação aos Estados Novos brasileiro (Getúlio Vargas) e português, similares no que tange algumas práticas e simpatias dos governantes e na adoção do corporativismo, mas diferentes em outros aspectos. Para uma análise mais aprofundada da comparação, v. Costa Pinto e Martinho (2007).

operacionalizados que permitem, quando comparadas às outras, efetuar a separação da nomenclatura e evitar a incorrência em erros terminológicos.

Muito embora utilizados como termos análogos, há de ser ressaltado que o Salazarismo e o Estado Novo compreendem conceitos e períodos históricos diversos (MATOS, 2010).

O Estado Novo foi o regime de caráter autoritário⁵⁵, autocrata e corporativo⁵⁶ que imperou em Portugal entre 1933 e 1974, tendo por base seu dirigente máximo, António de Oliveira Salazar, que governou Portugal durante quase a totalidade desse período (1933–1968).

De acordo com Raimundo (2018):

O Estado Novo, nome pelo qual ficou conhecido o regime político que vigorou entre 1933 e 1974, foi um regime autoritário de direita, vagamente inspirado no fascismo italiano dos anos 20 e 30 do século XX (p. 22).

Na mesma esteira, Payne (2014), ao descrever o Estado Novo Português, denota que, mesmo sendo um desafio teórico aos estudiosos do fascismo genérico, o regime foi um “produto bastante típico da nova política da era fascista⁵⁷” (p. 176), vez que os partidos fascistas ou de natureza fascista europeus são anteriores a seu surgimento.

O Salazarismo, por sua vez, consistente no período que compreende em que Salazar permaneceu como dirigente do Estado Novo, entre 1933 e 1968, representa a fase em que a visão de mundo de Salazar – conservadorismo cristão antidemocrático e anticomunista – foi mais fortemente implantada na política portuguesa (SANFEY, 2003), ou seja, possui maior relação com a implantação da ideologia de Salazar que com o lapso temporal *per se*.

⁵⁵ Após considerável ponderação acerca da natureza do Salazarismo, que é costumeiramente disputado academicamente como sendo um regime totalitário ou um regime autoritário, Lopes (2017) conclui: “Em particular, o regime-novista configurou-se como um conservadorismo católico autoritário, de base tradicionalista e integracionista, dotado de um organicismo e paternalismo social que instituiu um monopartidarismo autocrático sob a forma de ditadura corporativa do chefe de Governo” (p. 15).

⁵⁶ “O Corporativismo é uma doutrina que propugna a organização da coletividade baseada na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais (corporações). Propõe, graças à solidariedade orgânica dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração que daí podem derivar, a remoção ou neutralização dos elementos de conflito: a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social, as diferenças ideológicas no plano político” (INCISA, 2007, p. 287).

⁵⁷ “Pese a ser productos bastante típicos de la nueva política de la era fascista (en el caso del Estado Novo portugués, es tecnicamente anterior al período principal del fascismo), [...]”. Tradução minha.

Lopes (2017), ainda, explana sobre as características que propiciaram a aproximação do Salazarismo aos seus regimes contemporâneos:

De facto, pela sua natureza antidemocrática, o salazarismo aproximou-se do fascismo italiano e do nacional socialismo alemão. Contudo, o segredo da sua longevidade reside no ecletismo que cultivou. Politicamente tripartidarista e constitucionalmente híbrido, evitou afirmações totalitárias, entrosando uma ideologia nacionalista de origem integralista e um corporativismo social de inspiração católica que enjeitou a democracia (p. 5).

O autor, por fim, sintetiza a identificação política do Salazarismo (e do Estado Novo):

Em jeito de síntese, digamos que o Estado Novo foi um regime não-totalitário por opção própria. Em determinado momento, Salazar e a sua elite deixaram de se identificar com Mussolini e o Partido Nacional Fascista. Desta forma, afigura-se-nos mais importante o que separa o salazarismo do fascismo do que aquilo que os aproxima, sendo que o primeiro foi um “mero” autoritarismo. Em particular, o regime estado-novista configurou-se como um conservadorismo católico autoritário, de base tradicionalista e integracionista, dotado de um organicismo e paternalismo social que instituiu um monopartidarismo autocrático sob a forma de ditadura corporativa do chefe de Governo. E se, pautando-nos ainda pelo critério do sistema partidário e pelas eventuais críticas que daí possam surgir, esta catalogação do regime poderia ter um desfecho diferente com a vitória do Nacional-Sindicalismo, à astúcia de Salazar, apoiado pelo poder institucional da direita radical, se deve a culpa. Enfim, de parte a conjuntura, o partido de Salazar foi não fascista por opção própria, enquanto o partido de Preto⁵⁸ foi não fascista por opção de Salazar (LOPES, 2017, p. 14-15).

Ademais, resta imprescindível diferenciar o autoritarismo, intrínseco ao regime de Salazar, das formas alternativas de autoritarismo e totalitarismo contemporâneos ao seu período histórico.

O autoritarismo, mencionado anteriormente, é definido por Lopes (2017) como:

Noutras palavras, o autoritarismo pauta-se por um pluralismo limitado, programaticamente não competitivo; onde as instituições partidárias não são responsabilizadas pelos seus actos, corolário de uma hierarquia *top-down* burocrática; e, pela ausência de um corpo ideológico consistente e bem delimitado, subsistindo antes uma “mentalidade” que, por norma, apela ao tradicionalismo cultural e religioso (por exemplo, à trilogia clássica: Deus, Pátria e Família) (p. 4).

⁵⁸ “Preto”, mencionado na obra de Lopes (2017), refere-se a Francisco de Barcelos Rolão Preto, líder do integralismo lusitano e, inicialmente, apoiador do regime dirigido por Salazar. Posteriormente, após romper com o regime e ser exilado Rolão Preto passou ao papel de opositor do Estado Novo (MATOS, 2010). O tema dos grupos de apoio, imprescindíveis para a ascensão de Salazar, será tratado em capítulo específico, consistindo, inclusive, em objetivo específico do presente trabalho.

O totalitarismo, na leitura arendtiana de Stoppino (2007), pode ser definido como:

Segundo Hannah Arendt, o Totalitarismo é uma forma de domínio radicalmente nova porque não se limita a destruir as capacidades políticas do homem, isolando-o em relação à vida pública, como faziam as velhas tiranias e os velhos despotismos, mas tende a destruir os próprios grupos e instituições que formam o tecido das relações privadas do homem, tornando-o estranho assim ao mundo e privando-o até de seu próprio eu (p. 1248).

Ebenstein (1957), ao considerar os critérios clássicos do totalitarismo de Friedrich e Brzezinski⁵⁹, reforçou as diferenças entre os conceitos:

A ausência do princípio da totalidade é uma das diferenças-chave entre o totalitarismo e o autoritarismo tradicional, como definido em *O Leviatã* de Hobbes e praticado na maioria das ditaduras tradicionais da América Latina e Ásia. Esses sistemas autoritários podem mostrar a maior parte ou todos os seis critérios sugeridos pelos autores, mas enquanto a ditadura estiver limitada a áreas definidas de comportamento (principalmente no campo do governo, mas também na educação e economia), não é totalitário, porque deixa algumas áreas da ação e relação humanas para a regulação por discricionariedade individual ou por costume e tradição⁶⁰ (p. 278).

Por fim, Rosas (2001), corrobora com a argumentação contrária à classificação do regime de Salazar como totalitarista:

⁵⁹ “1) uma ideologia oficial que diz respeito a todos os aspectos da atividade e da existência do homem e que todos os membros da sociedade devem abraçar, e que critica, de modo radical, o estado atual das coisas e que dirige a luta pela sua transformação; 2) um partido único de massa dirigido tipicamente por um ditador, estruturado de uma forma hierárquica, com uma posição de superioridade ou de mistura com a organização burocrática do Estado, composto por pequena porcentagem da população, onde uma parte nutre apaixonada e inabalável fé na ideologia e está disposta a qualquer atividade para propagá-la e atuá-la; 3) um sistema de território policial, que apoia e ao mesmo tempo controla o partido, faz frutificar a ciência moderna e especialmente a psicologia científica e é dirigido de uma forma própria, não apenas contra os inimigos plausíveis do regime, mas ainda contra as classes da população arbitrariamente escolhidas; 4) o monopólio tendencialmente absoluto, nas mãos do partido e baseado na tecnologia moderna, da direção de todos os meios de comunicação em massa, como a imprensa, o rádio e o cinema; 5) um monopólio tendencialmente absoluto, nas mãos do partido e baseado na tecnologia moderna, de todos os instrumentos da luta armada; 6) um controle e uma direção central de toda a economia através da coordenação burocrática das unidades produtivas antes independentes (STOPPINO, 2007, p. 1249)

⁶⁰ “The absence of the principle of totality is one key difference between totalitarianism and traditional authoritarianism as described in Hobbes' *Leviathan* and as practiced in most traditional dictatorships of Latin America or Asia. These authoritarian systems may show most or all of the six criteria suggested by the authors, but as long as the dictatorship is limited to defined areas of behavior (mostly in the field of government, but also in education and economics), it is not totalitarian, because it leaves some areas of human actions and relations to regulation by individual discretion or by custom and tradition” (EBENSTEIN, 1958, p. 278). Tradução minha.

Um dos argumentos correntes para negar a natureza totalizante do aparelho de propaganda e inculcação do regime é o de que ele teria consentido, designadamente nos anos 30 e 40, num certo «pluralismo limitado», concretamente no tocante aos organismos juvenis da Acção Católica ou ao escutismo católico, espaço esse imposto pela resistência da Igreja ao desiderato “‘estatista’ de Carneiro Pacheco” para a “educação nacional” (p. 1051).

Superado o debate, parte-se para um segundo aspecto de imperativa análise em prol de evitar comparações superficiais: a relação entre o Salazarismo e o fascismo propriamente dito.

3.5. O Salazarismo e o fascismo

Há, em particular, um questionamento relativo ao Salazarismo que não possui resposta unânime na literatura: o Salazarismo foi uma forma de fascismo⁶¹?

Para abordar – ainda que superficialmente e sem a pretensão de obter uma resposta definitiva – esse questionamento tão complexo, faz-se necessário recorrer às características gerais dos principais regimes fascistas *per se*, ou seja, a Itália de Benito Mussolini e a Alemanha de Adolf Hitler. Ademais, é necessário entender os tipos de direitas contemporâneas desses regimes que, muito embora pudessem ter características em comum por serem do mesmo espectro político, não necessariamente pertenciam à mesma posição em sua totalidade.

O primeiro ponto, o estabelecimento das características do fascismo e a análise da conformação do Salazarismo com elas, será efetuado por meio da análise dos autores Robert Paxton e Michael Mann, definidos por Monteiro (2018) como de maior relevância nesse campo de estudo.

Paxton (2004), indica, resumidamente, que o fascismo foi um movimento de massas (das quais se beneficiava não apenas eleitoralmente, mas principalmente pelo seu engajamento), que foi procurado pelas elites conservadoras da época (estas que, erroneamente, supunham que poderiam controlar os líderes fascistas devido à sua inexperiência política), possuiu baixa frequência histórica e possuiu parca

⁶¹ Utiliza-se aqui, para fins de operacionalização conceitual, as definições de fascismo de Paxton (2004) e de Mann (2008), que, embora ligeiramente diversas (até mesmo pela ‘não-definição’ explícita por parte de Paxton), são complementares uma da outra.

fundamentação ideológica (sendo baseado mais nas emoções sentidas por essa massa e controladas pelos líderes fascistas que por bases intelectuais).

Mann (2008), por sua vez, aponta como características principais do fascismo: Foi um movimento de massas – heterogêneas em sua formação – que negociou com as elites conservadoras tradicionais coexistentes para chegar ao poder. Possuiu baixa frequência histórica e duração e é descrita pelo autor como tendo tendências nacionalistas, autoritárias, militaristas e transcendentais (voltadas à superação dos conflitos de classes) e extremamente ideológicos em sua formação histórica.

O segundo ponto, a compreensão das diferentes vertentes do espectro da direita e a identificação da localização do Salazarismo em seus domínios, será efetuado por meio da análise de Hobsbawm (1995), Mann (2008) e Paxton (2004).

Hobsbawm efetua a imprescindível diferenciação entre as formas de direita das primeiras décadas do século XX:

A grande diferença entre a direita fascista e não fascista era que o fascismo existia mobilizando massas de baixo para cima. Pertencia essencialmente à era da política democrática e popular que os reacionários tradicionais deploravam, e que os defensores do "Estado orgânico" tentavam contornar. O fascismo rejubilava-se na mobilização das massas, e mantinha-a simbolicamente na forma de teatro público — os comícios de Nuremberg, as massas na Piazza Venezia assistindo os gestos de Mussolini lá em cima na sacada — mesmo quando chegava ao poder [...] (Hobsbawm, 1995, p. 97-98).

Paxton (2004) afasta a definição de fascismo de outros autoritarismos contemporâneos, limitando sua abrangência à Alemanha e à Itália. Acerca do caso português, disserta:

O Estado Novo de Portugal diferiu do fascismo ainda mais profundamente que a Espanha de Franco. Salazar foi, com efeito, o ditador de Portugal, mas preferiu um público passivo e um Estado limitado onde o poder social permaneceu nas mãos da Igreja, do exército e dos grandes latifundiários. Em julho de 1934, o Dr. Salazar, inclusive, suprimiu um movimento local fascista português, Nacional-Sindicalismo, acusando-o de “exaltação da juventude, o culto da força pela chamada ação direta, o princípio da superioridade do poder político do Estado sobre a vida social, a propensão para organizar as massas em apoio a um líder político – não foi uma má descrição do fascismo”⁶² (PAXTON. 2004, p. 217–218).

⁶² “The Estado Novo of Portugal differed from fascism even more profoundly than Franco’s Spain. Salazar was, in effect, the dictator of Portugal, but he preferred a passive public and a limited state where social power remained in the hands of the Church, the army, and the big landowners. In July 1934, Dr. Salazar actually suppressed an indigenous Portuguese fascist movement, National Syndicalism, accusing it of “exaltation of youth, the cult of force through so-called direct action, the

Mann (2008), na obra analisada, sequer foca em Portugal, voltando sua atenção para os países em que a ideologia fascista foi mais dominante: Itália, Alemanha, Áustria, Hungria, Romênia e Espanha). O corporativismo português, muito embora influenciado pelo fascismo, não atingiu as características atribuídas aos casos alemão e italiano, sendo classificados pelo autor como “regime autoritário semi-reacionário” (MANN, 2008, p. 69).

Ao descrever o regime austríaco de Engelbert Dollfuss, Mann compara-o com o regime de Salazar, excluindo ambos do sentido de fascismo que, para ele, inclui apenas Alemanha e Itália:

Embora haurisse certas doutrinas do fascismo italiano, assemelhava-se mais aos regimes de Franco e Salazar: autoritário, corporativista, tradicionalista, uma vertente católica da ideologia fascista isenta do paramilitarismo de massa violento e turbulento, característico do fascismo alemão e do italiano (MANN, 2008, p. 283).

Para Mann (2008), ainda, o principal diferenciador entre esses tipos de regime autoritário e o fascismo foi que os primeiros, diferentemente dos segundos, tinham medo das massas, portanto preferiam domestica-las ao invés de insufla-las.

Corroborando com essas constatações, Payne (2014) afirma, categoricamente, que “quase nenhum analista rigoroso afirma que o regime de Franco ou o de Salazar foram plenamente ou intrinsecamente fascistas, e alguns negam absolutamente que tiveram a ver com o fascismo⁶³” (p. 176).

Cumprindo ressaltar, encaminhando a presente seção do capítulo para sua conclusão, que Portugal teve um movimento pacificamente considerado e autointitulado fascista, o Movimento Nacional-Sindicalista de Francisco Rolão Preto (COSTA PINTO, 2016), movimento esse que foi banido por Salazar.

A conclusão provisória – e, portanto, precária, necessitando uma investigação mais aprofundada em autores e fatos históricos que permita maior certeza – é de que, muito embora possua alguns dos traços característicos dos fascismos europeus, o Salazarismo deve ser encaixado como um regime autoritário, autocrático e

principle of the superiority of state political power in social life, the propensity for organizing the masses behind a political leader”—not a bad description of fascism”. Tradução minha.

⁶³ “Casi ningún analista riguroso afirma que el régimen de Franco o el de Salazar fueron jamás plena ni siquiera intrínsecamente fascistas, y algunos niegan que tuvieron en absoluto que ver con el fascismo”. Tradução minha.

corporativista de direita não-fascista, vez não se encaixar nas características que conformam os requisitos da configuração de um regime fascista, ou seja, a intensa mobilização das massas em torno de um líder em um estado de natureza totalitarizante.

4. O “ditador das finanças” pavimenta seu caminho para o poder

“Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar á altura de mandar”.

Salazar, 1928

4.1. Atuação de Salazar no Ministério das Finanças (1928-1933⁶⁴)

A 28 de abril de 1928, tendo assumido o Ministério das Finanças pela segunda vez, atendidas todas as suas exigências, Salazar passou a colocar em prática as diretrizes de recuperação econômico-financeiras que há muito expunha na imprensa e nos eventos dos quais participava. Telo (1994) viria a denominar esse período de “ditadura financeira” (p. 779)

Essa posse vinha na esteira de um antagonismo público com seu antecessor, Sinel de Cordes, que era criticado na imprensa por Salazar por sua tentativa fracassada de obter um empréstimo de doze milhões de libras esterlinas frente à Liga das Nações. O referido antagonismo havia iniciado no ano de 1927 quando Salazar presidiu uma comissão dirigida pelo então Ministro das Finanças Sinel de Cordes com o encargo de promover a remodelação do sistema fiscal lusitano e teve suas propostas rejeitadas pelo incumbente da pasta (MATOS, 2010).

As tratativas de obtenção do empréstimo se estenderam por meses, com comunicações, exigências e retificações nos termos de acordo sendo debatidos por diversas vezes. Periódicos nacionais e internacionais abordaram o tema com regularidade, voltando seus olhos à situação da pequena nação atlântica (CARVALHO, 2018). As condições definidas pela Sociedade das Nações, tidas por aviltantes à soberania portuguesa, acabaram por ser negadas por Sinel de Cordes (MATOS, 2010). Inicialmente, a negativa foi apoiada pela sociedade portuguesa, com menções elogiosas nos periódicos nacionais e calorosa recepção do público no

⁶⁴ A 5 de julho de 1932 Salazar assumiria a presidência do Conselho de Ministros, mantendo-se, simultaneamente, na qualidade de Ministro das Finanças (além de Ministro da Guerra por breve período). Essa acumulação de cargos é finalizada com a dissolução do gabinete quando da promulgação da Constituição Portuguesa a 11 de abril de 1933, data de início do Estado Novo.

retorno a Portugal dos delegados que negociaram o empréstimo (MADUREIRA, 2000; MATOS, 2010). No entanto, as críticas efetuadas por Salazar e as tomadas de posição de partidos políticos opositores acabaram por acentuar “a gradual erosão do apoio ao empréstimo externo na opinião pública” (SILVA, 2014, p. 63).

Conforme Silva (2014):

Quando se rejeitaram as condições para o empréstimo, o Governo aproveitou para reforçar os elementos patrióticos, presentes na ideia de que tais condições iriam contra os interesses da nação. As consequências desta rejeição contribuíram decisivamente para a ascensão da figura de Salazar como salvador das contas publicas (p. 55).

Salazar, durante esse conturbado período, publicara duas séries de artigos⁶⁵ no *Novidades* nos quais efetuava duras críticas à condução do empréstimo buscado pelo antecessor, efetuando um detalhado escrutínio das finanças nacionais e admoestando Sinel de Cordes por não haver logrado a estabilização da economia previamente à solicitação do auxílio financeiro (SILVA, 2014; MATOS, 2010)⁶⁶. O então Ministro das Finanças, com sua imagem debilitada, cairia cerca de três meses após a publicação da primeira peça da segunda série de artigos de Salazar, em 3 de janeiro de 1928.

Com cerca de duas semanas de investidura no cargo, por meio do Decreto nº. 15.465 de 14 de maio de 1928, Salazar passou a implantar seus ambiciosos planos de, como denominava, recuperação da vida econômica e da vida financeira em Portugal (SILVA, 1999). Respalado por um cenário de ditadura sem o qual lhe seria impossível aplicar as medidas de austeridade que propunha (TELO, 1994), o Ministro das Finanças fracionou os problemas da nação em quatro eixos, em ordem precisa, que necessitavam de resolução: o problema financeiro, o problema econômico, o problema social e o problema político (SALAZAR, 1935; TELO, 1994). Denominou o embate que travaria de “a batalha da ordem” (SALAZAR, 1935, p. 51).

⁶⁵ Salazar escreveu duas séries de artigos para o *Novidades* abordando a situação econômica portuguesa e a questão do empréstimo: a primeira, contendo sete artigos, foi escrita entre 30 de novembro e 21 de dezembro de 1927 e a segunda, contendo oito artigos, foi iniciada a 3 de janeiro de 1928 e se estendeu até o mês de abril do mesmo ano, pouco antes de sua posse. Ao todo, foram 15 artigos publicados no *Novidades* (SILVA, 2014).

⁶⁶ Câmara (2019) em análise da situação financeira de Portugal em perspectiva histórica, que contempla o período entre 1852 e a posse de Salazar em 1928, os governos tinham por prática habitual recorrer ao “recurso desmesurado ao crédito, mais por força da prática contínua do déficit orçamental do que por virtude da execução de uma política de investimento reprodutivo (p. 49).

Seguindo sua metodologia espartana de trabalho, tendo o espaço para atuar como um ditador dentro da própria estrutura ditatorial e contando com a força repressiva estatal para aplacar eventuais resistências, Salazar deu início a uma reforma financeira (Decreto nº. 16.731 de abril de 1929) que possibilitou o cumprimento das propostas que havia feito em sua posse. Cumpre aqui listar algumas delas, não necessariamente em ordem cronológica ou de aparente relevância:

I. Finalizou a rejeição do empréstimo requerido frente à Sociedade das Nações – ainda em aberto por iniciativa daquela – e obteve os meios de reorganização financeira por meio da cooperação com a instituição bancária FONSECAS, SANTOS & VIANNA, de bandeira portuguesa⁶⁷ (CÂMARA, 2019);

II. Obteve *superávit*⁶⁸ nas contas públicas apenas um ano após assumir o cargo: Essa conquista contrastava intensamente com o cenário das contas públicas no passado. De acordo com CARDOSO (2012), até Salazar assumir o Ministério das Finanças em 1928 a economia portuguesa do pós-1860 só havia obtido *superávit* em duas ocasiões, em 1913 e em 1914;

III. Liquidação das dívidas flutuantes externa e interna: A dívida no estrangeiro foi liquidada no período de um ano de sua posse, enquanto a dívida no mercado nacional foi liquidada dos quatro anos seguintes juntamente com outros quatro empréstimos externos que ainda persistiam das gestões anteriores (MENESES, 2011);

III. Estabilizou a moeda portuguesa (Escudo Português/PTE) através de mudanças na política cambial, do crédito aos setores agrícolas de exportação, do combate à fuga de capitais, do protecionismo no mercado interno e do abandono do padrão-ouro na economia em 1931 (SILVA, 1999);

IV. Resistiu à Grande Depressão de 1929 com efeitos módicos para Portugal em comparação com outras nações: Mediante o tímido início⁶⁹ de uma política de

⁶⁷ Salazar ainda tentou, ao rejeitar o empréstimo da Sociedade das Nações, um empréstimo mediado pelo FONSECAS, SANTOS & VIANNA frente ao banco The National City Bank de Nova York. Após meses de negociações, o empréstimo acabou não tendo sucesso, mas não trouxe a Salazar a mesma repercussão negativa que havia se abatido sobre seu antecessor. A história detalhada dessa tratativa de empréstimo é analisada em Câmara (2019).

⁶⁸ De acordo com MENESES (2011): “Em 1940, o total do superávit orçamentário dos últimos doze anos era de mais de 20 milhões de libras esterlinas – muito mais, como observou F. C. C. Egerton, do que o empréstimo que Sinel de Cordes tentara obter da Sociedade das Nações” (p. 85).

⁶⁹ A política de industrialização seria verdadeiramente iniciada após a Segunda Guerra Mundial. Anteriormente, o governo português, principalmente quando capitaneado por Salazar, mostrava-se

industrialização e substituição de importações (FIGUEIREDO, 2002) e aumento das medidas protecionistas relativas ao comércio com suas colônias (SILVA, 2010). Silva (1999) também atribui parte dessa facilidade de atravessar a crise como oriundo do isolacionismo e da ausência de dinamismo exportador na economia portuguesa.;

V. Controle do escândalo financeiro-político conhecido como “caso do Banco Nacional Ultramarino (BMU)”: Salazar, na qualidade de Ministro das Finanças, controlou uma gigantesca crise econômica na instituição emissora de moeda corrente para as colônias portuguesas e segundo maior banco de Portugal através de um resgate milionário por parte do Estado. Meneses (2011) aduz que a situação representou uma “[...] oportunidade que Salazar agarrou e explorou para seus fins políticos” (p. 118), enquanto Fernandes (2013) conjectura que a quebra da instituição, caso ocorresse, poderia ter alterado o destino do Estado Novo.

Não obstante, também são consideráveis – em número e intensidade – as críticas ao modelo econômico salazarista. Rosas (2020) ressalta não haver qualquer extraordinariedade do modelo econômico de Salazar, denotando que pouco se diferenciava do modelo clássico dos governos conservadores, ou seja, a diminuição das despesas e o aumento das receitas. Todavia, segundo o autor, a maior diferenciação entre a aplicação desse modelo por Salazar e por seus reprodutores contemporâneos é o apoio que o primeiro tinha do exército para eliminar eventuais resistências.

Salazar (1935), por si próprio, reforçaria o papel da ditadura no contexto de favorecimento da aplicação de suas medidas:

Não são consideradas as ditaduras governos de opinião, porque não recebem da opinião pública a sua força ou razão de ser nem obedecem na sua evolução às variações daquela. Mas podem e devem sê-lo no sentido de bem formá-la, de bem esclarecê-la, de bem orientá-la, de nada lhe esconder do que importa à vida colectiva e à solução dos problemas nacionais. Menos que qualquer outra forma de governar, a ditadura precisa do embuste e da mentira: a maior facilidade em dispor da força lhe impõe mais fortemente uma perfeita sinceridade (p. 24-25).

recalcitrante – por razões morais – com a industrialização, focando seus esforços e benesses no setor primário (FIGUEIREDO, 2002).

Assim como fez Rosas (2020), Mosca (2007) entende que as medidas de controle da inflação adotadas por Salazar impactavam principalmente nas despesas privadas, embora também atingissem as despesas públicas. Isso implicou, respectivamente, um controle do consumo privado que levou à redução dos padrões de vida e uma redução da oferta de serviços públicos.

Cardoso (2012), corroborando com as narrativas anteriores, atesta que a passagem ‘tranquila’ de Portugal pela Grande Depressão, não poupou o país de experimentar – ainda que de forma breve e não tão acentuada quanto a ocorrida em outros países – desemprego, miséria e fome decorrentes da quebra das exportações do nacionais e de seus efeitos nos setores econômicos. Não obstante, o autor explica que o clima de ‘menos pior em comparação ao resto’ vivido em Portugal foi noticiado pelos grandes veículos de mídia escrita como sendo um fenômeno momentâneo que seria superado sem maiores problemas (CARDOSO, 2012).

O próprio Salazar (2016) reconheceria, em retrospecto efetuado em 1948⁷⁰, os limites de seu plano de ação para resolução do ‘problema financeiro’ e as oposições enfrentadas, declarando que:

A prioridade da reforma financeira não foi aceite pacificamente, mas objecto de sérias controvérsias. O grande número inclinava-se para que se desse de começo preferência ao desenvolvimento da produção e o equilíbrio financeiro se buscasse mais adiante, na base larga e sólida de uma economia enriquecida. Esta construção, entre nós filha do menor esforço mas teóricamente defensável, esquecia duas coisas essenciais: uma, que a reforma das finanças, na falta absolutamente confirmada de crédito externo e na impossibilidade de movimentar em condições aceitáveis capitais nacionais, era necessária ao incremento das obras públicas e à exploração dos maiores recursos do País; outra, que essa reforma, dado gozar a moeda já de certa estabilidade de facto, vinda de trás, era também a que mais rapidamente se desdobraria em resultados tangíveis e, sob o aspecto da defesa do interesse nacional, nos aparecia revestida de maior importância e urgência (p. 10-11).

A insistência em seguir o modelo de trabalho proposto trar-lhe-ia os devidos frutos. Tão logo foi percebida a melhora do denominado ‘problema financeiro’, Salazar passaria a enfrentar o ‘problema econômico’. Fá-lo-ia, conforme suas próprias palavras (2016), por meio do intervencionismo estatal na economia, já balizada pelo capital anteriormente acumulado:

⁷⁰ O referido retrospecto corresponde ao longo prefácio da quarta edição do livro que continha a coletânea dos discursos proferidos entre 1928 e 1934, escrito em 1948.

Esta forma de intervencionismo ⁷¹ na vida económica não a perfilhamos, pois; mas onde a iniciativa privada falha, os capitais não se arriscam e a acção impulsionadora ou coordenadora do Estado é imprescindível dentro dos quadros da produção, tem este tomado a responsabilidade da formação e direcção de empresas. Nos casos em que de facto se trata de ser ou não ser, transigiu-se com a intervenção, mas de preferência em empresa mista de que o Estado possa retirar-se, uma vez lançado e acreditado o empreendimento (p. 13).

O ‘problema social’, justificado por Salazar como resolvível após o saneamento do ‘problema económico’, foi assim ordenado por razão de “que para se distribuir é necessário primeiro criar” (SALAZAR, 2016, p. 14). Evitando-se as medidas que denominava de “à maneira socialista, em luta com a classe patronal” (SALAZAR, 2016, p. 15), o governo passaria a fomentar a dignidade do trabalho e o direito à propriedade privada, respeitando a ‘hierarquia natural da sociedade’ (SALAZAR, 2016).

O ‘problema político’, por sua vez, representa um dos aspectos mais interessantes do ideário de Salazar. Não obstante fosse eminentemente político em seus discursos, o que é reforçado pelo cargo que ocupava e pela influência que exercia, os dois momentos de Salazar – primeiramente Ministro das Finanças e posteriormente Presidente de Conselho de Ministros – eram revestidos de um teor despolitizador (ou, ao menos, que ocultava a politização).

Em ocasião da comemoração do segundo aniversário do golpe de 1926, Salazar proferiria o já mencionado discurso⁷² no qual listava os problemas nacionais e propunha sua ordem de solução, declarando não estar “autorizado a fazer declarações políticas, nem agora é o momento de versar êste problema” (SALAZAR, 1935, p. 16).

Embora tivesse demonstrado um pouco de seus ideais à época da fundação da União Nacional⁷³, a retrospectiva efetuada em 1948 atestava o inacabado avanço da pauta do ‘problema político’. Reconhecendo a importância da Constituição de 1933, Salazar admitiu que a solução definitiva para a questão política ainda não havia sido atingida até aquele momento:

⁷¹ Salazar sofria de uma batalha interna de âmbito ideológico acerca da intervenção do Estado na economia. Muito embora entendesse o papel de algumas medidas intervencionistas, referia-se às estatizações como socialismo: “Em numerosos países se fazem hoje nacionalizações de empresas, isto é, se faz socialismo” (SALAZAR, 2016, p. 13).

⁷² O discurso, intitulado “*Os problemas nacionais e a ordem da sua solução*”, foi proferido a 9 de junho de 1928 no Quartel-General de Lisboa.

⁷³ O discurso, intitulado “*Princípios fundamentais da revolução política*”, foi proferido a 30 de julho de 1930 na Sala do Conselho de Estado.

Apesar de não se ter ainda chegado a uma fórmula constitucional que sintetize ou represente com maior fidelidade os princípios enunciados, bastou termos evitado as maiores faltas dos outros sistemas e caminhado firmemente em certa direcção, para que o País tenha progredido, gozado de ordem e beneficiado da existência de governos eficientes e estáveis. Pode lamentar-se que este resultado tenha sido conseguido à custa de algumas restrições da liberdade individual (aliás perfeitamente comportáveis e menos graves ou extensas do que em geral se supõe) e do menor interesse de alguns elementos políticos pela discussão de problemas nacionais. Isto é certo e eu nem mesmo procuro atenuá-lo com dizer que noutras circunstâncias talvez se discutisse mais, mas não se estudaria melhor. E não o digo, porque despertar interesse pelos problemas gerais e ir levando a grande massa a preocupar-se com eles pode não ser objectivo do regime, mas constitui sinal da sua força e da saúde da colectividade (SALAZAR, 2016, p. 19).

A despeito das críticas recebidas – em pouca quantidade à época, por motivos já mencionados (CARDOSO, 2012) – Salazar, explorando habilmente sua retórica de ‘sacrifícios’ a se fazer no combate à crise, sairia fortalecido dos enfrentamentos travados. O caminho ao poder, após esse e outros enfrentamentos internos e externos que faria como Ministro das Finanças, estava sendo trilhado a passos largos.

4.2. “Um certo doutor de Coimbra”⁷⁴: A pessoa e a *persona* de Salazar

Os antagonismos e confrontos travados publicamente, entre outras ações, foram algumas das características cuidadosamente lapidadas por Salazar na criação de sua *persona* política, geralmente reforçada pela mídia.

Não há necessidade de revisitar em sua integralidade os primeiros anos de Salazar (já abordados anteriormente), mas há de se atentar em dois aspectos-chave frequentemente mencionados – com objetivos distintos, por ele e por outros – durante sua jornada ao poder e depois de sua consolidação: a infância pobre e os estudos seminaristas (MENESES, 2011). Essas experiências moldariam o comportamento de Salazar e, mais que tudo, os enfrentamentos que travaria e as alianças que celebraria, além dos contatos que manteria durante sua vida.

Descrito como sendo uma criança sensível, tímida e sisuda de origem pobre que se transformaria em um aluno exemplar e disciplinado no Seminário de Viseu e na Universidade de Coimbra (PAÇO, 2008a), Salazar conseguiria se encaixar de forma assombrosamente precisa no estereótipo de personalidade tido por necessário

⁷⁴ Título de capítulo de livro escrito por Paço (2008a), em que é exposta a biografia de Salazar.

para um Ministro das Finanças naquele delicado momento da história nacional e reproduzido pela imprensa portuguesa (MATOS, 2010), mais precisamente pelo *Diário de Lisboa*⁷⁵ a 8 de junho de 1926:

O actual governo tem que procurar um financeiro que reúna todas estas qualidades e, ainda por cima, uma intransigência feroz. [...] Que tome conta das finanças um homem que se disponha a limpar a estrebaria de Augias – pulso rijo, coragem pronta, vistas largas, aritmética e cálculo desembaraçados e uma acha na mão, para os casos difíceis. Pouco importa que seja civil ou militar, diplomado ou autodidacta. [...] Um governo sobre o qual impendem as responsabilidades da nossa crise, não tagarela: trabalha com rude energia e faz trabalhar os outros, mesmo que não queiram (O ESSENCIAL, 1926, p. 1).

Essa idealização viria a ser verdadeiramente atendida quase dois anos após a publicação, visto que a primeira passagem de Salazar pelo cargo durou poucos dias por conta do não cumprimento de suas exigências. Seus sucessores, até a posse definitiva do cargo, seriam Filomeno da Câmara – cuja curta trajetória não ensejou grande atenção – e Sinel de Cordes, a quem Salazar viria a ser algoz pouco tempo depois (MATOS, 2010).

De acordo com Matos (2010), houve uma mudança perceptível entre os dois perfis de Salazar. Uma ponte de respeitabilidade, popularidade e admiração por parte da sociedade portuguesa pelo acadêmico de Coimbra⁷⁶ havia preenchido o vazio existente entre o quase desconhecido que assumira o cargo pela primeira vez em 1926 – para servir aos militares – e aquele que assumi-lo-ia novamente em 1928: “Da segunda vez serão os homens do 28 de Maio que acabarão a servi-lo. Primeiro aceitando o seu controlo financeiro. Depois o seu projecto político” (MATOS, 2011, p. 22).

Salazar repetia incessantemente, como um mantra, sobre o sacrifício que fazia em prol da nação em aceitar o cargo. Aduz Matos (2010) que “desde o primeiro momento que apresenta sua entrada para o governo como um sacrifício. Ele, Salazar, é o escolhido para redentoramente o executar e sofrer” (p. 19-20). Utilizou a expressão três vezes apenas no discurso de posse⁷⁷ e viria a fazê-lo em várias outras

⁷⁵ Cabe aqui o agradecimento pelo inestimável serviço prestado pela Fundação Mário Soares e Maria Barroso pela digitalização e disponibilização pública de todo o acervo do *Diário de Lisboa* (1921–1990).

⁷⁶ “Salazar é caso único entre os “grandes ditadores” do século XX na medida em que o seu protagonismo público decorreu do seu mérito académico” (MENESES, 2011, p. 35).

⁷⁷ Um trecho do discurso de posse, em especial, deve ser destacado: “Não tem que agradecer-me ter aceitado o encargo, porque representa para mim tão grande sacrifício que por favor ou amabilidade o não faria a ninguém” (SALAZAR, 1935, p. 3).

oportunidades, pondo-se em condições, por sua vez, de cobrar que o mesmo fosse feito pelos outros, iniciando pelos católicos que o apoiavam (MATOS, 2010). O sacrifício, termo com considerável viés religioso⁷⁸, então, era apresentado como uma moeda de troca com a qual Salazar poderia exigir da sociedade portuguesa a obediência necessária para que sua obra fosse bem-sucedida.

Compete salientar que a notoriedade não foi, por si só, o único motivo do destaque que Salazar recebia da imprensa em detrimento ao restante dos Ministros e até mesmo do Chefe do Governo (PAÇO, 2008a), mas sim da exploração um *momentum* particularmente delicado da história por uma pessoa que, por ser detentora de um respeitável capital intelectual, criou em torno de si uma aura de salvador que regressara – em estilo *quase* sebastianista – para livrar a nação do abismo para o qual seguia.

Outro aspecto importante, relacionado com a imagem que cultivava de humildade e desapego oriundas de sua origem pobre, era o discurso frequentemente reproduzido por Salazar de falta de interesse pela política (PAÇO, 2008a) e pelas honras dela advindas (MATOS, 2010).

Não obstante tenha havido exploração dessa imagem messiânica, obstinada, alheia às paixões humanas, distante e ponderada, a imagem pública de Salazar seria, muitas vezes, suavizada por diversos autores em uma tentativa de ‘humanizar o líder’ que muitas vezes era visto como “o ditador frio, irredutível, poupador até as raías da miséria, impopular” (PAULO, 1996, p. 255). Essa nova roupagem, todavia, não teve o condão – nem o objetivo – de levar o personalismo às raías do que foi feito com Benito Mussolini ou Getúlio Vargas (PAULO, 1996), diferindo-o dos demais líderes com características similares no início do século XX.

Durante os meses e anos que sucederam sua a posse, Salazar recebeu desmedida atenção da imprensa em relação aos seus pares no Conselho de Ministros (MATOS, 2010). A cobertura exacerbada do exercício de suas funções em muito se deve ao fato do esforço que fazia para publicizar seus atos tendo por objetivo fazer-se chegar ao destinatário final, a sociedade portuguesa. De acordo com Paço (2008a): “torna-se cada vez mais evidente que, enquanto os outros se pronunciam como

⁷⁸ Aduz Mosca (2007): Para muitos, encarnava a síntese dos valores da civilização e da pátria; seria mesmo um “enviado”, conceito antropológico com grande receptividade em sociedades que esperam pelos messias e, no caso, pelos sebastiões” (p. 347).

ministros, [...], o Ministro das Finanças dirige-se aos portugueses como candidato à chefia do Estado” (p. 18).

Uma considerável parte desse destaque da imprensa viria por parte da intensa ofensiva publicitária travada pela direção da Igreja católica portuguesa que “através do *Novidades* propagou uma imagem idealizada do ministro, o retrato de um servidor da causa pública abnegado, internacionalmente admirado e trabalhador incansável” (SIMPSON, 2014, p. 49).

Esse reconhecimento não advinha apenas dos periódicos portugueses, mas também da imprensa internacional, como o *The Times* de Londres e vários outros jornais europeus (MENESES, 2011). Toda a publicidade positiva externa, por óbvio, seria reproduzida nos jornais de circulação nacional, que faziam questão de exaltar a grande consideração com qual o Ministro das Finanças era tratado no mundo (MATOS, 2010), uma questão que ia de encontro com o próprio orgulho nacionalista.

Salazar soube cultivar habilmente a atenção que lhe dispensava a imprensa, criando em torno de si uma veneração de proporções quase religiosas à sua personalidade e habilidades técnicas. O termo “Salazar disse”, utilizado amplamente pela imprensa e pelo público, além de frequentemente constante na propaganda estatal, demonstraria que, em 1933, o Salazarismo havia atingido seu pináculo (MATOS, 2010): Salazar dizia, a imprensa reproduzia e o país inteiro – querendo ou não – seguia com atenção e obediência.

4.3. Apoiadores e adversários⁷⁹

O curso da história sempre tratou de demonstrar, de forma inequívoca, que qualquer aspirante ao poder deve saber escolher seus apoiadores e, principalmente, os adversários e as batalhas a enfrentar. Uma única escolha malsucedida tem o condão de condenar a empreitada do ator político e não seria diferente com Salazar.

O caminho trilhado pelo Professor de Coimbra para o poder foi verdadeiramente iniciado logo após sua saída da comissão encarregada de estudar a

⁷⁹ Não dividir os apoiadores e adversários em grupos totalmente distintos aqui é completamente intencional. A dinâmica política, tal como ocorre, não tolera a utilização de categorias de definição estanque. Em vários momentos, como intenta-se demonstrar, os mesmos grupos que compunham bases de apoio a Salazar também possuíam facções internas que não necessariamente exprimiam as visões de seus dirigentes. Não obstante, os próprios apoiadores, por vezes, se opunham pontualmente às medidas tomadas por Salazar.

reforma fiscal sob os auspícios de Sinel de Cordes. Com efeito, embora tenha exercido por poucos dias os cargos de Deputado por Guimarães (1921) e Ministro das Finanças (1926), pode-se dizer que essas passagens pelo poder foram meros ensaios para seu retorno ao Ministério. A verdadeira mudança no perfil e objetivos de Salazar, além da arrecadação dos apoiadores e adversários que o acompanhariam por toda sua carreira, ocorreria entre suas passagens pela pasta das Finanças.

Três grupos, entre vários, se destacariam no apoio a Salazar e na manutenção de seu poder: a Igreja Católica portuguesa, as elites tradicionais e os militares de Carmona (MENESES, 2011). Esses grupos, cada um à sua maneira, teriam relações complexas – e muitas vezes flutuantes em seu direcionamento – com o Ministro das Finanças e futuro Presidente do Conselho de Ministros, sendo-lhes aplicado habilmente o medo de forma a manter seus apoios.

4.3.1. A Igreja Católica

O primeiro e mais constante grupo de apoio de Salazar durante sua trajetória foram os católicos portugueses. Oriundo de família pobre, Salazar contou com a benesse do pároco local de Santa Comba Dão que, ao entender a impossibilidade da família em financiar os estudos do jovem, sugeriu que fosse enviado ao Seminário de Viseu.

Aduz Meneses (2011):

Os seminários portugueses ofereciam ensino secundário a muitas crianças que, de outro modo, não teriam condições econômicas para o frequentar, alojando-os como internos na esperança de que alguns viessem a dedicar-se ao sacerdócio. [...]. A Igreja era, assim, um agente de mobilidade social (p. 37-38).

Salazar ingressou no Seminário de Viseu no ano de 1900 e, durante os anos de estudo, forjou amizades que se prologariam durante toda sua vida (MENESES, 2011). Seus estudos preparatórios se estenderam até 1905, concluindo o curso de Teologia no ano de 1908 como primeiro de sua turma e recebendo as ordens menores (MENESES, 2011).

Muito embora não tivesse idade para ser ordenado sacerdote pela Igreja Católica por conta de sua idade, seus conterrâneos em Santa Comba Dão já se referiam a ele pela alcunha de ‘Padre Salazar’. Para surpresa generalizada, por

motivos ainda não esclarecidos, Salazar abandonou a vocação sacerdotal sem, todavia, perder os contatos firmados em Viseu e os benefícios que dele advinham. Esses contatos viriam a conceder-lhe, em pouco tempo, o cargo de professor no colégio religioso Via Sacra, em Viseu, exercendo essa função enquanto se preparava para os exames nacionais de admissão no ensino superior (MENESES, 2011).

O magistério na educação religiosa foi a fase de politização de Salazar. Propondo novos métodos pedagógicos por entender a educação como veículo de mudança social, o jovem professor buscou ser visto como um reformista, ainda que mantivesse seus princípios religiosos. Em suas leituras, passou a entender as encíclicas do Papa Leão XIII (1878-1903) como soluções para os problemas da nação (MENESES, 2011).

Em 1908, ainda lecionando, passou a divulgar suas ideias no jornal viseense *A Folha*, onde tecia críticas aos ataques republicanos à Igreja Católica em sua cruzada contra a monarquia vigente⁸⁰. Já no ano de 1909, a pedido do diretor do colégio em que lecionava, deu palestra pública em que expunha seu pensamento sobre o futuro de Portugal (MENESES, 2011). Foi o ano em que, segundo Meneses (2011), Salazar recebeu notoriedade pública e reconhecimento pela primeira vez por mérito próprio. Ainda em 1909, tendo obtido excelentes resultados nos exames nacionais (MENESES, 2011), Salazar escolhe ingressar, no ano seguinte, na Universidade de Coimbra, onde já possuía diversos amigos e contatos profissionais do magistério.

Coimbra foi a oportunidade que Salazar esperava para ingressar em uma elite – à época a Universidade de Coimbra contava com pouco menos de 500 alunos inscritos e, em termos práticos, garantia altas posições sociais aos seus egressos (MENESES, 2011) – e amplificar sua politização. Ingressou quase imediatamente no Centro Acadêmico da Democracia Cristã (CADC), onde conheceu um colega que viria a ser seu íntimo amigo, confidente e, algumas vezes, antagonista: Manuel Gonçalves Cerejeira (PIMENTEL, 2008).

Cerejeira fundou, em 1912, o jornal *O Imparcial*, dando a Salazar a chance de escrever frequentemente sua defesa do cristianismo frente aos ataques que sofria tanto na Universidade de Coimbra quanto na sociedade como um todo. Segundo

⁸⁰ “Os fundadores da República conceberam uma grande parte da sua legislação religiosa e social não só em torno de um compromisso com o positivismo e o racionalismo, mas também como uma afronta intencional à hierarquia eclesiástica – em retaliação direta pelo papel que lhe atribuíam na manutenção do regime monárquico” (SIMPSON, 2014, p. 34).

Meneses (2011), “o CADC proporcionou a Salazar o palco para suas primeiras declarações públicas pormenorizadas sobre assuntos políticos” (p. 49).

Salazar ganhava espaço artigo após artigo, lapidando e utilizando sua argumentação com embasamento e alto grau de detalhamento para retorquir àqueles que considerava adversários. Passou a defender que a política passava pela própria religião – evitando cair na armadilha do posicionamento no binômio monarquia *versus* republicanismo – dirigindo uma espécie de contra-ataque religioso. Meneses (2011) resume o pensamento de Salazar à época:

A conclusão era simples. Os católicos não deviam limitar-se a desejar ser “tolerados” pela classe política; deviam antes reivindicar um lugar no centro da política e conquista-lo pelo seu trabalho. Cabia aos demais aprender a ser tolerantes e perceber que a religião não era inimiga do progresso, mas sim um ingrediente essencial da moralidade, ordem e civilização (p. 49).

Licenciou-se em direito no ano de 1919 com média tão desproporcionalmente alta que foi destaque entre seus pares, sendo-lhe conferido o *status* de celebridade em sua terra natal e na sociedade coimbrã (MENESES, 2011), havendo vinculação dessa intelectualidade com o movimento católico em que havia se destacado (MATOS, 2010).

Convidado pelo amigo Cerejeira para se mudar para sua residência de Coimbra – após sua expulsão da casa da abastada e tradicional família Perestrelo⁸¹, seus padrinhos – Salazar aproveitou para garantir uma oportunidade de docência na Universidade de Coimbra. Tornou-se professor assistente e assumiu a disciplina de Ciências Econômicas e Financeiras. Em 1918 Salazar foi, em sequência, promovido a professor ordinário da Universidade e recebeu o título de Doutor de Leis (MENESES, 2011).

Salazar, tendo ascendido socialmente e academicamente, ingressou no partido político Centro Católico Português (CCP), criado em 1915 para defender os interesses políticos da Igreja e servindo como braço político do CADC (SIMPSON, 2014). Salazar concorreu, em 1919 ao cargo de Deputado por Viana do Castelo, sem sucesso. Dois

⁸¹ A expulsão deu-se, ao que consta na pesquisa de Meneses (2011), por um suposto envolvimento romântico de Salazar, com 25 anos de idade, e Júlia Perestrelo, de 16 anos de idade. “O episódio foi um duro lembrete da sua posição social e não foi fácil de digerir para alguém dotado de uma autoconfiança intelectual tão acentuada” (MENESES, 2011, p. 52).

anos depois, em 1921, seria eleito Deputado por Guimarães, abandonando o cargo após uma única sessão (MENESES, 2011)⁸².

O fim da carreira parlamentar de Salazar não representou seu afastamento do CCP ou da Igreja, mas sim um fortalecimento e radicalização de seu discurso – que andava em sintonia com o do Papa Pio XI (1903-1914) – de necessidade imperativa de uma cristianização da política, destacando em artigos e discursos que a política deveria ser pautada na autoridade e nos ditames católicos. Tanto Salazar quando a própria Igreja, como consequência da revolução bolchevique de 1917, acabaram migrando cada vez mais para a direita do espectro político (MENESES, 2011).

Com o golpe militar de 1926 e a subsequente instauração da Ditadura Militar (1926–1928), Salazar – com apoio do CCP – foi nomeado Ministro das Finanças com objetivo de preservar os interesses católicos dentro da nova forma de governo. Para o CCP e Salazar pouco interessava se o governo era republicano ou ditatorial, os interesses católicos deveriam ser preservados em qualquer um deles. Não obstante esse papel de defensor da Igreja que desempenhava, Salazar não abandonou suas ideias e planos para recuperar a economia nacional, sabendo que isso também era esperado dele por todos aqueles que o admiravam e apoiavam. Não encontrando respaldo para exercer o que se propunha, Salazar deixou o cargo e retornou a Coimbra (MENESES, 2011).

A Ditadura Nacional (1928–1933) iniciou com a eleição de General Óscar Carmona para a Presidência da República. Carmona, em um movimento de xadrez político que visava, simultaneamente abarcar os católicos como apoiadores⁸³ do delicado equilíbrio ditatorial e a convocação de um nome que tivesse ampla aprovação popular, convidou Salazar para o Ministério das Finanças (SIMPSON, 2014). O General viria a ser o maior apoiador de Salazar dentro do exército e aquele que, por incontáveis vezes, tomaria seu lado nos conflitos que travaria (MATOS, 2010; MENESES, 2011).

⁸² Meneses (2011) diverge da versão de que Salazar teria deixado o cargo por desprezar os processos da democracia parlamentar, determinando que foi propagada como medida revisionista da máquina do Estado Novo. Segundo o autor, após um episódio de assassinatos políticos na chamada “noite sangrenta” a legislatura foi encerrada, “assinalando o fim da carreira parlamentar de Salazar (p. 63).

⁸³ De acordo com Simpson (2014), a Igreja, muito embora estivesse mais satisfeita com os militares no poder que estava à época da República, ainda pressionava o governo para obter de volta as prerrogativas que havia perdido com a Primeira República, sob ameaça velada de tencionar com “a questão religiosa”. Ao dar espaço destacado para Salazar no *Novidades* os clérigos haviam firmado seu nome entre os possíveis candidatos ao cargo. A pressão surtiu efeito e, à época da posse em 1928, Carmona aceitaria integralmente as exigências de Salazar.

Para além das exigências já mencionadas no notório discurso na ocasião de sua segunda posse no Ministério das Finanças em 1928, Salazar havia adicionado, no ano seguinte, uma última condição: que o governo não reduzisse qualquer assegurado aos católicos por lei ou por governos anteriores (MATOS, 2010). Essa condição, por outro lado, viria acompanhada de seu inverso proporcional: “a condição estrita de não serem introduzidas novas alterações à Lei de Separação [do Estado e da Igreja]” (SIMPSON, 2014, p. 48).

A Igreja, como via de troca, promoveu a imagem de Salazar nos cultos por todo o país, exortando ativamente suas políticas financeiras e exigindo dos fiéis que cumprissem com todas suas exigências, os denominados ‘sacrifícios’. Essa ampla promoção da obediência e admiração ao católico fervoroso que ocupava o Ministério das Finanças proporcionou a Salazar alcançar um público com o qual ele pouco se comunicava anteriormente, mas que era cativo da religião: as massas rurais habitantes dos interiores mais remotos do país (SIMPSON, 2014).

Ao entrar para o governo, para tanto deixando o CCP, Salazar conseguiu obter a aprovação – ou ao menos a tolerância – dos setores da direita anticlerical que ainda existiam no governo, todavia sem perder a estrita vinculação com a Igreja (SIMPSON, 2014) e sendo visto pela última como peça essencial no jogo de poder que era travado nos gabinetes ministeriais.

Simpson (2014) descreve essa importância:

Enquanto era identificado pela nunciatura como o agente central para a promoção dos “direitos legítimos” da Igreja em Portugal, Salazar usava as suas credenciais católicas para destabilizar [desestabilizar] os governos republicanos conservadores Vicente de Freitas⁸⁴ e Ivens Ferraz, entre abril de 1928 e janeiro de 1930 (p. 51).

O Vaticano também demonstrava considerável interesse na permanência de Salazar no governo, agindo internamente na estrutura eclesiástica para garantir o apoio da instituição ao Ministro das Finanças em prol da “execução do processo de *catolização gradual* de Portugal” (SIMPSON, 2014, p. 52).

⁸⁴ Vicente de Freitas, Presidente do Conselho de Ministros, revogou uma portaria de Mário de Figueiredo (companheiro de Salazar no CCP e Ministro da Justiça) que permitia às igrejas tocarem sinos sem restrições, algo que lhes havia sido proibido pelos liberais republicanos. Considerando uma violação do pacto firmado com Salazar, Freitas revogou a portaria e causou a demissão de Figueiredo. Salazar, logo após, demitiu-se. O General Carmona, citando a indispensabilidade do Ministro das Finanças e seu poder moderador das reivindicações católicas, convenceu Salazar a regressar ao Ministério, tornando insustentável o governo de Freitas (SIMPSON, 2014).

A relação de cumplicidade – nem sempre pacífica (BARRETO, 1994) – entre Salazar e a Igreja seria tão profunda que Salazar, ainda no cargo de Ministro das Finanças, efetuariam uma série de manobras políticas para garantir a nomeação de Manuel Gonçalves Cerejeira ao Patriarcado de Lisboa⁸⁵ em detrimento do Arcebispo de Évora, a quem considerava prejudicial para o equilíbrio político por conta de sua linha inflexível (SIMPSON, 2014).

Cerejeira e Salazar, além de íntimos amigos e colegas durante quase a totalidade de suas vidas, possuíam considerável afinidade ideológica e em poucas ocasiões entrariam em curso de colisão (MATOS, 2010). Com a nomeação de Cerejeira, Salazar não apenas reforçava o apoio mútuo entre si e os católicos, como também escolhia diretamente os dirigentes da instituição (SIMPSON, 2010).

Insta ainda salientar que Salazar: I. Obteve da Igreja o apoio – ainda que controverso e velado⁸⁶ – para a criação da União Nacional, o partido único que dirigiria o Estado Novo, em 1930; II. Influenciou na transformação do CCP em um organismo de ação social nos moldes católicos, encerrando sua atividade partidária autônoma; III. Ampliou os direitos, dotações governamentais e estruturas legais de funcionamento dos empreendimentos de evangelização nas colônias para garantir a ‘civilização’ e o ‘interesse nacional’ através do Ato Colonial de 1930 e; IV. Aumentou, veladamente, os âmbitos de atuação dos católicos na estrutura do Estado e na sociedade, principalmente no que tange ao ensino religioso, o que foi entendido por Simpson (2014) como uma “política de catolização gradual e cautelosa para contornar as restrições políticas adversas” (p. 65).

Simpson (2014), por derradeiro, resume a via de mão dupla resultante da relação entre Salazar e a Igreja:

A interação da elite católica com Salazar contribuiu de forma ativa para a consolidação da sua posição no cargo político e para a integração da Igreja Católica portuguesa na “frente nacional” salazarista que iria “regenerar” a nação através da ação dos seus poderes “temporal” e “espiritual” (p. 69).

⁸⁵ Manuel Gonçalves Cerejeira foi eleito Patriarca de Lisboa em 1929, eleição que teve influência decisiva por parte de Salazar (SIMPSON, 2014). Cerejeira permaneceu no cargo durante quase a totalidade do Estado Novo. A relação entre eles foi objeto de estudos por Pedro Ramos Brandão (2007), por Irene Flunser Pimentel (2008) (2010) e por Rita Almeida de Carvalho (2010).

⁸⁶ Parte dos sacerdotes e o próprio Salazar preferiam evitar a mistura entre política e religião e a institucionalização dos sacerdotes na política como medida pragmática para evitar a rejeição pelas elites sociais de orientação laica. Ainda assim, vários sacerdotes e antigos membros do CCP acabariam por integrar a União Nacional. A Igreja, à época, preferiu abster-se de participação direta e apenas evitou trazer quaisquer transtornos diretos à fundação da União Nacional (SIMPSON, 2014).

Rezola (2012) contribui para a análise anterior ao determinar que Salazar, muito embora tenha estabelecido limites à intervenção direta da Igreja no regime, deu-lhe tantas frentes de trabalho e influência que os clérigos preferiram abrir mão da ação política própria em prol de apoiá-lo. Ademais, a autora aduz que a Igreja teve três papéis fundamentais como apoiadora de Salazar: conteve os “desígnios fascizantes” (p. 88) das extremas-direitas, mobilizou e enquadrou as massas no regime e, por fim, credibilizou a emergente estrutura corporativista que geraria o Estado Novo.

Na condição de peça central na cruzada empreendida pela Igreja Católica para retomar os direitos perdidos na Primeira República e para viabilizar seus objetivos de catolização nacional, Salazar representava a estabilidade e segurança posterior a um longo período de anticatolicismo. Foi o medo de retornar ao ostracismo vivido ao fim da monarquia (REZOLA, 2012) que fez com que os clérigos – nem sempre de forma pacífica ou deserta de conflitos calorosos – apoiassem Salazar de forma quase incondicional.

4.3.2. As elites tradicionais

Outra base de apoio importante para Salazar foi a elite financeira e comercial portuguesa. Impressionados com suas propostas desde 1923, quando o então professor de Coimbra proferiu palestra denominada “Redução das despesas públicas” durante o Congresso das Associações Comerciais e Industriais de Portugal (ALMADA, 1974), os membros desse setor há muito aguardavam reformas que trouxessem estabilidade para a economia portuguesa.

A despeito de acenar pouco para os setores industriais, ainda incipientes nas primeiras décadas do século XX e contra os quais possuía diversas restrições morais (FIGUEIREDO, 2002), o Ministro das Finanças romantizava fortemente o ideal ruralista e as políticas de produtividade do setor primário, conquistando o apoio das elites rurais⁸⁷ (GALVANESE, 2014). As elites comerciais e financeiras apoiá-lo-iam por conta das medidas de protecionismo que garantiriam o monopólio do comércio entre a metrópole e a colônia (SILVA, 2010), além da estabilização da moeda nacional

⁸⁷ A burguesia agrária, ademais, não havia esquecido das ‘leis da fome’ promulgadas pela Primeira República, estas que haviam reduzido seus lucros e capitais ao subjugar suas produções ao interesse industrial e antilatifundiário da legislação republicana (MEDEIROS, 1978).

e a consequente atração dos investimentos antes alocados nas praças internacionais. Essas elites, por sua vez, também receberiam convites para alocação em cargos da administração pública de Salazar (LIMA, 1999), muito embora este último retivesse a palavra final sobre cada mínimo aspecto decisório (COSTA PINTO, 2000).

Um dos maiores trunfos de Salazar, no entanto, não foi sequer obter o apoio dessas elites, mas sim coordenar seus interesses e evitar os conflitos intrínsecos e históricos entre elas sem, todavia, permitir uma interferência que modificasse os rumos que vislumbrava para Portugal. A esse respeito, assevera Aguiar (2013):

Na Primeira República, as disputas entre as frações agrária/latifundiária e industrial resultavam em constantes conflitos, derrubes de governos ou mesmo golpes de Estado (lembre-se o caso de Sidónio Pais, precursor do fascismo em Portugal, que ascendeu ao poder em 1917 por via violenta e foi derrubado no ano seguinte), pelo que o Estado Novo português surgiu como uma solução radical, violenta, mas consensual entre os grupos situados no topo da sociedade portuguesa de final dos anos 20 (p. 136).

Salazar, relativamente às elites, soube explorar tanto seus medos internos, – consubstanciados no histórico de conflitos entre si – quanto seus medos externos advindos do cenário anterior, em que a desordem social e econômica seria aos poucos (com seu ápice no surgimento do Estado Novo) substituída por um Estado forte, autoritário, centralizador e ultraconservador (RAMPINELLI, 2014).

4.3.3. Os militares

Os militares – que inicialmente demonstraram desconfiança e certo incômodo pelo cumprimento das exigências do civil convidado pelo General Carmona (MENESES, 2011) – subestimaram Salazar⁸⁸: pouco tempo após sua posse, chamá-lo-iam de ‘chefe’ (MATOS, 2010).

A eleição de Óscar Carmona para a Presidência vinha na esteira de uma contínua crise e de uma sucessão de golpes dentro da ditadura iniciada em 1926. Incapazes de controlar o caos econômico rampante e dados a gastos desmedidos em seus próprios domínios (MENESES, 2010), os militares precisavam de um titular para

⁸⁸ “Para estes militares habituados a avaliar os inimigos ou potenciais rivais pelo número de espingardas, o ainda jovem professor universitário não parece apresentar um perigo, mesmo quando enumera os quatro pontos do que diz ser o seu método de trabalho, método este que consiste muito simplesmente em indicar as circunstâncias governativas em que exige ter a última e derradeira palavra” (MATOS, 2010, p. 19).

a pasta do Ministério das Finanças que estabilizasse a economia e, com isso, viabilizasse a continuidade do seu poder para além das armas de que dispunham (MADUREIRA, 1997).

Esse titular seria escolhido entre a elite universitária coimbrã, um homem que já havia composto o governo brevemente e que havia sido o cruel algoz público de seu antecessor: António de Oliveira Salazar.

O cumprimento de suas exigências para tomar posse no cargo – muito embora de simbolismo extremamente determinante como indicador do capital intelectual e político até ali auferido e de como seria sua futura atuação – do governo chefiado por Vicente de Freitas não seria capaz de mantê-lo no poder por si só. Salazar entendeu rapidamente a situação precária em que se encontrava como Ministro civil em meio a um governo militar e tratou de “tornar-se indispensável, gerando um consenso de apreço à volta da sua pessoa que o protegesse dos caprichos dos militares” (MENESES, 2011, p. 82). Consciente das limitações do apoio dos católicos em questão de número e de recursos (MENESES, 2011), a imprescindibilidade somente poderia advir de uma fonte: o equilíbrio financeiro e econômico sem o qual os próprios militares não sobreviveriam no poder.

O ano de 1928 foi crucial para atingir esse objetivo, tarefa comparada por Meneses (2011) a “um feito impossível, uma espécie de Santo Graal” (p. 82). O avançar do presente trabalho não permite efetuar aqui uma retrospectiva de todas as medidas tomadas pelo Ministro das Finanças (explicadas anteriormente aqui e em outros autores citados) para atingir o equilíbrio orçamental, mas, ao fim daquele ano, Salazar havia obtido superávit. Nos anos seguintes, repetiria o feito, muito graças à aplicação das mesmas sugestões que haviam sido negadas por Sinel de Cordes quando da entrega do relatório da comissão presidida por Salazar (MENESES, 2011).

O fôlego tomado pelos militares na luta pela sobrevivência do regime não tardaria em se traduzir em um apoio essencial às obras do Ministério das Finanças: o apoio da força, algo que seus antecessores, muitos deles pressionados pelo eleitorado ou pelo Parlamento, não tiveram a sorte de contar (MENESES, 2011).

Algumas trocas públicas de demonstrações de apreço ocorreram entre Salazar e os militares (MATOS, 2010; MENESES, 2011), todavia o Ministro das Finanças ainda não andava em terreno pacificado. De acordo com Meneses (2011), os militares eram divididos em três grupos: republicanos conservadores desejosos do regresso da República; conservadores autoritários desejosos de um Estado corporativo e

tecnocrata (grupo com o qual Salazar mais se aproximava); e os radicais desejosos de um Estado fascista ou assemelhado. Salazar tinha o primeiro grupo como o mais perigoso entre os três (MENESES, 2011) e o primeiro a ser combatido.

Entre os anos de 1928 e 1930 Salazar derrubaria, por conta de divergências públicas, os governos de Vicente de Freitas e Ivens Ferraz. Em ambas as ocasiões a estratégia foi similar, a despeito de panos de fundo diversos⁸⁹: Salazar, ao entrar em conflito, anunciava sua demissão. Esse anúncio era prontamente respondido pela ação enérgica do Presidente Óscar Carmona, que informava aos Presidentes do Conselho de Ministros que não aceitaria a constituição de gabinetes sem a presença de Salazar no Ministério das Finanças. Freitas e Ferraz acabariam admitindo as derrotas e dissolvendo seus governos, fortalecendo diretamente a figura de Salazar como ‘vencedor’ dos conflitos (MENESES, 2011).

A relação entre Salazar e Carmona, que apresentava uma evidente simbiose política⁹⁰, perduraria até a morte do segundo (ainda na Presidência) em 1951. Carmona, celebrenemente identificado por Sousa (2008) como “o fiel da balança” (p. 61) entre Salazar e os militares, foi acreditado como o amparador inicial da ascensão de Salazar que, ao mesmo tempo, tratou de garantir a unidade de apoio à Ditadura Militar. Essa relação, tal como tantas outras de Salazar, não seria livre de sobressaltos. Segundo Meneses (2011):

A relação com Carmona, que duraria até a morte do presidente em 1951, foi, de diferentes modos, crucial para o sucesso de Salazar. Teve altos e baixos⁹¹ e por vezes Carmona mostrava desagrado com o Governo. Salazar não podia se afastar de Carmona, tendo de aceitar a sua presença e mostrar deferência perante o presidente da República; mas quando era realmente preciso, Carmona apoiava Salazar. À primeira vista, não era óbvio que fosse uma relação talhada para funcionar (p. 104-105).

Telo (1994) cita ainda que o grande trunfo de Salazar, ao perceber que necessitava dos militares para garantir seu futuro, foi o de fazer que os próprios militares entendessem que a recíproca era verdadeira. Desta forma, acabou por

⁸⁹ As razões desses conflitos são aprofundadas em Paço (2008), Matos (2010) e Meneses (2011).

⁹⁰ “Simultaneamente, a falta de um apoio político tradicional em relação ao novo ministro é a maior garantia de que este terá de contar com o exército. Criou-se uma relação de dependência mútua, gerida com grande cuidado por Salazar e Carmona” (TELO, 1994, p. 788).

⁹¹ De acordo com Sousa (2008), Carmona impôs, até 1932, a exclusividade da ocupação da chefia de governo por militares, sob protestos de Salazar. Ademais, afastou-se do governo salazarista à época da Segunda Guerra Mundial e, segundo Marcello Caetano, teria tido atuação dúbia na tentativa de derrubar Salazar em 1947.

conquistar a maior parte dos setores militares, com exceção dos republicanos conservadores com quem entraria em conflito – e triunfaria sobre – nos primeiros anos de sua caminhada ao poder.

Os militares haviam arrebatado facilmente o poder frente à decadente Primeira República, porém esbarraram em conflitos autofágicos e na dificuldade de manter esse poder, manutenção que foi conquistada com a estabilização trazida por Salazar (MATOS, 2010). Denota-se, após breve análise desta complexa relação, que o medo neles aplicado foi o da impossibilidade de sobrevivência do regime sem a figura do Ministro das Finanças. Salazar e os militares estariam ligados até o fim.

4.3.4. Outros grupos de apoio no cenário português

Outros grupos de apoio, além do trinômio Igreja-elite-exército, também exerceram papéis relevantes na ascensão de Salazar ao poder. Os monarquistas e os integralistas, altamente ligados à causa católica, merecem breve – ainda que não exaustivamente aprofundada – menção.

Os monarquistas, defenestrados do poder em 1910, estiveram presentes na gênese do movimento de 28 de maio de 1926. Sem uma orientação ideológica definida e pertencentes a um grupo de antirrepublicanos e antidemocratas no qual também estavam presentes os integralistas, sua participação estava ligada ao vislumbre que tinham (conjuntamente aos integralistas, mas de modos diversos) de uma oportunidade para a reinstalação da monarquia em Portugal (CUNHA, 2010).

Muito embora os partidários da causa monárquica vissem em Salazar um perfil mais técnico que político na ocasião de sua segunda passagem pelo Ministério das Finanças – a despeito de outras incursões prévias nos domínios políticos – a posição ambígua do próprio Salazar em relação à monarquia, ademais de sua sólida posição católica e conservadora, lhes chamou atenção e garantiu seu apoio (CUNHA, 2010).

Em 1919, juntamente com outros professores da Universidade de Coimbra, Salazar sofreu, conjuntamente com os professores Carneiro Pacheco, Fezas Vital e Magalhães Colaço, da Faculdade de Direito (MENESES, 2011), e Manuel Gonçalves Cerejeira (CUNHA, 2010), processo disciplinar por suspeita de divulgar propaganda monárquica. Sua resposta, escrita, foi extremamente evasiva à acusação sofrida, recusando-se a confirmar ou negar seu apoio à causa monárquica. Após um

afastamento de suas funções por aproximadamente um mês, o julgamento foi favorável a Salazar, que retornou fortalecido ao cargo (MENESES, 2011).

O pináculo desse apoio a Salazar, habilmente costurado por meio de sua posição dúbia em relação à monarquia⁹², foi, quando da fundação da União Nacional, a considerável participação dos monarquistas (e de muitos integralistas) no partido único (CUNHA). Salazar nunca atenderia aos pleitos dos monarquistas, mas estes acabariam seduzidos pelos princípios gerais da nova instituição, nomeadamente “o executivo forte, o poder do Estado limitado pela moral e pelo direito, a importância da família como elemento político primário, a descentralização política graduada” (CUNHA, 2010, p. 22).

A despeito de algumas divisões entre as facções monárquicas – algumas delas nas quais se encaixavam os integralistas – Salazar trataria, desde sempre, mas principalmente quando da morte (sem herdeiros) do pretendente ao trono português, D. Manuel II, o objetivo restauracionista dos monarquistas como um aspecto de segunda importância, minorado pela necessidade premente da manutenção da ordem de da obra até ali realizada (CUNHA, 2010).

O golpe final às aspirações monárquicas viria em novembro de 1933, quando Salazar, após acordo com as legítimas herdeiras do patrimônio de D. Manuel II, transferiu todos os bens da Casa de Bragança para uma Fundação administrada pelo Estado, sepultando definitivamente as esperanças de restauração e iniciando um período de cisão interna mais intenso entre os monarquistas, parte dos quais passariam à oposição nos anos seguintes (CUNHA, 2010). Essa oposição, não obstante, seria frequentemente debilitada pela censura estatal e esvaziada pela migração de vários de seus militantes para a União Nacional (CUNHA, 2010), tendo pouca relevância até o fim do governo de Salazar em 1968.

Os integralistas⁹³, por sua vez, perfizeram um apoio crítico⁹⁴ a Salazar, buscando no seu poder o atingimento mais imediato das ideias que professavam.

⁹² “Muitos pensaram que Salazar era, no seu íntimo, monárquico e que as posições assumidas antes e depois do 28 de Maio eram apenas o fruto de um notável pragmatismo político” (CUNHA, 2010, p. 20-21).

⁹³ Por razão de carência de fontes que descrevam outros movimentos de cariz integralista portugueses, além da limitação imposta pelo escopo do presente trabalho, apresentar-se-ão apenas referências relativas ao Integralismo Lusitano (IL) e ao Nacional-Sindicalismo (N/S) por sua maior relevância na conjuntura política à época.

⁹⁴ A não conceituação dos integralistas como adversários, muito embora quase toda relação entre Salazar (principalmente após a fundação do Estado Novo) fosse pautada por conflitos, dá-se pelo fato de que, no período estudado (1926- 1933), os primeiros não efetuariam qualquer tipo de oposição considerável ao segundo.

Seguindo corrente ideológica semelhante ao do próprio Salazar, com base em Charles Maurras e na *Action Française*, os integralistas, muito como os monárquicos, viram realizadas na obra salazarista (CUNHA, 2010) muito do que dificilmente conseguiriam isoladamente.

Surgido em data próxima ao estopim da Primeira Guerra Mundial entre exilados portugueses na Bélgica – tais como Francisco Rolão Preto (seu posterior líder maior), Domingos de Gusmão Araújo e Luís de Almeida Braga – o movimento iniciou suas atividades como movimento político após a entrada de Portugal no conflito armado, passando a disseminar seu programa político por meio de um jornal diário próprio (COSTA PINTO, 2016).

Os integralistas buscavam apelar para as classes trabalhadoras, onde rivalizavam com os comunistas no campo de recrutamento, defendendo ideais ufanistas, municipalistas, tradicionalistas, antiliberais e anticomunistas (CUNHA, 2010) (COSTA PINTO, 2016).

Os integralistas tiveram atuação importante – ainda que não decisiva – no golpe de 1926 que instituiu a Ditadura Militar. Muito embora possuísem considerável apoio entre os militares mais jovens (movimento que acabaria conhecido como ‘Tenentismo’) os militares que capitanearam o fim da Primeira República acabariam por voltar-se às elites burocratas e aos membros de partidos conservadores para sustentação, não para os movimentos de cariz fascista (COSTA PINTO, 2016), diminuindo sua influência no novo governo.

Ademais, a filiação de uma quantidade considerável de operários ao movimento integralista também não significou uma ampliação de seu apelo às classes trabalhadoras e nos movimentos sindicais.

Em síntese, a despeito de alguma influência que lhes valeu lugar na consideração feita no presente trabalho, sua atuação em uma conjuntura desfavorável e já bastante dominada por outros setores autoritários debilitou o movimento (COSTA PINTO, 2016). Ainda segundo Costa Pinto (2016):

Os fascistas foram, nesse processo, uma “quantidade negligenciável”. A existência de uma direita autoritária, escorada em instituições poderosas como a Igreja, o fundamental da hierarquia das Forças Armadas e dos grupos de interesse dos proprietários agrícolas e industriais, bloqueou espaço e função a esse polo radical e mobilizador (p. 359).

Esses fatores debilitantes não impediram, no entanto, um rápido crescimento do movimento no pós-1926 que não passou despercebido por Salazar. A despeito de reconhecerem-no como aquele que havia reequilibrado as Finanças públicas, passaram a pressionar o já Presidente do Conselho de Ministros para obter maior participação no processo decisório (COSTA PINTO, 2016).

A querela tornou-se insustentável quando Francisco Rolão Preto, que assumiu a direção do Integralismo Lusitano (IL) em 1932, passou a orientar o jornal *Revolução* a uma série de conflitos públicos com a Igreja Católica e a União Nacional. Esses conflitos foram o embrião do Movimento Nacional-Sindicalista (N/S ou MNS) que representou o “processo de fascização do Integralismo Lusitano” (COSTA PINTO, 2016, p. 116).

Alguns avanços de posição dos integralistas, inclusive com pressão de Rolão Preto sobre Óscar Carmona pela participação que lhe fora negada por Salazar e sua negativa de apoio público à Constituição de 1933, acabaram por deflagrar uma série de retaliações do governo que debilitaram o N/S. Foram proibidos de efetuar manifestações públicas e vários de seus membros, inclusive Marcello Caetano (que sucederia a Salazar em 1968) abandonaram o movimento e integraram os quadros da União Nacional (COSTA PINTO, 2016). O golpe de misericórdia de Salazar acaba por vir em 1934 – já fora do âmbito da presente pesquisa, mas de menção necessária – quando o movimento foi ilegalizado e Rolão Preto enviado ao exílio na Espanha, sinalizando o início de uma era de oposição clandestina sem maior importância.

O medo aplicado aos monarquistas e aos integralistas no período estudado não demonstrou possuir foco específico em seu ideário como grupos, mas sim no que os unia em bases maiores: o catolicismo, o conservadorismo e o tradicionalismo. Ambos apoiariam Salazar inicialmente, com maior ou menor intensidade, como caminho para concretização de seus ideais, mas acabariam sendo largamente absorvidos pela máquina estatal e tendo seus membros mais radicais expulsos do cenário político nacional.

4.3.5. Adversários

Os adversários de Salazar podem ser divididos, *grosso modo*, em dois grupos distintos: opositores externos ao regime e opositores internos ao regime. Não

obstante, essa distinção é obscura por conta da migração de alguns dos atores políticos entre esses ‘lados’ no período estudado.

Campina (2012) analisa que, a despeito de todas as tentativas do regime de suprimir dissidências, “certo é que foram alvo de oposição proveniente das mais diversas áreas, pelos mais distintos meios e com as mais distintas formas de manifestação de contestação e discórdia” (p. 344).

A autora (CAMPINA, 2012), ainda, divide a oposição em fases distintas: a primeira (entre 1926 e 1943)⁹⁵, a segunda (entre 1943 e o início da década de 1960) e a terceira (iniciada nos primeiros anos da década de 1960 e contínua até o fim do regime).

Durante a primeira fase, contemporânea à escrutinada no presente trabalho, a oposição a Salazar apresentava-se francamente desorganizada e incapaz de coadunar interesses da forma que fizeram os apoiadores do movimento que levou à queda da Primeira República.

Os movimentos opositores externos ao regime eram majoritariamente dominados pelo ideário anarquista e recorriam frequentemente ao expediente da violência política⁹⁶. O maior e mais organizado dos movimentos opositores, no entanto, era o Partido Comunista Português (PCP), que, tal como os outros movimentos congêneres, colecionou derrotas e perseguições nas mãos do governo militar e, posteriormente, do Estado Novo (CAMPINA, 2012).

Esses dois movimentos (entre outros, como os socialistas) haviam dado origem, em 1919 à Confederação-Geral do Trabalho (CGT), uma união de sindicatos espalhados pelo país, que estabeleceu as bases do sindicalismo revolucionário em Portugal (PEREIRA, 2009).

A atividade grevista preconizada como instrumento de combate a partir desse momento acabou por sofrer um duro golpe com intensificação da repressão originada

⁹⁵ O interesse investigativo do presente trabalho, dados os limites temporais estabelecidos no recorte, não permite – infelizmente – uma análise mais aprofundada dos períodos de verdadeira organização da oposição a Salazar. No entanto, para fins de compreensão histórica, encoraja-se o estudo da obra de Campina (2012) e de outros autores que tratam principalmente do período pós-1950, quando o salazarismo passava a apresentar os primeiros sinais da exaustão que o levaria ao fim em 1974.

⁹⁶ O anarquista Emídio Santana e alguns de seus companheiros, a 4 de julho de 1937, atentariam contra a vida de Salazar, no único ataque direto sofrido durante todo seu governo. Os opositores explodiram um carro próximo à capela particular que Salazar frequentava nas missas de Domingo. Salazar não foi ferido e o atentado gerou apenas danos patrimoniais. Após investigação descuidada e cheia de relatos de torturas pela Polícia de Defesa e Vigilância do Estado (PCDE), os investigados foram presos e Salazar saiu fortalecido do episódio, sendo congratulado pelos militares e por chefes de governos estrangeiros, incluindo Mussolini (MENESES, 2011).

da chegada dos militares ao poder em 1926. Durante os anos seguintes, algumas greves ainda foram deflagradas pelo PCP e pela CGT – brutalmente reprimidas – mas sem grandes êxitos (FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES E MARIA BARROSO, s.d.). O golpe derradeiro viria logo na sequência: a Constituição de 1933, em seu caráter corporativista, absorveu os sindicatos para a organização estatal e a censura tratou de acabar com suas publicações voltadas ao operariado lusitano (MARQUES, 2007).

Os grupos opositores ora citados, então externos ao regime, logo passariam à clandestinidade e seriam perseguidos até o fim do Estado Novo.

Por sua vez, os opositores internos ao regime, eram constituídos de atores participantes do acordo de vontades que havia deflagrado a queda da Primeira República. Muito embora Salazar tivesse conquistado o apoio da maior parte dos militares, havia algum ressentimento pendente contra ele por conta das reduções dos salários do funcionalismo público (nos quais se encaixavam os militares ativos e os da reserva) (MENESES, 2011).

A voz mais forte nesse contexto – ignorando-se momentaneamente os influentes republicanos Bernardino Machado (ex-Presidente da República) e o Afonso Costa (ex-Presidente do Conselho de Ministros) – foi o militar, ex-Presidente do Conselho de Ministros, ex-Reitor da Universidade de Coimbra e ex-Ministro das Finanças, Francisco Cunha Leal (MENESES, 2011).

Enquanto Governador do Banco de Angola, Cunha Leal entrou para a oposição a Salazar em 1930 por conta de seu repúdio à política colonial do Ministro das Finanças, que era publicamente condenado por não destinar verbas às colônias (ou territórios ultramarinos) portuguesas. Trocas de farpas públicas foram constantes até maio daquele ano, quando Cunha Leal proferiu insultos pessoais a Salazar⁹⁷. Essas ofensas levariam o Ministro das Finanças a obrigar o governo a punir Cunha Leal, que acabou exonerado do cargo por conspiração contra o governo e exilado para os Açores (MENESES, 2011).

Nesta breve análise, a política de medo brandida por Salazar contra esses grupos não aparenta ter sido voltada a tentar conquistar seu apoio, mas sim a enfraquece-los por meio da faceta repressiva do Estado ou tornar-lhes párias –

⁹⁷ “Em maio regressou à liça, com um panfleto (Oliveira Salazar, Filomeno da Câmara e o Império Colonial Português) que acrescentava uma nota de insulto pessoal, chamando Salazar de “um monge voluntariamente castrado”” (MENESES, 2011, p. 97).

comunistas, agitadores, inimigos da pátria, aqueles que representariam os problemas da sociedade contra os quais ele, Salazar, lutava – perante a sociedade portuguesa.

Considerando que já eram debilitados em números, recursos e organização, a tarefa de enfrenta-los diretamente acabou sendo executada mais rapidamente que uma eventual busca por pontos comuns que pudessem sustentar uma aliança.

5. Da Presidência do Conselho de Ministros à Constituição de 1933

“O homem que hoje chefia o Governo é o mesmo que, tendo há quatro anos nesta sala pedido à Nação um pouco de confiança, a recebeu dela tão completa que foi possível, através de sacrifícios abnegadamente feitos, lançar as bases da reconstrução financeira e económica de Portugal”.

Salazar, 1932

A narrativa relatada no presente trabalho até este derradeiro momento deve ser percebida não como uma ascensão retilínea ao poder por parte de Salazar, mas sim como uma série de hábeis movimentos e ponderadas ações – envoltas por uma conjuntura favorável interna e externamente – que possibilitaram uma escalada longa de patamar em patamar até que o domínio do Estado fosse assegurado. Enquanto trabalhava no saneamento dos problemas económico-financeiros da nação, Salazar também desenhava o modelo que seguiria para manter sua indispensabilidade (esta que poderia não mais assim ser vista tão logo a questão das Finanças fosse solucionada) (MENESES, 2011).

A visão política exprimida por Salazar e consubstanciada na criação da União Nacional entraria, paulatinamente, em rota de colisão⁹⁸ com a miríade de ideologias presentes entre os militares que governavam Portugal, tornando uma luta pelo poder inevitável. Para dar continuidade à sua ideia de nação, Salazar necessitaria chegar à chefia de Governo e assim o faria.

5.1. Salazar em São Bento⁹⁹

A continuidade dos apoios recebidos pelas câmaras municipais e pela imprensa, as condecorações recebidas (Grã-Cruz do Ordem do Império Colonial e Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e da Espada, esta última sendo a mais alta condecoração militar de Portugal e o próprio Salazar o primeiro civil a recebe-la), além

⁹⁸ “O sucesso desse discurso manifestamente político, que doravante passou a ser visto como um apartar de águas ideológico, tornou Salazar mais impaciente do que nunca para se libertar da tutela militar que o prendia” (MENESES, 2011, p. 109).

⁹⁹ ‘São Bento’ refere-se ao Palácio de São Bento, atual sede da Assembleia da República. Em anexo ao prédio principal, o Palacete de São Bento é a residência oficial do Primeiro-Ministro de Portugal, derradeiramente ocupada por Salazar em 1938 ao fim das reformas sofridas.

das discussões públicas acerca da nova Constituição do país causaram, sem qualquer surpresa, o pedido de demissão de Domingos de Oliveira, então titular do cargo (MENESES, 2011). Assim, a 28 de junho de 1932, Salazar foi chamado pelo Presidente Óscar Carmona a formar seu próprio governo.

Salazar assumiu a Presidência do Conselho de Ministros – cargo equivalente ao de Primeiro-Ministro na atual República Portuguesa – a 5 de julho de 1932 (MENESES, 2011). Primeiro civil a assegurar este cargo desde a o golpe militar de 1926 (PAÇO, 2008a), sua posse foi o resultado de um delicado e persistente jogo de poder travado pelo então Ministro das Finanças¹⁰⁰, que havia derrubado sucessivos governos organizados pelo Presidente da República (e seu maior aliado entre os militares) Óscar Carmona desde pouco antes de assumir pela segunda vez em 1928.

Muito embora a imprensa lhe houvesse brindado com seus usuais elogios eloquentes e com seu apoio tão logo foi revelado o convite do Presidente Carmona, esse fato não significou necessariamente uma pacificação de ânimos suficiente para que Salazar – que possuía ainda vários adversários em suas proximidades – não tivesse qualquer trabalho na constituição de seu Conselho de Ministros. O próprio Salazar acabaria por anunciar uma nominata incompleta, acumulando alguns ministérios que, ao longo dos dias subsequentes, ocuparia com pessoas de sua confiança (MENESES, 2011).

O gabinete, após as primeiras mudanças, era composto por António Salazar (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças), Duarte Pacheco (Ministro das Obras Públicas e Comunicações), Armindo Rodrigues de Sttau Monteiro (Ministro das Colônias), Gustavo Cordeiro Ramos (Ministro da Instrução Pública), Sebastião Garcia Ramires (Ministro do Comércio, Indústria e Agricultura), Artur Águedo de Oliveira (Subsecretário de Estado das Finanças), José Penalva Franco Frazão (Subsecretário de Estado da Agricultura), Albino dos Reis Júnior (Ministro do Interior), Manuel Rodrigues Júnior (Ministro da Justiça e Cultos), Aníbal de Mesquita Guimarães (Ministro da Marinha), Daniel Rodrigues de Sousa (Ministro da Guerra) e César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches (Ministro dos Negócios Estrangeiros) (PAÇO, 2008a).

Essa constituição do gabinete do Ministério é particularmente interessante por contar com um número bastante reduzido de militares – apenas os Ministros da

¹⁰⁰ Salazar permaneceria no cargo de Ministro das Finanças mesmo após assumir a Presidência do Conselho de Ministros e dar início ao Estado Novo, mantendo-se no cargo até 28 de agosto de 1940.

Marinha e da Guerra – em comparação à ampla maioria que tradicionalmente possuíam em governos anteriores. O restante dos Ministros, civis, representavam a classe que Salazar defendia na transição da ditadura para o Estado Novo e à qual pertencia: eram tecnocratas, formados majoritariamente nas Universidades de Coimbra e Lisboa.

Foi nesse cenário, também, que entraria para a vida de Salazar – em uma cooperação que duraria longos anos – seu biógrafo e, mais adiante, seu Secretário de Propaganda Nacional, António Ferro. Paço (2008b) chega às raízes de denominá-lo “inventor de Salazar” (p. 79).

A 17 de dezembro de 1932, o *Diário de Notícias* iniciaria a publicação de uma série de entrevistas efetuadas por Ferro a Salazar, em que “explica Salazar aos portugueses” (PAÇO, 2008b, p. 76). As entrevistas do jornalista que havia entrevistado Benito Mussolini, Primo de Rivera, Mustafa Kemal, Phillipe Pétain e Georges Clémenceau buscavam trazer luz – e simpatia popular – ao recém empossado Presidente do Conselho de Ministros (PAÇO, 2008b).

O intento, em um cenário crescentemente favorável, demonstrou ser um sucesso. Telo (1994) descreve o cenário político poucos meses após a chegada de Salazar à chefia do governo:

Em fins de 1932 os militares e as associações patronais eram já fundamentalmente salazaristas e, como a Igreja mantinha o apoio inicial e o movimento sindical continuava praticamente morto, e também ele em vias de ser engolido pela organização corporativa, tinham desaparecido os centros principais a partir dos quais se podia organizar uma oposição efectiva (p. 795).

Ainda que já fosse relativamente conhecido dos portugueses, muito por conta do trabalho efetuado pela Igreja católica portuguesa – tal como escrutinado no capítulo anterior –, Ferro entendia ser necessária uma aproximação da figura de Salazar com o povo. Entendendo que esse esforço seria a antítese do comportamento e da personalidade de Salazar, avesso aos contatos públicos e afeto ao trabalho discreto em seu gabinete, Ferro sugeriu-lhe que obtivesse alguém para efetuar esse papel de relações públicas e foi empossado na Secretaria de Propaganda Nacional (SPN) ainda em 1933 (PAÇO, 2008b).

As referidas entrevistas seriam reunidas, em 1933, no livro *Oliveira Salazar: o homem e a sua obra*¹⁰¹. Neste livro, Ferro (1942) apresenta uma visão humanizada e abnegada de um homem que trabalhava com grande sacrifício pessoal em prol do povo português, imagem esta que seria explorada com sucesso durante toda a permanência de Ferro à frente dos órgãos estatais de comunicação.

A publicidade recebida nesse momento foi essencial para o fortalecimento da imagem, além da própria censura (posteriormente parte das atribuições de António Ferro) que impedia o advento das críticas, fez dar sentido à expressão utilizada por Salazar de que “politicamente só existe o que o público sabe que existe” (BAIÔA, 2012, p. 156; PAÇO, 2008b, p. 81).

Havendo, em um espaço de apenas quatro anos, passado de Ministro das Finanças em um gabinete ainda fortemente composto por militares¹⁰² para Presidente do Conselho de Ministros em um gabinete formado – por sua própria escolha – majoritariamente de civis, além de continuar contando com o apoio massivo da imprensa (e do expediente da censura para os detratores), da Igreja e do Exército, a Salazar faltava ‘coroar’ o derradeiro ápice de sua jornada ao poder. Far-lhe-ia por meio de uma profunda reorganização do Estado para refletir tudo aquilo que idealizava.

5.2. A Constituição de 1933: o pináculo do salazarismo

Já mencionada como objeto de debates que levaram à queda de Domingos de Oliveira e posse de Salazar como Presidente do Conselho de Ministros, a Constituição de 1933 vinha sendo construída, ao menos desde o ano de 1929, como peça basilar de reorganização administrativo-legislativa imprescindível para o surgimento do Estado Novo, tal como vislumbrava Salazar.

Em discurso proferido em Lisboa a 21 de outubro de 1929 – ocasião em que o Presidente da República, Óscar Carmona, e o Presidente do Conselho de Ministros, Ivens Ferraz, estavam em visita oficial à Espanha –, Salazar aproveitou a oportunidade de uma homenagem recebida de representantes municipais para

¹⁰¹ O título citado foi traduzido da versão em língua espanhola utilizada no presente trabalho: *Oliveira Salazar: el hombre y su obra* (1942).

¹⁰² O 4º Governo da Ditadura Nacional (1928-1933), encabeçado por Vicente do Amaral, possuía relativo equilíbrio entre militares e civis em seus quadros, mas a Presidência e vários de seus mais importantes Ministérios estavam sob comando de militares.

ressaltar a importância do advento de uma nova Constituição que permita a criação de uma ordem política estável duradoura (SALAZAR, 1935; PINTO, 2010; MENESES, 2011).

De forma similar à efetuada por Meneses (2011) é absolutamente imprescindível citar considerável trecho do longo discurso proferido por Salazar na ocasião supracitada, pois ali houve demonstração precoce dos baluartes do próprio Estado Novo. Segundo Salazar (1935):

Diante das ruínas morais e materiais acumuladas pelo individualismo revolucionário; diante das tendências de interesse colectivo que aquelas provocaram por toda a parte no espírito do nosso tempo; diante das superiores necessidades da Pátria portuguesa – a reorganização constitucional do Estado tem de basear-se em nacionalismo sólido, prudente, conciliador, que trate de assegurar a coexistência e actividade regular de todos os elementos naturais, tradicionais e progressivos da sociedade. Entre êles devemos especializar a família, a corporação moral e económica, a freguesia e o município. As garantias políticas dêsses factores primários parecem-me a mim que devem ter sua consagração na Constituição portuguesa, de modo que influam directa ou indirectamente na formação dos corpos supremos do Estado. Só assim êste será a expressão jurídica da Nação na realidade de sua vida colectiva (p. 37).

De acordo com Meneses (2011), o discurso apresentou uma forte retórica de Salazar sobre a necessária redução de poder e alcance dos militares no governo e sua devolução aos civis, apontando a ditadura como fase preparatória para o surgimento de uma nova ordem e se apresentando não como um ‘mero’ Ministro das Finanças, mas sim como o condutor de um projeto a continuar.

Essa virada constitucionalista que apregoava o surgimento do Estado Novo, contudo, não seria pacífica. Expoentes dos setores militares conservadores republicanos, entre os quais se encontrava Vicente de Freitas (Presidente do Conselho de Ministros derrubado por Salazar em 1929), defendiam uma revisão da Constituição de 1911 – diploma legal que não havia sido formalmente revogado pelos militares revoltosos de 1926 – que salvaguardasse a democracia, o liberalismo e o parlamentarismo (SARDICA, 2019).

Ainda segundo Sardica (2019), o contraprojeto dos conservadores republicanos buscava seduzir o Presidente da República, Óscar Carmona, aumentando seus poderes em comparação com a subjugação a que estaria em relação ao próprio Salazar no modelo de Constituição formulado pelo governo. Antes que qualquer decisão pudesse ser tomada por Carmona, Salazar anunciou, na

primeira quinzena de fevereiro de 1933, a demissão de Vicente de Freitas da Presidência da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, sepultando o contraprojeto. Esse movimento representou uma clara e estrondosa vitória de Salazar, ainda que oriunda das mesmas lutas que sempre foram travadas nos campos de disputa política (SARDICA, 2019).

A vitória, com efeito, não desacelerou o ímpeto de Salazar pela promulgação de sua Constituição, mas intensificou-o (SARDICA, 2019). Desde os estudos na comissão oficialmente encarregada de sua elaboração, iniciados a 4 de janeiro de 1932 (MATOS, 2010), até sua aprovação, Salazar trabalhou intensamente no texto final que seria apresentado para plebiscito público no ano de 1933, alterando apenas pontualmente o projeto original para incluir, entre outras coisas, a possibilidade de reeleição para o Presidente da República que não era prevista anteriormente (SARDICA, 2019).

O esforço constitucional provou ser mais um grande desafio para Salazar. Nove edições preparatórias do texto final surgiram, foram discutidas e modificadas até sua ulterior aprovação¹⁰³ (SANTOS, 2018). As diversas correntes que compunham o governo – pacificadas sob comando de Salazar, todavia ainda buscando espaço e expressão de seus próprios ideários – acabariam por ser contempladas pelo modelo corporativista, que operou como uma espécie de conceito guarda-chuva para unir as diferentes tendências. Santos (2018), neste sentido, aduz que “a dificuldade em satisfazer as aspirações das diferentes forças políticas exigiu que se encontrasse um elemento de homogeneidade capaz de ser partilhado, o qual se pode dizer que recaiu em uma concepção organicista de Estado” (p. 178).

Santos (2018) explana ainda sobre alguns aspectos que diferiam o contexto da Constituição de 1933 de outras cartas magnas portuguesas e europeias do período. O processo constituinte já era, na realidade, uma herança anterior ao golpe militar de 1926, quando o Congresso da Primeira República havia planejado a antecipação da revisão da Constituição de 1911. Essa última Constituição continuou formalmente em vigor durante o período da Ditadura Militar (1926-1928) e da Ditadura Nacional (1928-1933), muito embora houvesse sido revogada *de fato*.

¹⁰³ Recomenda-se a análise do estudo de Santos (2018) para maior aprofundamento nas modificações efetuadas entre o primeiro projeto e o texto final, que deixa de ser efetuada no presente estudo por conta da limitação de páginas e eventual fuga do escopo.

A montagem do texto – que Santos (2018) atribui ter sido iniciada a meados de 1930 e finalizada no início de 1933 – demorou mais que as anteriores para ser concluída, superando o prazo ‘habitual’ de dois anos. Com efeito, além da demora, deve ser levado em conta também o fato de que esta foi uma Constituição ‘de gabinete’, ou seja, não foram efetuados debates parlamentares, sendo iniciada no Ministério presidido por Domingos de Oliveira e finalizada no Ministério presidido por Salazar (SANTOS, 2018).

Para os pesquisadores da Constituição de 1933 (CUNHA, 2006) (SANTOS, 2018), não há dúvidas de que, mesmo que o projeto houvesse sido capitaneado por Salazar e que este último possuísse grande parte da atribuição de autoria do texto, o trabalho não foi um ato isolado, vez que “ao trabalho de Salazar somaram-se contributos de personalidades de sua confiança política, auscultadas no processo de redação do projeto constitucional, e apreciações de dois órgãos políticos, o Conselho Político Nacional e o Conselho de Ministros” (SANTOS, 2018, p. 176). Essa coautoria, todavia, não indica que esta pluralidade de ideais dos autores¹⁰⁴ tivesse afastado grande parte do conjunto de valores que Salazar pretendia instalar no Estado, mas sim que houve uma acomodação de setores apoiadores como via de facilitação do processo.

Não obstante, insta recordar que 1932 também seria conhecido como o ano de ‘limpar a casa’, ou seja, um ano em que a desmobilização de eventuais oposições ao esforço constitucional foi levada às raias pela repressão do regime. O governo lançaria

¹⁰⁴ “Ainda que sem a obrigatoriedade de recorrer a um sistema que refletisse essa diversidade política e ideológica, Salazar não descurou a necessidade de se rodear de alguma representação das forças em presença. Tal encontra-se no perfil das personalidades envolvidas no processo constituinte, e, usando novamente a terminologia de Jon Elster, elas não representavam interesse(s), mas detinham (alegadamente) o conhecimento de interesse(s). Foram ouvidas figuras proeminentes do Integralismo Lusitano (como Afonso Lucas, Pequito Rebelo ou Hipólito Raposo), para quem era importante a superação das formas representativas liberais; vultos ligados a um pensamento decadentista e nacionalista (Quirino de Jesus); professores de direito da Universidade de Coimbra, influenciados uns pela escola intervencionista alemã (José Albergo dos Reis), outros pela doutrina do institucionalismo francês, sensíveis em maior ou menor grau ao pensamento tomista e à doutrina social católica (Domingos Fezas Vital). O envolvimento do Conselho Político Nacional, por meio de uma comissão encarregada de dar parecer sobre o projeto constitucional, permitiu explorar sensibilidades ligadas a um nacionalismo presidencialista, como Martinho Nobre de Melo, profundamente envolvido na Cruzada Nuno Álvares; ao republicanismo de orientação socialista, por intermédio do procurador-geral da República, Francisco Henrique Góis; e a um nacionalismo personalista, singularizado em Mário de Figueiredo. O Conselho de Ministros e o próprio presidente da República, também consultados ao longo da preparação da Constituição, diversificaram esses perfis, dado aí pontuarem políticos e militares que conservavam abertura a princípios liberais, conjugando-os com o sentido da hierarquia e salvaguarda da autoridade dos órgãos titulares de poder do Estado (ainda que admitindo a prevalência do Poder Executivo) (SANTOS, 2018, p. 176-177).

mão de diversos expedientes¹⁰⁵ para tornar o ambiente do futuro plebiscito para confirmar a Constituição o mais controlado possível. Cunha (2006) denota que “uma das primeiras preocupações do poder instituído em vias de encenar uma legitimação pelo procedimento muito pouco convincente (sic.), será limpar o terreno dos adversários e inimigos políticos” (p. 190), ressaltando o objetivo governamental de evitar qualquer desgaste. O medo, antes utilizado principalmente como fator de coesão dos detentores do poder em torno de Salazar, passaria a ser utilizado com mais frequência em sua face de repressão aos adversários.

Com efeito, a despeito do aumento da repressão propriamente dita, o medo não deixaria de ser utilizado como fora inicialmente por Salazar. A 16 de março de 1933, apenas três dias antes da realização da consulta popular, Salazar discursou¹⁰⁶ em defesa do projeto e utilizou-se de seus costumeiros expedientes para reforçar a necessidade de aprovação pública da nova Constituição. Segundo Meneses (2011):

Salazar falou ao país a 16 de março na sede da União Nacional, sendo o seu discurso difundido pelo rádio. Disse aos portugueses que pior do que as crises financeiras que se sucediam a um ritmo prodigioso era a crise no pensamento econômico que varria o mundo e levava a que as sociedades se fraturassem. A utilidade social da riqueza fora esquecida e substituída pela satisfação da vaidade; os trabalhadores tinham sido reduzidos a máquinas; a família fora ignorada [...] (p. 148).

Resolvidos os receios de instabilidade interna do regime e de possíveis oposições, a 22 de fevereiro de 1933, menos de um ano depois da posse de Salazar na chefia de governo, seria divulgado o texto da nova Constituição. O plebiscito^{107 108}

¹⁰⁵ Esses expedientes repressivos representavam mudanças legislativas que não apenas ampliavam o alcance da censura em sua cruzada contra as opiniões divergentes, mas também instituíam a competência de tribunais militares para os recém criados “atentados contra a segurança pública” (CUNHA, 2006, p. 190).

¹⁰⁶ Nesse mesmo discurso, Salazar – que negava constantemente o caráter político de sua atuação – define os princípios norteadores da economia de Estado que propunha: “Nós queremos caminhar para uma *economia nova*, trabalhando em uníssono com a natureza humana, sob a autoridade dum Estado forte que defenda os interesses superiores da Nação, a sua riqueza e o seu trabalho, tanto dos excessos capitalistas como do bolchevismo destruidor” (SALAZAR, 1935, p. 209-210).

¹⁰⁷ Embora o nome usado à época pelo governo português fosse “plebiscito”, para melhor compreensão do interlocutor esse instrumento de consulta, no Brasil, corresponderia – *grosso modo* – ao referendo, vez que aconteceu após a publicação do diploma legal e visava obter concordância posterior sobre seu teor.

¹⁰⁸ Cunha (2006), por sua vez aduz sobre a explicação da adoção do termo “plebiscito”: “A Constituição de 1933 foi aprovada por plebiscito (não por verdadeiro referendo, dadas as condições cesaristas da sua convocação, contagem dos votos, e efeitos dos resultados), realizado a 19 de Março de 1933, e entrou em vigor a 11 de Abril do mesmo ano (após publicação do apuramento definitivo no Diário do Governo). O próprio texto constitucional utiliza a expressão plebiscito (art. 143º), embora seja obviamente de presumir que o não empregaria com a conotação mais técnica que aqui adoptámos” (p. 119).

convocado a 19 de março daquele ano concedeu a Salazar uma vitória esmagadora, ainda que as “condições cesaristas da sua convocação, contagem dos votos¹⁰⁹, e efeitos dos resultados” (CUNHA, 2006, p. 199) tenham sido apontados como demonstrações de irregularidades do processo de decisão.

De acordo com o *Diário do Governo* datado de 11 de abril de 1933 – data de entrada em vigor do diploma legal –, a nova Constituição recebera: 1.330.258 votos favoráveis, 6190 votos contrários, 666 votos nulos e 30.538 abstenções (PORTUGAL, 1933).

A Constituição de 1933, em seu âmago, reproduzia o bordão de Salazar: “Deus, pátria e família”¹¹⁰ (SALAZAR, 1935; CUNHA, 2005; MENESES, 2011). Cunha (2005) aduz que, mais que um bordão propriamente dito, esse conjunto de ideias representava o que Salazar considerava “valores absolutos e verdades indiscutíveis (p. 37) das quais advinham todas as suas ideias-mestras, ou seja, aquelas que pautariam todo o resto de sua obra.

Tendo por base, segundo Botelho (2013), a Constituição de Weimar¹¹¹ de 1919 e, em parte, o modelo fascista italiano, a Constituição de 1933 apresentaria todos os dogmas necessários para basear um Estado corporativista, tais como alargamento dos poderes e competências do Poder Executivo, proteção e propriedade das colônias do Ultramar português, ênfase ao papel da família, proibição das greves e de *lock-outs* e promoção de direitos sociais¹¹².

De acordo com Meneses (2011), “a Constituição de 1933, que transformava o Estado português numa “república unitária e corporativa”, era a peça central do regime (p. 144). Em outros termos, o alargamento dos poderes constitucionais conferidos por Salazar a si próprio acabaria por sobrepor sua subordinação formal ao General Carmona, que, em tese, poderia demiti-lo de pronto (art. 82 da Constituição de 1933).

¹⁰⁹ As abstenções à consulta foram contadas como votos para aprovação da Constituição (BOTELHO, 2013).

¹¹⁰ Esse bordão, que representa fundamentalmente o ideário conservador, também viria a ser utilizado como lema oficial pela Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado (fundada em 1932 no Rio de Janeiro) e, mais recentemente, pelo atual Presidente da República Jair Bolsonaro como lema do movimento Aliança pelo Brasil, que pretende transformar em partido político.

¹¹¹ Na prática, muito embora entenda a comparação com a Constituição de Weimar, Meneses (2011) ressalva a diferença majoritária pelo fato que “[...] em Portugal esse ordenamento resultou numa subordinação do presidente da República ao presidente do Conselho” (p. 144).

¹¹² “Cumpra esclarecer, todavia, que a realidade constitucional testemunhou a limitação ou supressão de direitos fundamentais, tais como a liberdade de expressão, de associação, de reunião e de emigração, e a redução do papel do Presidente da República a uma figura meramente emblemática e honorífica” (BOTELHO, 2013, p. 238).

O Presidente da República, todavia, deixaria de fazê-lo por conta do temor de erodir as alianças travadas para chegar àquele momento histórico (MENESES, 2011).

Estruturalmente, a Constituição de 1933 (PORTUGAL, 1933) estava assentada em 142 artigos e um *Acto Colonial* (este próprio com 47 artigos) anexo. A disposição dos artigos e ordens de importância, muito embora meramente formais – como seria visto durante o exercício constitucional subsequente – são de especial interesse para o presente estudo, vez que coadunam parcialmente o ideário professado por Salazar durante a fase de sua ascensão política. A parcialidade, como já referida, resulta da ameahação e acomodação dos interesses dos grupos apoiadores do Estado Novo.

A primeira parte da nova *carta magna* da República Portuguesa, “Das garantias fundamentais”, restou dividida em catorze títulos: I. Da nação portuguesa; II. Dos cidadãos; III. Da família; IV. Das corporações morais e económicas; V. Da família, das corporações e das autarquias como elementos políticos; VI. Da opinião pública; VII. Da ordem política, administrativa e civil; VIII. Da ordem económica e social; IX. Da educação, ensino e cultura nacional; X. Das relações do estado com a Igreja Católica e demais cultos; XI. Do domínio público e privado do Estado; XII. Da defesa nacional; XIII. Das administrações de interesse coletivo e; XIV. Das finanças do Estado (PORTUGAL, 1933).

Dentre os conteúdos dos títulos da primeira parte que merecem destaque tem-se: asseveração da propriedade das colônias como integrantes do território português e declaração da coordenação, impulsionamento e direção de todas as atividades sociais pelo Estado (título I); a liberdade e inviolabilidade de crenças (título II); a declaração da família como base de toda a ordem política (título III); a obrigatoriedade de reconhecimento por parte do Estado para funcionamento das corporações morais, económicas e entidades sindicais (título IV); o sistema de constituição das Câmaras Corporativas e o papel da entidade familiar na escolha de representantes (título V); a subjugação da imprensa aos interesses do Estado e obrigatoriedade de publicar suas notas oficiosas (título VI); da disciplina dos funcionários públicos e autoridade do Estado, além da manutenção dos registros civis nas mãos do próprio Estado (título VII); a coordenação da vida económica e financeira nacionais pelo Estado e a possibilidade de intervencionismo direto para cumprir seus objetivos (título VIII); a titularidade do ensino à família em domicílio, em escolas públicas ou particulares (apenas o ensino primário era mandatário) e a independência do ensino público de qualquer credo, ainda que fosse encorajada a cooperação nessa área para a

“formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes cívicas e morais (título IX); a manutenção da separação formal entre Estado e Igreja¹¹³ (título X); atribuição da exploração dos bens de domínio privado ao Ministério das Finanças (título XI); o fomento de mocidades organizadas e disciplinadas, entre as quais destacar-se-ia, em breve, a Mocidade Portuguesa, que adquiriria orientação similar àquela vista em suas congêneres nazifascistas, embora mais moderada (AVELÃS NUNES, 1995) (título XII); a listagem de atividades de especial interesse desenvolvimentista do Estado (título XIII) e; os princípios gerais orçamentários regrados nos moldes de Salazar, com a consequente dificuldade da contração de empréstimos pelo Estado (título XIV).

Pode-se resumir esses destaques, contudo, a preceitos mais simples que norteariam o funcionamento do Estado Novo: colonialismo, dirigismo estatal, moralismo religioso, preponderância da família como agente político, corporativismo, censura, princípio da autoridade hierárquica, intervencionismo estatal, produção de organizações de base e austeridade financeira.

Avesso aos radicalismos totalitários de seus congêneres europeus, influenciado (mas não tutelado) pela fé católica e buscando atingir um ponto de equilíbrio que não prejudicasse o efêmero acordo de vontades entre as facções políticas que serviam de sustentáculo para seu regime, Salazar, ao construir um consenso que deu uma forma mista à Constituição vindoura (MENESES, 2011), parece ter evocado a expressão “nem tanto ao céu, nem tanto ao mar” atribuída a Dédalo para Ícaro na mitologia grega.

A estrutura corporativista haveria de falhar em ser plenamente aplicada, conforme demonstrou a realidade constitucional nos anos seguintes, mas a larga possibilidade de intervenção do Estado em todos os assuntos que não ferissem a moral individual – que, para Salazar, era uma das pedras angulares que diferenciavam a ditadura portuguesa do totalitarismo nazifascista – foi a crua realidade até o fim do regime (MENESES, 2011).

A segunda parte, “Da organização política do Estado”, fora dividida em sete títulos: I. Da soberania; II. Do chefe de Estado; III. Da Assembleia Nacional (onde

¹¹³ Conforme anteriormente citado, Simpson (2014) aduz que a própria Igreja entendeu que a intenção de Salazar era aplicar uma “política de catolização gradual e cautelosa para contornar as restrições políticas adversas” (p. 65), entre as quais estariam a dos republicanos e maçons que, até aquele momento, ainda integravam a base de apoio de seu governo. A maçonaria seria posteriormente proscrita em 1935.

também era disciplinada a Câmara Corporativa); IV. Do governo; V. Dos tribunais; VI. Das circunscrições políticas e administrativas e das autarquias locais e; VII. Do Império colonial português. Além desses títulos, estaria também presente a seção sobre disposições complementares, especiais e transitórias.

Maior ênfase, nessa parte, deve ser conferida ao título IV, que tratava especificamente do governo encabeçado por Salazar. Muito embora suas funções, organização e competências tenham sido relegadas quase ao fim da Constituição (iniciadas no artigo 106), Meneses (2011) aduz sobre a não correspondência da formalidade legislativa limitadora ao real exercício material do Presidente do Conselho de Ministros:

Não obstante o papel aparentemente secundário reservado ao Governo, na prática, a Constituição de 1933 instituía uma ditadura do presidente do Conselho de Ministros e, apesar de haver muitas garantias de direitos civis e políticos, todas elas estavam sujeitas a uma série de restrições que eram despudoradamente exploradas pelo poder executivo (p. 145).

Mais que isso, Salazar podia apontar e destituir Ministros com a aprovação do Presidente da República, coordenava as atividades dos Ministros que a ele respondiam politicamente, possuía iniciativa legislativa partilhada com a Assembleia Nacional e, principalmente, continuava tendo poder de veto (vez que continuava empossado como Ministro das Finanças) sobre quaisquer atos do Presidente da República ou do próprio Ministério que impusessem aumento ou diminuição de receitas ou despesas (PORTUGAL, 1933). Dessa forma, Salazar manteve em xeque, tal como havia feito outrora, todo o governo e o Presidente da República.

O resultado final, muito embora pudesse parecer uma colcha de retalhos legislativa, foi o bastante para agradar os incautos republicanos liberais que não perceberam um grande ‘detalhe’ da nova Constituição: dentro de cada concessão feita no texto havia ao menos uma condição passível de revoga-la (MENESES, 2011).

Por derradeiro, novamente invocando Meneses (2011), cabe aqui finalizar este trecho do presente estudo com a conclusão lacônica do próprio autor:

Ao fim e ao cabo, a Constituição de 1933 era o instrumento da vontade de Salazar; ele explorou cada artigo a seu favor, interpretou as suas ambiguidades como muito bem entendeu e reescreveu artigos quando já não lhe convinhavam. Nada nela era afinal definitivo; nenhuma instituição ou prática criada tinha a garantia de uma vida longa ou de sobrevivência (p. 147).

Havendo atingido o ápice de sua ascensão ao poder, Salazar foi capaz de reorganizar o Estado de uma forma tão profunda que o termo “República” sequer foi cogitado para denomina-lo: surgia o Estado Novo e, com ele, a consagração definitiva do seminarista de Viseu transformado em ditador das Finanças.

5.3. Entre o discurso e a obra entregue: o medo em Salazar

Cumprindo a este breve subcapítulo final o papel ingrato de atuar como um híbrido peculiar entre conclusão preambular e *pseudoepílogo*. Apesar da estranheza que possa causar à primeira vista, é imprescindível entender como se deu a evolução empírica do resultado entre o discurso cultivado por Salazar durante sua ascensão política e sua versão final consubstanciada na Constituição de 1933, pedra angular da fundação do Estado Novo.

O ponto de partida dessa análise dá-se pelo estudo de Macedo¹¹⁴ (2019) denominado “*A estratégia de argumentação de António de Oliveira Salazar. Análise de discursos políticos entre 1928 e 1932*”. Na referida obra, o autor escrutinou seis¹¹⁵ dos mais importantes discursos em busca de estabelecer o padrão argumentativo de Salazar.

Ao fim da análise, Macedo (2019) conclui que Salazar utilizava-se prioritariamente de argumentos de ordem racional em seus discursos, explicando que:

[...] é precisamente a racionalidade – científica, fria, aparentemente despojada de causa ou motivo, mas sempre alicerçada em valores muito próprios – que torna a argumentação de Salazar, simultaneamente, original e surpreendente. Ela conduziu um país instável para um regime autoritário, seguindo uma linha política de raciocínio para a melhor opção, baseado em pressupostos, no seu máximo, falsos, e, no seu mínimo, questionáveis.

Essa análise converge com o já narrado desfecho do período estudado – a aprovação da Constituição de 1933 e inauguração do Estado Novo –, no qual acabaria

¹¹⁴ Macedo (2019) utiliza a teoria de Douglas Walton como base de sua análise de discurso. Admitidamente, por mais interessante que pudesse ser efetuar tal análise tendo por base autores mais frequentemente utilizados no campo da Ciência Política, como Ernesto Laclau, tal estudo fugiria em muito do propósito do presente trabalho, razão pela qual declina-se de fazê-lo.

¹¹⁵ Os discursos escolhidos por Macedo (2019) foram proferidos em: 27 de abril de 1928, 9 de junho de 1928, 21 de outubro de 1929, 28 de maio de 1930, 30 de julho de 1930 e 28 de maio de 1932, representando, cada um, momentos particularmente importantes da trajetória de Salazar desde sua posse no Ministério das Finanças até a apresentação do texto da Constituição que entraria em vigor em 1933.

por ser implantado em Portugal um regime ditatorial¹¹⁶ autoritário, autocrático e de ideologia¹¹⁷ corporativista. Ao apresentar sua argumentação ao público de forma sempre científica, todavia sem deixar de ceder uma margem de ininteligibilidade à grande massa (MACEDO, 2019), Salazar reforçava ao povo, simultaneamente, que era um acadêmico profundamente conhecedor das fórmulas para resolver a crise no país e alguém cujas palavras simples traziam grande verdade (MATOS, 2010).

Especial ênfase deve ser concedida ao fato que Macedo (2019) atribui a Salazar esse discurso de cariz mais racional, afastando para elementos marginais a natureza emocional (medo, ameaça, aviso, perigo, etc.). Não obstante o discurso não carregue em si a carga emocional do medo como elemento direto, essa ausência não logra afastar o objetivo de impacto no interlocutor na conjuntura vivida à época. Ao explorar racionalmente o binômio ‘as razões de seus atos’ *versus* ‘o que havia anteriormente’, torna-se cristalino o intento de reforçar ao interlocutor que a sua ausência devolveria ao país o cenário social, político e economicamente caótico em que se encontrava antes de 1928.

Outrossim, o medo não necessariamente precisa ser utilizado em exploração direta de seu sentimento para causar efeito no interlocutor. Bastou, como verificado no caso empírico, que a aplicação de um discurso racional frente a uma nação historicamente traumatizada pelo que havia vivido fosse orientado para uma escolha a ser feita pelos portugueses: obedecer a Salazar e atingir a estabilidade (a qualquer custo que lhe fosse imposto) ou permitir o reestabelecimento daquilo outrora experimentado.

Resta impossível discordar da categorização do discurso de Salazar como apelativo aos argumentos racionais e de sua plasticidade ao meio em que se encontrava. Não obstante, até mesmo pela limitação do escopo de Macedo (2019) à pura análise dos elementos constitutivos do discurso, não foi possível ao autor vislumbrar que a aplicação empírica do discurso em seus interlocutores, independente de sua natureza, pode ser (e costumeiramente é) voltada à obtenção de uma resposta que lhe aufera capitalização política, vez que o próprio medo – como já visto – é um mecanismo de resposta ao estímulo externo recebido (ADOLPHS, 2013).

¹¹⁶ É importante ater-se ao fato de que o termo “ditador” fora um termo utilizado com uma conotação positiva, característica típica da era dos extremos de Hobsbawn (1995).

¹¹⁷ Ideologia, para esse fim, deve ser entendida no conceito de Thompson (1984) de um sistema no qual os significados são mobilizados para sustentar relações de dominação.

Não obstante essa racionalidade argumentativa percebida na análise efetuada por Macedo (2019), Rosas (2001), por sua vez, indica que na estrutura da argumentação estavam incorporados sete mitos propagados pelo regime como construtores da essência portuguesa: o mito palingenético, referente ao recomeço de Portugal sem as amarras da “decadência republicana”; o mito do novo nacionalismo, ou seja, a ideia que o Estado Novo não seria apenas mais um regime, mas sim a continuação da gloriosa história da nação; o mito imperial, através do qual justificava-se a continuidade do colonialismo como o fardo a ser carregado pelo homem português de ‘civilizar’ outros povos e territórios conquistados; o mito da ruralidade, que carregava em si a contrariedade à industrialização e a crítica à acentuada acumulação de riquezas típica do liberalismo; mito da pobreza honrada, que, em essência, condenava a aspiração à promoção social e glorificava a pobreza; o mito da ordem corporativa, que justificava a sociedade corporativa e fortemente hierarquizada e; o mito da essência católica da identidade nacional, que justificava a infiltração da moral católica em todos os âmbitos da vida humana (ROSAS, 2001).

Salazar adotava ativamente um discurso em que opunha a sua continuidade no cargo à possibilidade de retorno da situação caótica em que Portugal se encontrava anteriormente à sua posse:

De mais sabemos nós e sabem eles que, a dar-se o desaparecimento da Ditadura pelo regresso ao regime das facções, toda a obra de restauração, todas as possibilidades existentes seriam substituídas pelas causas anteriores de desorganização e de ruína, agravadas na sua força destrutiva por indisciplina maior, por paixões exacerbadas, pelo aniquilamento das últimas resistências materiais e morais que pudessem opor-se a todos os desmandos e até mesmo à subversão das condições de existência da própria sociedade (SALAZAR, 1935, p. 76).

Essa condição *sine qua non* de permanência em troca da manutenção da estabilidade representa, de forma cristalina, a instrumentalização do medo ainda latente no imaginário popular com finalidades políticas. A manutenção do governo em ditadura, portanto, seria a única forma efetiva de afastar os hipotéticos perigos representados pelas oposições socialistas, comunistas, anarquistas, sindicalistas e liberais (SALAZAR, 1935).

Outro aspecto importante no discurso é o sacrifício, que aparece como uma moeda de troca entre aquele (Salazar) que se propõe a abrir mão de coisas a ele caras em troca de resolver os problemas da Nação, esta que, por sua vez, deveria

ceder-lhe obediência e aceitar os sacrifícios que lhe fossem impostos. Aceitos os sacrifícios pela população portuguesa – e silenciados aqueles que contra eles se opunham – o caminho de Salazar para o poder acabaria se tornando relativamente livre, muito embora não pudesse ser tido como fácil.

Esse ‘sacrifício’ é consubstanciado em um discurso denominado “*Política de verdade; Política de sacrifício; Política nacional*”, proferido a 21 de outubro de 1929 na Sala do Conselho de Estado, no qual solicitava o sacrifício da população em seus rendimentos, em detrimento de eventuais sacrifícios dos capitais (SALAZAR, 1935).

O ‘sacrifício’ possivelmente seja o melhor termo para definir as políticas de Salazar: prometeu solucionar os problemas financeiro e econômico do país e o fez às custas do sacrifício da população, esta que viu seu poder de compra reduzido e os serviços públicos debilitados; prometeu solucionar o problema social e o fez por meio da imposição da ordem e da hierarquia, sacrificando-lhe as liberdades; prometeu solucionar o problema político e o fez por meio da transformação de uma ditadura conservadora em um Estado autoritário corporativo em que o debate político fugia à sociedade, sacrificando-lhe a organização política livre. Ao fim, os portugueses sacrificaram suas liberdades e direitos em troca de viverem sem o medo do hipotético retorno às condições vividas no período republicano.

Conclui-se assim, preambularmente, que Salazar utilizou-se de um discurso racional – embora, diferentemente do que alegava, fosse eminentemente um discurso político – para reforçar sua posição de portador das soluções que acabariam com o caos vivido. Dentro dessa racionalidade, no entanto, estavam situadas as bases ideológicas íntimas do próprio Salazar. Suas ações, legitimadas pelo discurso que utilizava, pela melhora percebida e amplamente noticiada das finanças públicas, impulsionaram seu nome a ponto de obter a Presidência do Conselho de Ministros. Seguiria, mesmo depois da aprovação da Constituição de 1933 e consequente instituição do Estado Novo, forjando uma política tão marcadamente ligada a si próprio que, até hoje, ainda há certa confusão na diferenciação entre Estado Novo e Salazarismo.

6. Considerações finais

Encerrada a apresentação dos dados obtidos no presente estudo, resta iniciar a exposição das conclusões firmadas, ainda que sejam estas ainda preliminares e suscitadores de tantas perguntas novas quanto de respostas adquiridas acerca da quase inexplorada ascensão de Salazar ao poder em Portugal.

O primeiro capítulo, núcleo teórico do presente trabalho, foi dedicado explicar o conceito de medo em seu nível mais primário: o biopsicológico. Após o estabelecimento do sentimento de medo, *grosso modo*, como um mecanismo de resposta aos estímulos percebidos pelo sujeito, demonstrou-se a possibilidade de condicionar tal resposta em comportamentos desejados. Esse salto teórico – e empírico, considerando-se que essas premissas decorrem de experimentos científicos) – levou à questão de seu aproveitamento (por falta de qualquer termo mais preciso) na área da ciência política e da economia política. A exploração da percepção do medo de forma sistêmica (biossocial, político e econômico) evitou que, à época de operacionalização dos conceitos, fossem estes analisados de forma unifacetada e, assim, perdesse a riqueza intrínseca à multidisciplinariedade.

O segundo capítulo, por sua vez, apresentou uma análise da conjuntura portuguesa entre os 1900 e 1933, ou seja, desde os anos finais do Reino de Portugal até o início do Estado Novo. Não obstante o período analisado representasse um alargamento daquele que é propriamente analisado, tornou-se imprescindível, para os fins do trabalho, entender o conjunto de fenômenos que levou tanto à situação em que Portugal se encontrava à época da posse de Salazar no Ministério das Finanças em 1928, quanto à formação do jovem seminarista que se tornaria o mais longo ditador da Europa do século XX. Para tanto, o capítulo trouxe breve biografia de Salazar e, posteriormente, um estudo (novamente sistêmico) da conjuntura histórico-política e socioeconômica do país. Por fim, foram trazidos dois debates imprescindíveis para a continuação dos estudos: o primeiro referente à diferenciação entre Salazarismo *versus* Estado Novo e autoritarismo *versus* fascismo e o segundo, quase uma provocação, referente às diferenças e semelhanças entre o Salazarismo e o fascismo propriamente dito e a impossibilidade (ou inacuracidade) teórica de tratar os termos com equivalência.

O terceiro capítulo se ocupou de uma análise voltada para o entendimento da trajetória política e pessoal de Salazar desde 1928, quando assumira o cargo de

Ministro das Finanças pela segunda e derradeira vez, até o ano de 1933. A despeito de ter sido empossado como Presidente do Conselho de Ministros em 1932, Salazar continuou acumulando a pasta das Finanças (permanecendo até 1940), razão pela qual preferiu-se estender a análise até 1933. Ainda no referido capítulo, efetuou-se um balanço das promessas efetuadas no discurso de posse e seu cumprimento, além do estudo de como Salazar contornou episódios potencialmente desastrosos como a Grande Depressão de 1929 e o escândalo financeiro do Banco Nacional Ultramarino em 1930/1931, além das devidas críticas ao modelo de gestão do Ministério das Finanças e seus impactos na população. Ademais, tratou-se de estabelecer a diferenciação entre a pessoa de António de Oliveira Salazar e a *persona* do Ministro das Finanças (o ‘Doutor Oliveira Salazar’) e de representar suas relações com apoiadores e opositores.

O quarto capítulo, por consequente, versou sobre o período decorrido entre a posse como Presidente do Conselho de Ministros em 1932 e a promulgação da Constituição de 1933, marco da inauguração do Estado Novo. Também foi discutido o período mais essencial da construção da imagem de Salazar (pela pena habilidosa de seu futuro chefe de propaganda, António Ferro) para o público, esta que perduraria até o fim de sua vida¹¹⁸. Em segundo plano, mas igualmente importante, a Constituição de 1933 foi escrutinada para possibilitar a compreensão de seu teor. Foram analisadas as atividades de Salazar em prol da concretização do texto da nova Constituição e as formas pelas quais buscou apoio e derrotou contrapropostas durante o período.

Por fim, levantados os dados necessários para embasar respostas às perguntas propostas no projeto do presente trabalho, procedeu-se às presentes considerações finais.

A pesquisa, tal como esperado, esbarrou no parco corpo científico dedicado especificamente à jornada trilhada pelo homem que surgiria como ‘Ditador das Finanças’ e acabaria como Presidente do Conselho de Ministros, cargo que preservaria por quase quatro décadas. Especula-se que esse baixo interesse no estudo da gênese do Estado Novo tenha relação com o grande (e merecido) interesse

¹¹⁸ Essa continuidade da imagem de Salazar como um competente, abnegado e sacrificado estadista acabou rendendo-lhe, em 2007, o título de “o maior português de sempre” em concurso realizado pela RTP. Para além dessa homenagem, Raimundo (2018) recorda tentativas de instalação, desde 1989, de um museu sobre o Estado Novo, ideia que posteriormente serviria de base para a proposta da Casa-Museu Salazar em Santa Comba Dão.

cedido à redemocratização do país à época da Revolução dos Cravos em 1974, evento que marca o início da chamada ‘terceira onda de democratização’ descrita por Huntington (1991).

A impossibilidade de análise propriamente dita da exploração do medo, discurso por discurso¹¹⁹ – principalmente por limitação de espaço e possível fuga do escopo principal –, acabou, ao mesmo tempo, impedindo um aprofundamento do estudo no sentido de delimitar ocorrências específicas do objeto e criando terreno fértil para a continuidade da pesquisa com esse objetivo. Para além das limitações previamente descritas, ainda houve a limitação material – por razões orçamentárias do projeto e de ordem sanitária por conta da pandemia da COVID-19 – de acesso presencial a alguns dos mais importantes arquivos sobre a história política portuguesa do século XX, entre eles o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e a Fundação Mário Soares e Maria Barroso.

Não obstante, a integração de fontes histórico-descritivas dos eventos analisados com fontes típicas da teoria política permitiu, satisfatoriamente, arranhar a superfície desse tão vasto e multifacetado campo de pesquisa a ponto de oferecer resposta ao questionamento original com certa precisão: Salazar, por meio de seu posicionamento de resgatador da nação, foi beneficiado, ao menos parcialmente, do medo sentido pelo povo português de retorno ao caos social, econômico e político vivido há décadas.

Empossado no Ministério das Finanças, Salazar explorou habilmente esse temor e o sentimento de repúdio popular àqueles considerados responsáveis pela decadência portuguesa, podendo impor – em troca de suas autoproclamadas ‘habilidades únicas’¹²⁰ de modificação do cenário e de seu sacrifício pessoal em fazê-lo – todas as medidas de natureza financeira, econômica e política que entendia necessárias, tendo grande apoio popular e midiático e pouquíssima oposição.

Para além dessa exploração – mais fática que discursiva – do sentimento de medo para atingir suas habilidades políticas, Salazar também soube manejar de forma impressionantemente precisa as forças que o cercavam. Amealhou o apoio dos militares, que dele dependiam para justificar as mudanças que defendiam como

¹¹⁹ O estudo de Macedo (2019) teve especial importância para viabilizar, indiretamente, esta análise, mesmo que tendo foco ligeiramente diverso e, portanto, havendo divergências dos achados comparativos de ambos os trabalhos.

¹²⁰ Salazar chegaria a ser denominado, repetidas vezes, como “Mago das Finanças” (MATOS, 2010).

necessárias quando derrubaram a Primeira República Portuguesa em 1926. Manteve e reforçou o apoio da Igreja, a quem, a despeito da manutenção da separação entre esta e o Estado, cedeu arenas de influência consideravelmente mais amplas que aquelas disponíveis até mesmo durante o período final da Monarquia¹²¹. Conquistou, frente à imprensa, uma máquina de propaganda tão ferrenhamente defensora de sua pessoa e de sua atuação pública que tornou o custo político de qualquer ação em seu desfavor quase insustentável. Desmobilizou e debilitou a oposição, absorvendo os setores sindicais e classistas para dentro da estrutura do Estado, onde sua atuação era praticamente inócua. Para fazer frente aos focos restantes de oposição, utilizou-se largamente da censura e da repressão, eliminando praticamente todos os obstáculos que se punham em seu caminho.

Tendo por conta de que a presente pesquisa não apresentava hipóteses, mas sim um pressuposto norteador, resta observado tal pressuposto: A exploração e instrumentalização do medo serviu de ferramenta para possibilitar a ascensão política de Salazar, baseada no ultimato que Madureira (1997) atribui ao então professor da Universidade de Coimbra como tendo dado aos militares para aceitação de suas exigências para assumir o cargo: “eu ou o caos” (p. 163).

Salazar, mostraram os estudos, explorou politicamente o medo em seu contexto generalizado presente na conjuntura de 1900 a 1923, conferindo-lhe um semblante econômico – sua especialidade e fenômeno indissociável do próprio social – que é abarcado por algumas atuais teorias de economia política. Atravessou a Ditadura Militar (1926-1928) fazendo-o por meio da imprensa e a Ditadura Nacional (1928-1933) fazendo-o por meio do poder que crescentemente obtinha até que, finalmente investido no poder, utilizou-o para criar um Estado à imagem e semelhança de seus ideais. Fê-lo tão precisamente idêntico a si que, quando de sua incapacidade para governar, seu sucessor sequer logrou sucesso em remodelá-lo em prol de ter uma mínima chance de governabilidade. O Estado Novo nasceu com Salazar e, a bem da verdade, morreu antecipadamente junto com ele.

A capitalização política obtida do medo, no entanto, não provou ser o único método de ascensão política de Salazar. Outrossim, descobriu-se que Salazar foi um ímpar jogador do xadrez político à época, sabendo criar uma dependência de si pelos militares e usando o poder repressivo das forças armadas para pacificar as revoltas

¹²¹ Salazar modificaria a Constituição, em 1935, para tornar Portugal um estado confessional católico, citando que a religião constituía a essência da nação (ROSAS, 2011).

sociais inerentes à aplicação de medidas de austeridade. Para além disso, Salazar soube manejar brilhantemente os apoiadores de sua causa, que uniu conseguiu reunir em torno de sua proposta autoritária e corporativa, sem deixar, ao fim, que estes pudessem efetivamente dirigir a atuação do Ministério e, quando necessário, reprimindo-os (como fez com os integralistas e monarquistas).

Ainda mais impressionante foi a forma como Salazar manejou as oposições. A desmobilização e absorção dos setores populares e dos sindicatos pelo estado corporativo, além da repressão pura e simples dos militares e dos ataques perpetrados pela mídia que lhe era fiel tornaram quase impossível que a oposição, já apática, pudesse atuar em sentido contrário às suas políticas. Apenas alguns atos isolados e ineficazes o seriam cometidos contra Salazar durante todo tempo que governou Portugal, sendo o mais grave deles ocorrido em 1937, um atentado com carro-bomba do qual saiu incólume. Após esse episódio, como demonstra a história do Estado Novo, as prisões políticas e desterros (exílios) forçados tornar-se-iam mais e mais comuns, dando ao período maior semelhança com seus congêneres autoritários e totalitários.

Portugal, sob comando de Salazar, também foi afetado pela conjuntura internacional. Em meio à *era dos extremos* descrita por Hobsbawn (1995), o país assistiu à ascensão de Adolf Hitler na Alemanha e ao crescente recrudescimento do regime fascista de Benito Mussolini, este último iniciado antes da chegada de Salazar ao poder.

Salazar buscava distanciar-se de seus congêneres totalitários, principalmente de Mussolini e Hitler, ao negar o caráter fascista atribuído ao Estado Novo. As conclusões nesse sentido corroboram o afastamento proposto por Salazar, sendo impossível efetuar ligação direta e obrigatória entre esses fenômenos, a despeito de tantas características que compartilhavam. A moral religiosa e o objetivo maior do homem e de Deus pregado por Salazar, com efeito, não suportariam a tendência à superioridade absoluta do Estado perante tudo defendida pelos regimes nazifascistas. Acabaria sendo criado em Portugal, com o início do Estado Novo e sua ulterior condução política, um Estado constitucionalmente autoritário e hierárquico focado na figura do próprio Salazar, que o moldou à sua forma de pensamento (de onde acabaria por advir o vocábulo 'Salazarismo') e através do qual buscava contrabalançar momentos de maior ou menos fascização, a depender das necessidades conjunturais.

A estratégia, como demonstram os estudos do período entre 1933 e 1974, já fora do escopo deste trabalho, teria sucesso em evitar que o regime de Salazar (e, em extensão, o de Franco por iniciativa de Salazar) fosse diretamente envolvido no cenário em que ocorreram as quedas de Mussolini e Hitler, assegurando às ditaduras ibéricas a continuidade por quase três décadas após a derrocada do nazifascismo. O início do fim de Salazar, outrossim, se daria, anos após, precisamente por causa de um dos preceitos mais caros do Estado Novo: o colonialismo.

Permito-me, ao derradeiro fim, em clara quebra ao protocolo e à *praxis* acadêmica, expor uma última consideração em primeira pessoa. O objetivo maior do presente trabalho não foi apenas firmar contribuição ao corpo científico das publicações acerca dos fundamentos do Estado Novo – eu não ousaria cogitar tamanha arrogância em pensar fazê-lo, muito embora espere que o estudo seja de alguma forma digno de fomentar a ciência –, mas sim alertar para o histórico perigo de unir, em governo, as figuras do ‘salvador da pátria’, do apoio ao autoritarismo e do moralismo religioso. A história, principalmente a do século XX, demonstra inequivocamente os riscos de entregar poder desmedido àqueles que surgem com ‘soluções milagrosas’ para problemas de grande complexidade. Infelizmente, conforme se observa na atualidade, as experiências autoritárias do passado parecem não ter surtido efeito no sentido de impedir a repetição dos mesmos erros já cometidos. A democracia, com todos os defeitos inerentes a seu exercício, é incrivelmente frágil e demora para atingir estabilidade, devendo ser vigiada e protegida contra os arroubos autoritários que a cercam. Por outro lado, a construção dos autoritarismos e totalitarismos, em um contexto permissivo, ocorre com inacreditável rapidez. Não devemos tolerar a intolerância. Não devemos chancelar os autoritarismos. Se assim não o fizermos, estamos sujeitos a repetir algumas das experiências mais traumáticas da história.

7. Referências

ADOLPHS, Ralph. The Biology of Fear. In: **Current Biology**, Pasadena, n. 23, 21 jan. 2013, p. 79-93.

AGUIAR, João Valente. A política de classe na economia do Estado Novo: a burguesia como classe beneficiária In: **Sociologia**, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXV, 2013, p. 119-140. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11482.pdf>>. Acesso em 24 jan. 2021.

ALMADA, João de. **Grandes personagens de todos os tempos: Salazar**. São Paulo: Editora Três, 1974.

ALMEIDA, João Miguel. **Da Monarquia à República: cartas portuguesas** de Romolo Murri. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2010.

ALTHEIDE, David. L. **Constructing fear: news and the construction of crisis**. New York: Transaction Publishers, 2002.

ALVES, Francisco das Neves; MONICO, Reto. O regicídio português nas páginas da imprensa rio-grandina. In: **Coleção Documentos**, 4. Lisboa/Rio Grande: CLEPUL/Biblioteca Rio-Grandense, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/28631/1/O_regicidio_portugues_nas_paginas_da_imprensa_rio-grandina.pdf>. Acesso em 24 mar. 2020.

ALVES, Luís Alberto Marques. **Contributos para o estudo do ensino industrial em Portugal (1851–1910)**. 370fl. Tese (Doutorado em Letras). Porto: Universidade do Porto, 1998.

AVELÃS NUNES, João Paulo. As organizações de juventude do Estado Novo (1934-1949). In: **Do Estado Novo ao 25 de abril**, Revista de História das Ideias, v. 17, p. 167-227, 1995. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1995. Disponível em <

dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/41950/1/As_organizacoes_de_juventude.pdf>. Acesso em 2 mar. 2021.

AVELÃS NUNES, João Paulo. António de Oliveira Salazar: um esboço de biografia política. *In: Ipsis Verbis*, vol. 6, n. 1, mai./2013. Oliveira do Hospital: Universidade de Coimbra, 2013. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/46436/1/Esboco%20biografia%20Antonio%20de%20Oliveira%20Salazar.pdf>>. Acesso em 16 mar. 2020.

AZEVEDO, Mário. **As teorias clássicas de aprendizagem por condicionamento**. 1992. Disponível em: <<http://webpages.fc.ul.pt/~mdazevedo/materiais/ME&TES/Aprendiz01Comportamental.pdf>>. Acesso em 16 ago. 2019.

BAIÔA, Manuel. A censura como factor de formação e consolidação do salazarismo: o caso do noticiário sobre política internacional na imprensa (1933-1935), p. 155-193. *In: MARTINS, Fernando (coord.). A Formação e a Consolidação Política do Salazarismo e do Franquismo: as décadas de 1930 e 1940*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

BARRETO, José. Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar. *In: Análise Social*, v. XXIX, n. 125/126, p. 287-317, 1994. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41011057>>. Acesso em 22 jan. 2020.

BARRETO, José. **O deputado absentista: Salazar e o parlamento em 1921**. 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/2F10375312%2FO_deputado_absentista_Salazar_e_o_parlamento_em_1921&usg=AOvVaw2E7JMyBlp9L00dJyE02m0A>. Acesso em 17 mar. 2020.

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, s/d.

BOLTON Derek; GILLET, Grant. The Biopsychosocial Model 40 Years On. **The**

Biopsychosocial Model of Health and Disease. London: Palgrave Pivot, 2019, p. 1–43. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/978-3-030-11899-0>>. Acesso em 4 fev. 2020.

BOTELHO, Catarina Santos. A história faz a Constituição ou a Constituição faz a história? Reflexões sobre a história constitucional portuguesa. In: **Revista do Instituto de Direito Brasileiro**, v. 2, n. 1, p. 229-247, 2013. Disponível em: <http://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/01/2013_01_00229_00247.pdf>. Acesso em 28 fev. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BRAMSTEDT, E. K., **Dictatorship and political police**: the technique of control by fear. Routledge, Trench, Trubner and Co., Ltd: Oxon, 2007.

BRANDÃO, Pedro Ramos. **Salazar – Cerejeira**: a 'força' da Igreja. Cartas inéditas do Cardeal-Patriarca ao Presidente do Conselho. Amadora: Casa das Letras, 2007.

BRITO, António José. O pensamento político de Salazar: breves apontamentos. In: SARAIVA; RODRIGUES; EMÍLIO, *et. al.* (org.). **Salazar sem máscaras**. Nova Arrancada: Lisboa, 1998.

CALADO, Virgínia Henriques; CUNHA, Luís. Economic crisis and political decision: words and meaning. In: **Changing Societies**: Legacies and Challenges, v. 2, Citizenship in Crisis, p. 87-109. LOBO, M. C.; DA SILVA, F. C.; ZÚQUETE, J. P. (Orgs.). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

CALDEIRA, Arlindo Manuel. O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-34). In: **Análise Social**, v. XXII, n. 94, 1986, p. 943–977. Lisboa: Universidade de Coimbra, 1986. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223553909H4gHN7tg9Hb28GI2.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2020.

CÂMARA, João de Sousa. **Salazar e o saneamento financeiro**. Coimbra: Almedina, 2019.

CAMPINA, Ana Cláudia Carvalho. **António Oliveira Salazar**: Discurso político e a “retórica” dos Direitos Humanos. 660fl. Tese (Doutorado em Direitos Humanos). Salamanca: Universidad de Salamanca, 2012. Disponível em: <https://repositorio.uportu.pt%2Fjspui%2Fbitstream%2F11328%2F1814%2F1%2FDHMMC_campinaCarvalhoAnaC_tesis.pdf&usg=AOvVaw3LqIPS2qZDyOTBa1Kiw2yZ>. Acesso em 1 fev. 2021.

CARDOSO, José Luís. Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções. *In*: **Análise Social**, n. 203, XLVII/2º, 2012, p. 370–400. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1341933298W9eCC7mw8Sp95GF9.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2020.

CARVALHO, Rita Almeida de. **António Oliveira Salazar, Manuel Gonçalves Cerejeira**: Correspondência 1928-1968. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010.

CARVALHO, Soraia Milene. O empréstimo financeiro solicitado por Portugal à Sociedade das Nações. *In*: **Estudos**. Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (IDI/MNE), abr./2018, p. 1-27. Disponível em: <https://idi.mne.gov.pt/images/curiosidades/SDN/soraia_milene_carvalho.pdf>. Acesso em 12 jan. 2020.

CATANIA, A. Charles; LATIES, Victor G. Pavlov and Skinner: Two lives in science (an introduction to B. F. Skinner’s “Some responses to Stimulus ‘Pavlov’”). *In*: **Journal of the Experimental Analysis of Behavior**, v. 72, n. 3, nov./1999, p. 455–461. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1284757/pdf/jeabehav007200300455.pdf>>. Acesso em 13 mai. 2020.

CEDRINI, Mario A.; NOVARESE, Marco. The challenge of fear to Economics. *In*:

POLIS Working Papers, n. 235, abr./2016, p. 1–13. Disponível em: <<http://polis.unipmn.it/pubbl/RePEc/uca/ucapdv/polis0235.pdf>>. Acesso em 25 mai. 2020.

CÉU E SILVA, João. "**Mussolini era um paradigma para Hitler e Salazar**". 01 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/30-mar-2019/mussolini-era-um-paradigma-para-hitler-e-salazar-10741147.html>>. Acesso em 27 mar. 2020.

COCHICHO, Joaquim A. Calado. A contabilidade e a imoralidade no Estado Novo (anos 30 e 40). In: **Pecunia**, n. 13, jul./dez. 2011, p. 83–96. Leon: Universidad de Leon, 2011. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/08d5/d8d300c8eb8957315444ab17212c4e227cdb.pdf?_ga=2.228754325.800946142.1585130242-1927380768.1585130242>. Acesso em 25 mar. 2020.

CORNELLI, Roberto. La politica della paura tra insicurezza urbana e terrorismo globale. In: **Criminalia**: Annuario di scienze penalistiche, jul./2018. Disponível em: <<https://discrimen.it/wp-content/uploads/Cornelli-La-politica-della-paura.pdf>>. Acesso em 21 mai. 2020.

COSTA PINTO, António. O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945). In: **Análise Social**, v. XXXV, n. 157, p. 1-22, 2000. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725415V6nUO2ti9Hs64TS4.pdf>>. Acesso em 28 jan. 2021.

COSTA PINTO, António. O corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo. In: **Varia Historia**, v. 30, n. 52, jan./abr. 2014, p. 17–49. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v30n52/02.pdf>>. Acesso em 27 mar. 2020.

COSTA PINTO, António. **Os camisas-azuis**: Rolão Preto e o fascismo em Portugal. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

COSTA PINTO, António; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **O corporativismo em português**: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo (Org.: António Costa Pinto, Francisco Carlos Palomanes Martinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CRAWFORD, Neta C. Institutionalizing passion in world politics: fear and empathy. *In: International Theory*, v. 6, n. 03, nov. 2014, p. 535–557. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/abstract_S1752971914000256>. Acesso em 6 mai. 2020.

CUNHA, Carlos Guimarães da. **Salazar e os monárquicos**: a tentativa restauracionista de 1951. 1ª ed. Lisboa: Sítio do Livro, 2010.

CUNHA, Fernando Whitaker. A evolução constitucional portuguesa e suas relações com a brasileira. *In: Revista de Informação Legislativa*, a. 24, n. 96, out./dez/ 1987. Brasília: Senado Federal, 1987. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181797/000433551.pdf?sequence=1>>. Acesso em 25 mar. 2020.

CUNHA, Norberto Ferreira da. Os idiosofemas do salazarismo. *In: Forum*, n. 38, jul./dez/ 2005, p. 35-60. Disponível em: <<https://revistas.uminho.pt/index.php/forum/article/view/2055>>. Acesso em 28 fev. 2021.

CUNHA, Paulo Ferreira da. Da Constituição do Estado Novo português. *In: Historia Constitucional*, n. 7, 2006, p. 187-208. Disponível em: <<https://hc.rediris.es/07/index.html>>. Acesso em 26 fev. 2021.

EBENSTEIN, William. The Study of Totalitarianism. *In: World Politics*, v. 10, n. 02, jan./1958, p. 274-288. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/abstract_S0043887100020396>. Acesso em 29 mar. 2020.

EISENBERG, José. **O Político do Medo e o Medo da Política**. In: Lua Nova, n. 64,

2005, p. 49–60. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ln/n64/a05n64.pdf>>. Acesso em 25 mai. 2020.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Vol. 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

ENGEL, George L. The Need for a New Medical Model: A Challenge for Biomedicine. **Holistic Medicine**. London: Informa Healthcare, Taylor & Francis Group, 1989, vol. 4, n. 1, p. 37–53. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.3109/13561828909043606>>. Acesso em 4 fev. 2020.

ENROTH, Henrik. Fear as a Political Factor. *In: International Political Sociology*, n. 11, 2017, p. 55–72. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/ips/olw033>>. Acesso em 25 mai. 2020.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Presidente (1933 – 1945: Franklin Delano Roosevelt). **First Inaugural Address**. Washington, D.C., 4 mar. 1933. Disponível em: <https://avalon.law.yale.edu/20th_century/froos1.asp>. Acesso em: 3 fev. 2020.

ESTEVES, João. Da esperança à decepção: a ilusão do sufrágio feminino na revolução republicana portuguesa de 1910. *In: Historia Constitucional*, n. 15, 2014, p. 471–507. Disponível em: <<https://www.historiaconstitucional.com%2Findex.php%2Fhistoriaconstitucional%2Farticle%2Fdownload%2F410%2F369&usg=AOvVaw3kZudjtF4nleCmaurgFu0S>>. Acesso em 25 mar. 2020.

FERNANDES, Filipe S. **À minha maneira**: como Salazar resolveu o grande escândalo financeiro do Estado Novo. Lisboa: Matéria-Prima, 2013.

FERRO, António. **Oliveira Salazar**: el hombre y su obra. Editoriales Reunidas: Buenos Aires, 1942.

FIGUEIREDO, Octávio. O período do isolacionismo (1926–1960). *In: PIMENTA, Carlos; FIGUEIREDO, Octávio; BRANDÃO, António. A estratégia nacional de*

Portugal desde 1926 até 2000. Diálogo Social, n. 1, p. 23-56, 2002. Lisboa: IDICT, 2002. Disponível em: <<https://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta/textos/pdf/EstrategiaNacional.pdf>>. Acesso em 14 jan. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Discipline and punish: the birth of the prison.** Tradução de Alan Sheridan. New York: Vintage Books, 1995.

FRAGA, Luís Alves de. A Carbonária, uma força civil, e os militares: uma reflexão histórica. *In: Separata das Actas XIX Colóquio de História Militar («100 Anos de Regime Republicano: Políticas, Rupturas e Continuidades»).* 33 p. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ual.pt/handle/11144/654>>. Acesso em 24 mar. 2020.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES E MARIA BARROSO. **Carmona é eleito Presidente da República.** Disponível em: <<http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=035242>>. Acesso em 25 mar. 2020.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES E MARIA BARROSO. **Cronologia:** Greves. Disponível em: <<http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/pesquisa?pesquisa=Greve>>. Acesso em 1 fev. 2021.

FUREDÍ, Frank. **Culture of Fear:** Risk taking and the morality of low expectation. New York: Continuum International Publishing Group Ltd., 2002.

FUREDÍ, Frank. The only thing we have to fear is the ‘culture of fear’ itself. *In: Spiked*, abr./2007. Disponível em: <<http://people.morrisville.edu/~reymers/readings/SOCI101/Culture%20of%20Fear%20essay-2007-04-04.pdf>>. Acesso em 17 mai. 2020.

GALVANESE, Marina Simões. [Recensão a] Victor Pereira, A ditadura de Salazar e a emigração – o Estado português e seus emigrantes em França (1957-1974). *In: Revista Portuguesa de História*, n. 45, 2014. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 649-671, 2014. Disponível em: <<https://digitalis->

dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/35448/1/RPH45_artigo29.pdf?ln=pt-pt>. Acesso em 22 jan. 2021.

GARCIA, René. Neurobiology of fear and specific phobias. *In: Learning & Memory*, v. 24, set./2017, p. 462-471. Cold Spring Harbor, N.Y.: Cold Spring Harbor Laboratory Press, 2017. Disponível em <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5580526/>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

GARDNER, Dan. **Risk: The Science and Politics of Fear**. London: Virgin Books, 2008.

GARLAND, David. **La Cultura del Control: Crimen Y Orden Social En La Sociedad Contemporanea**. Barcelona: Gedisa, 2005.

GLASSNER, B. **The culture of fear: why americans are afraid of the wrong things**. New York: Basic Books, 1999.

GONÇALVES, Maria Neves Leal. A greve académica de 1907. Suas repercussões políticas e educacionais. *In: Revista Lusófona de Educação*, 2007, n. 9, p. 61-84. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/1465/1/04_greve_academica.pdf>. Acesso em 24 mar. 2020.

GRAHAM, H; QUIROGA, A., After the Fear was Over? What Came After Dictatorships in Spain, Greece, and Portugal. *In: The Oxford Handbook of Postwar European History*. 2012. Disponível em: <<https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199560981.001.0001/oxfordhb-9780199560981-e-25?result=3&rskey=ZAmNUo&mediaType=Article>>. Acesso em 31 dez. 2019.

HERNÁNDEZ, Enrique; KRIESI, Hanspeter. The electoral consequences of the financial and economic crisis in Europe. *In: European Journal of Political Research*, v. 55, n. 2, mai./2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1475-6765.12122>>. Acesso em 25 mai. 2020.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã: Ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil (1651)**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBFOLE, Stevan E. **Tribalism: The Evolutionary Origin of Fear Politics**. 1ª ed. New York: Springer International Publishing, 2018.

HOBBS, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914–1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?fid%3D2547868&usg=AOvVaw28Axfdbm5ebrmcKHtvH-jX>>. Acesso em 27 mar. 2020.

HOCK, Roger R. **Fourty studies that changed psychology: Explorations into the history of psychological research**. 6ª ed. New Jersey: Prentice Hall, 2008.

HOUCK, Davis W.; NOCASIAN, Mihela. FDR's First Inaugural Address: Text, Context, and Reception. **Rethoric & Public Affairs**. Michigan: Michigan State University Press, 2002, vol. 5, n. 4, p. 649-678. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/37988/pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

HUDDY, Leonie. **Fear and How It Works: Science and the Social Sciences**. Social Research: An International Quarterly, Baltimore, n. 71, 2004. 801-805.

HUNTINGTON, Samuel P. **The third wave: democratization in the late twentieth century**. The Julian J. Rothbaum Distinguished Lecture Series, v. 4. Norman, Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1991.

INCISA, Ludovico. "**CORPORATIVISMO**". In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política. 13. ed., vol. 1. Brasília: UNB, 2007.

KAY, Hugh. **Salazar and Modern Portugal**. London: Eyre & Spottiswoode, 1970.

KRAMER, H.; SPRENGER, J. **The Malleus Maleficarum**. Tradução de Montague

Summers. New York: Dover Publications Inc., 1971.

LECHNER, Norbert. **Los patios interiores de la democracia: Subjetividad y política**. Santiago: FLACSO, 1988.

LEDOUX, Joseph. The Emotional Brain, Fear, and the Amygdala. *In: Cellular and Molecular Neurobiology*, vol. 23, n. 4/5, out. 2003, p. 727–738. New York: New York University Press, 2003. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/9076656>>. Acesso em 6 mai. 2020.

LEDOUX, Joseph; DEBIECK, Jacek. Fear and the brain. *In: Fear: its political uses and abuses. Social Research*, v. 71, n. 4. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p. 807-818.

LEITÃO, Alfredo Moreno. **Lutar é preciso: exílios, resistências e tensões. Portugueses antissalazaristas em São Paulo (1945-1974)**. 235fl. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

LIMA, Antónia Pedroso de. Sócios e parentes: valores familiares e interesses económicos nas grandes empresas familiares portuguesas. *In: Etnográfica*, v. III, n. 1, p. 87-112, 1999. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N1/Vol_iii_N1_87-112.pdf>. Acesso em 22 jan. 2021.

LOFF, Manuel. Salazarismo e Franquismo: projecto, adaptação e história. *In: Revista História das Ideias*, v. 31. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.14195/2183-8925_31_17>. Acesso em 17 mar. 2020.

LOPES, Hugo Ferrinho, **Salazarismo: autoritarismo ou fascismo? A união nacional em perspectiva organizacional e comparativa**. Lisboa: Observatório Político, Working Paper nº. 76, 2017. Disponível em: <http://www.observatoriopolitico.pt%2Fwp-content%2Fuploads%2F2017%2F11%2FWP_76_HL.pdf&usg=AOvVaw03SUYXmqrynmx0QF4TeQe>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MACEDO, Paulo Sérgio Fonseca Santos Pinto. **A estratégia de argumentação de António de Oliveira Salazar. Análise de discursos políticos entre 1928 e 1932.** 150 fl. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/75221>>. Acesso em 2 mar. 2021.

MACKAY, Louis A. **The Vocabulary of Feat in Latin Epic Poetry.** Transactions and Proceedings of the American Philological Association, Baltimore, n. 92, 1961, p. 308-316.

MADUREIRA, Arnaldo. **Antecedentes imediatos do salazarismo.** Publicações Dom Quixote: Lisboa, 1997.

MADUREIRA, Arnaldo. **A formação histórica do salazarismo (1928–1933).** Livros Horizonte: Lisboa, 2000.

MANN, Michael. **Fascistas.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

MARTIN, Anthony J. **Analyzing “Little Albert”.** 2015. Disponível em: <<https://sites.psu.edu/siowfa15/2015/10/21/analyzing-little-albert/>>. Acesso em 13 mai. 2020.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe (1513-1516).** São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.

MARQUES, Helder Miguel. O movimento sindical durante o Estado Novo: estado actual da investigação. In: **Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA,** Universidade Popular do Porto, III Série, v. 8, p. 299-316, 2007. Disponível em: <<https://ojs.letras.up.pt%2Findex.php%2Fhistoria%2Farticle%2Fdownload%2F3746%2F3501&usg=AOvVaw1nq7E7hqPAL1Miyrvnl0a1>>. Acesso em 1 fev. 2021.

MATOS, Helena. Salazar: **A Construção do Mito (1928–1933).** Lisboa: Temas e Debates, 2010.

MATOS, Norton de. **Memórias e trabalhos da minha vida**. v. I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2005. Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/memórias_e_trabalhos_da_minha_vida_vol_i>. Acesso em 24 mar. 2020.

MEDEIROS, Fernando. **A sociedade e a economia portuguesa nas origens do salazarismo**. A Regra do Jogo: Lisboa, 1978.

MENESES, Filipe Ribeiro de. Salazar: Biografia Definitiva. Lisboa: Leya, 2011.

MONTEIRO, Gustavo Feital. Definindo o fascismo: comparando análises e interpretações. *In: Faces de Clio – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação de História – UFJF*, v. 4, n. 8, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/8_D4_Gustavo-Feital-Monteiro-60_80.pdf>. Acesso em 26 mai. 2020.

MORAIS, Joana Rebelo. RAIMUNDO, Filipa. Em nome da verdade histórica: a Comissão do Livro Negro sobre o regime fascista, uma comissão de verdade na democratização portuguesa. *In: ARAÚJO, Maria Paula. COSTA PINTO, António. Democratização memória e justiça de transição nos países lusófonos*. Maria Paula Araújo e António Costa Pinto (Coord.). Rio de Janeiro: Autografia; Recife: EDUPE, 2017.

MOSCA, João. Salazar e a política económica do Estado Novo. *In: Lusíada*, v. 2, n. 4. 2007. Disponível em: <<http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/lh/article/view/1517>>. Acesso em 14 jan. 2021.

O ESSENCIAL. **Diário de Lisboa**, 1926. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05743.007.01951#!1>>. Acesso em 15 jan. 2021.

PAÇO, António Simões do. Um certo doutor de Coimbra. *In: 1926–1932: A ascensão de Salazar*. Coord. António Simões do Paço. Lisboa: PDA, 2008a.

PAÇO, António Simões do. António Ferro entrevista Salazar. *In: 1926–1932: A ascensão de Salazar*. Coord. António Simões do Paço. Lisboa: PDA, 2008b.

PAULO, Heloísa. **Estado novo e propaganda em Portugal e no Brasil: O SPN/SNP e o DIP**. Minerva História: Coimbra, 1994.

PAXTON, Robert O. **The Anatomy of Fascism**. New York: Alfred A. Knopf, 2004.

PAYNE, Stanley G. **A history of Spain and Portugal**. v. 1. Madison: The University of Wisconsin Press, 1973.

PAYNE, Stanley G. **El fascismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2014.

PEREIRA, Joana Dias. O Sindicalismo Revolucionário em Portugal no primeiro quartel do século XX. *In: Estudos do Século XX*, n. 9, p. 115-134, 2009. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/36539/1/O%20Sindicalismo%20Revolucionario%20em%20Portugal%20no%20primeiro%20quartel%20do%20seculo%20XX.pdf?ln=eng>>. Acesso em 1 fev. 2021.

PIMENTEL, Irene Flunser. Cerejeira e Salazar: o trono e o altar. *In: 1926–1932: A ascensão de Salazar*. Coord. António Simões do Paço. Lisboa: PDA, 2008.

PIMENTEL, Irene Flunser. **Cardeal Cerejeira: o príncipe da Igreja**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

PINHEIRO, Alexandre Sousa. **A capacidade eleitoral no direito português de 1820 a 1974**. s.d. Disponível em: <www.cne.pt/sites/default/files/dl/trabalho_capacidade_eleitoral.pdf>. Acesso em 25. Mar. 2020.

PINTO, Dora Maria Gomes. **Ensaio sobre a evolução política do Estado Novo**. 129 fl. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais). Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2010. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/61004287.pdf>>. Acesso em 22 fev. 2021.

PORTUGAL. **Constituição de 11 de abril de 1933**. Lisboa: República de Portugal, 1933. Disponível em: <http://cadeiras.iscte-iul.pt/SDir/SDir_Ik_Doc_ConstP_1933.pdf>. Acesso em 1 mar. 2021.

PORTUGAL. **Diário de Governo**, I série, n. 83, 11 abr. 1933, p. 649-656. Disponível em: <<https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/1933/04/08300.pdf>>. Acesso em 26 fev. 2021.

PORTUGAL. UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Prof. Doutor António de Oliveira Salazar**. s.d. Disponível em: <https://www.uc.pt/fduc/corpo_docente/galeria_retratos/oliveira_salazar>. Acesso em 16 mar. 2020.

RAIMUNDO, Filipa. **Ditadura e democracia**: legados da memória. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018.

REBELO, José. **Formas de legitimação do poder no salazarismo**. Livros e Leituras: Lisboa, 1998.

RAMPINELLI, Waldir José. Salazar: uma longa ditadura derrotada pelo colonialismo. *In: Lutas Sociais*, v. 18, n. 32, p. 119-132, jan./jun/ 2014. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/waldir_jose_rampinelli.pdf>. Acesso em 28 jan. 2021.

REZOLA, Maria Inácia. A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo. *In: MARTINHO; PINTO (org.). O corporativismo em português*: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2007.

REZOLA, Maria Inácia. The Franco–Salazar Meetings: Foreign policy and Iberian relations during the Dictatorships (1942-1963). *In: e-JPH*, v. 6, n. 2, dez./2008, p. 58-68. Porto/Providence: Universidade do Porto/Brown University, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-64322008000200004&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em 27 mar. 2020.

REZOLA, Maria Inácia. A Igreja Católica nas origens do salazarismo. *In: Locus: Revista de História*, v. 18, n. 1, p. 69-88, 2012.

RODRÍGUEZ ALZUETA, Esteban. **Temor y control**: la gestión de la inseguridad como forma de gobierno. Buenos Aires: Futuro Anterior Ediciones, 2014.

ROSAS, Fernando José Mendes. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *In: Análise Social*, v. XXXV (157), 2011, p. 1031-1054. Disponível em: <<https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6jFO4wy1Oi67NG6.pdf>>. Acesso em 5 mar. 2021.

ROSAS, Fernando José Mendes. “Afinal Salazar foi um bom Ministro das Finanças?”. Entrevista concedida a Raquel Varela. **Rádio e Televisão de Portugal (RTP)**. (1:03:54). Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/palco/p7231/e477307/conversas-com-historia/836406?fbclid=IwAR0YivgvoVO-XYV73ZUTLKKkWZYOsKdu63FU0DJPiKylAKjZDA_iFfeqKO4>. Acesso em 5 out. 2020.

SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos (1928–1934)**. Coimbra: Coimbra Editora, 1935.

SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos e notas políticas**: 1928 a 1966. Coimbra: Coimbra Editora, 2016.

SALDANHA, Ana. O fim da Monarquia Constitucional portuguesa e o advento da República (5 de outubro de 1910): simbologias e imaginários em transformação. *In: Revista Labirinto*, a. 15, v. 23, jul./dez. 2015, p. 115-156. Disponível em: <<https://www.periodicos.unir.br%2Findex.php%2F LABIRINTO%2Farticle%2Fview%2F1489&usg=AOvVaw0vQ8iQwiU2I6AHY5FYzdyN>>. Acesso em 24 mar. 2020.

SAMARA, Maria Alice; TAVARES, Rui. **O regicídio**. Lisboa: Tinta-da-China, 2008.

SAMPAIO, Jorge. Notas sobre o marcellismo. *In: Espaço Tempo y Forma* (Serie V). t. 19, 2007, p. 287–292. Madrid: UNED, 2007. Disponível em: <<http://e-spacio.uned.es/fez/eserv/bibliuned:ETFSerie5-2007-2225/Documento.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2020.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María del Pilar. B., **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Penso: Porto Alegre, 2013.

SAMOILOV, Vladimir. Ivan Petrovich Pavlov (1849–1936). *In: Journal of the History of the Neurosciences: Basic and Clinical Perspectives*, v. 16, fev./2007, p. 74–89. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/09647040600793232>>. Acesso em 13 mai. 2020.

SANFEY, Michael. On Salazar and Salazarism. *In: Studies: An Irish Quarterly Review*, v. 92, n. 368, 2003, p. 405-411. Dublin: Irish Province of the Society of Jesus, 2003. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/pdf/30095666.pdf?seq=1>>. Acesso em 17 mar. 2020.

SANTOS, Paula Borges. Na gênese da Constituição Política de 1933: o ideário corporativo e a estrutura econômico-social do autoritarismo português. *In: Estudos Históricos*, v. 31, n. 64, mai./ago. 2018, p. 173-196. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942018000200004>>. Acesso em 28 fev. 2021.

SARDICA, José Miguel. O crepúsculo do republicanismo militar conservador: José Vicente de Freitas perante a Constituição de 1933. *In: Ler História*, n. 75, jan. 2019, p. 17-40. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/lerhistoria.5385>>. Acesso em 23 fev. 2020.

SILVA, Cristiane Nascimento da. **As relações entre o governo português e os muçulmanos de Moçambique (1930-1970)**. 101fl. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=17128@1>>. Acesso em 14 jan. 2021.

SILVA, Joaquim Ramos. A regulação econômica no salazarismo. *In: A Europa das Ditaduras – Regulação, Economia, Direito*, 21-23 out./1999, Berlim. **Comunicação em evento**. Berlim: Academia das Ciências de Berlim e Brandenburg, 1999. p. 1-35. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/4159>>. Acesso em 14 jan. 2021.

SILVA, Pedro Miguel Fernandes. Da dívida de guerra ao empréstimo externo: perspectivas dos movimentos políticos e da opinião pública. *In: Revista Portuguesa de História*, n. 45, 2014. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 53-68, 2014. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/35356/1/RPH45_artigo5.pdf>. Acesso em 12 jan. 2021.

SIMPSON, Duncan. **A Igreja Católica e o Estado Novo salazarista**. Lisboa: Edições 70, 2014.

SEREM, Ruben. Portugal e a Guerra Civil de Espanha (1936–1939): uma introdução. *In: Revista Esboços*, v. 21, n. 32, out. 2015. p. 204-223. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n32p204/30305>>. Acesso em 27 mar. 2020.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SILVEIRA, Felipe L. D. **A cultura do medo e sua contribuição para a proliferação da criminalidade**. Anais do 2º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. 2013. p. 295-309.

SOUSA, Augusto de. Salazar e a ditadura militar. *In: 1926–1932: A ascensão de Salazar*. Coord. António Simões do Paço. Lisboa: PDA, 2008.

SOUSA FILHO, Alípio de. **Medos, mitos e castigos: notas sobre a pena de morte**. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. Ed. 34. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

STOPPINO, Mario. “**TOTALITARISMO**”. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política. 13. ed., vol. 2. Brasília: UNB, 2007.

TELO, António José. A obra financeira de Salazar: a «ditadura financeira» como caminho para a unidade política, 1928-1932. In: **Análise Social**, v. XXIX n. 128, 1994, p. 779–800. Lisboa: Universidade de Coimbra, 1994. Disponível em: <<https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377734G3mJR3zd6Ys20EZ2.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2020.

TIEGHI, Osvaldo N. **Crimininalidad**: ciencia, filosofía y prevención. 1ª. ed. Buenos Aires: Editorial Universidad, 2004.

THOMPSON, John B. **Studies in the theory of ideology**. Los Angeles: University of California, Berkley Press, 1984.

TODOROV, João Cláudio. A Evolução do Conceito de Operante. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 2, mai./ago. 2002, p. 123–127. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ptp/v18n2/a02v18n2.pdf>>. Acesso em 14 mai. 2020.

TORGAL, Luís Reis. “O fascismo nunca existiu”: reflexões sobre as representações de Salazar. In: TORGAL, Luís Reis; Paulo, Heloísa (Coord.). **Estados autoritários e totalitários e suas representações**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/32187/1/2-%20estados%20autoritarios.pdf>>. Acesso em 27 mar. 2020.

TORRES, Ivan Pincheira. El miedo. Historia de una idea política. In: **Polis**, Santiago, v. 9, n. 25, p. 577-581, 2010. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682010000100035&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 21 mai. 2020.

WHEELER, Douglas L. A Primeira República Portuguesa e a história. In: **Análise**

Social, v. XIV, n. 56, 1978/4, p. 865-87. Lisboa: Universidade de Coimbra, 1978.

Disponível

em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989532S4yRL1eb3Cn44CL5.pdf>>.

Acesso em 24 mar. 2020.

WODAK, Ruth. **The Politics of Fear: What Right-Wing Populist Discourses Mean.**

London: Sage Publications Ltd., 2015.